

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

JOSÉ RICARDO DE SOUZA REBOUÇAS BULHÕES

**DESVELANDO O MEDO QUE CRIANÇAS DE TENRA
IDADE POSSUEM DO APARATO POLICIAL**

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
NOVEMBRO DE 2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

JOSÉ RICARDO DE SOUZA REBOUÇAS BULHÕES

**DESVELANDO O MEDO QUE CRIANÇAS DE TENRA
IDADE POSSUEM DO APARATO POLICIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de pesquisa: Memória, Cultura e Educação.

Orientador: Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos.

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

NOVEMBRO DE 2012

B953d

Bulhões, José Ricardo de Souza Rebouças.

Desvelando o medo que crianças de tenra idade possuem do aparato policial. / José Ricardo de Souza Rebouças - Vitória da Conquista, 2012.
114 f.

Orientador: João Diógenes Ferreira dos Santos.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, Vitória da Conquista, 2012.
Referências: F. 93 - 101.

1. Criança – Medo. 2. Memória. 3. Aparato policial. I. Santos, João Diógenes Ferreira dos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós- Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 155.454

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

Título em inglês: Unveiling the fear that young children have of the police apparatus.

Palavras-chave em inglês: Child; Police; Memory; Fear.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca examinadora: Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos (presidente), Profa. Dra. Tânia Rocha de Andrade Cunha (titular), Prof. Dr. Francisco José Lima Sales (titular).

Data da defesa: 12 de dezembro de 2012.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

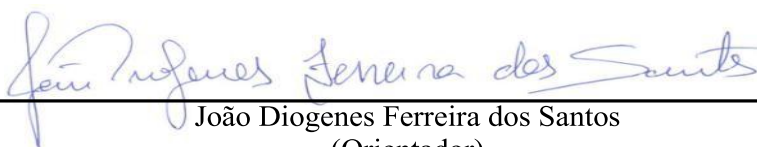
JOSÉ RICARDO DE SOUZA REBOUÇAS BULHÕES

**DESVELANDO O MEDO QUE CRIANÇAS DE TENRA
IDADE POSSUEM DO APARATO POLICIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Vitória da Conquista, Bahia, 12 de dezembro de 2012.

BANCA EXAMINADORA



João Diogenes Ferreira dos Santos
(Orientador)



Profa. Dra. Tânia Rocha de Andrade Cunha



Prof. Dr. Francisco José Lima Sales

A todas as crianças da educação infantil que,
direta ou indiretamente, são atingidas pela violência da
atuação policial.

AGRADECIMENTOS

Embora a responsabilidade do conteúdo seja do autor, nenhuma pesquisa é possível de ser realizada sem a colaboração, direta ou indireta, de pessoas cujas críticas, sugestões, suporte e apoio auxiliaram para a realização e melhor compreensão do objeto de estudo.

Primeiramente, agradeço a Deus pelas transformações e milagres que realizou em minha vida. À ele todo louvor, glória e exaltação.

À Samila, companheira dedicada, amorosa e zelosa, responsável direta pelo meu ingresso no programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Esta vitória é nossa. Te amo.

Ao professor, orientador e amigo professor Dr. João Diogenes Ferreira dos Santos pela paciência, determinação, cuidado e sabedoria ao guiar a presente pesquisa. Seus ensinamentos foram fundamentais para que eu superasse os momentos mais difíceis enfrentados no trabalho acadêmico.

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, pela oportunidade de continuar minha formação acadêmica.

À todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, a quem agradeço na pessoa da Professora Dr^a Maria da Conceição Foneca-Silva, pelo empenho e forma que conduz o seu trabalho.

Aos membros da minha banca, de qualificação e de defesa, por aceitarem participar desse momento, contribuindo com o aperfeiçoamento do meu trabalho.

À CAPES pelo financiamento da pesquisa, dando-me a oportunidade de aprender mais do que seria capaz de descrever.

À Estela por viabilizar o meu acesso e primeiro contato com o Bairro e creche pesquisados.

À Conceição, Selma, Carla, Karine, Marilene e todos os demais funcionários da creche onde foi realizada a presente pesquisa, por abrirem as portas da instituição, viabilizando a execução do trabalho empírico.

Aos meus pais, Emília, Ricardo (em memória) e Rosanne, por terem sido um referencial em tantos momentos da minha vida e por sempre acreditarem em mim. À vocês, minha eterna gratidão.

Aos meus irmãos Cristiano e Emilia pelo apoio e torcida ao longo de minha caminhada.

À toda minha família, pelos momentos juntos e amor recebido, daqueles que estão perto e dos que estão longe. Em especial, aos meus primos João, Neto e Tarcinho.

À João, Lúcia e Julyane pelo carinho e apoio em muitos momentos de minha vida. Formamos uma família linda.

Aos colegas do programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade pela amizade e companheirismo.

Aos colegas do grupo de estudos “Infância e Violência no Brasil” pelas tardes de quarta-feira agradáveis de trocas de conhecimento. Nossos encontros, sem dúvida, enriqueceram meu capital cultural.

A todos que de uma forma ou de outra, longe ou perto, ajudaram para que eu tivesse condições de persistir nessa jornada e chegasse a este momento final.

“O homem não teria alcançado o possível se, repetidas vezes, não tivesse tentado o impossível.”

Max Weber

RESUMO

O presente trabalho apresenta os resultados da pesquisa sobre o medo que crianças, oriundas de um bairro periférico da cidade de Vitória da Conquista-Bahia-Brasil, freqüentadores de uma creche pública possuem do aparato policial. No Brasil, conforme determina a Constituição Federal de 1988, as forças policiais são responsáveis pela prevenção da vida, pela repressão ao crime e a manutenção da ordem pública. No entanto, constata-se que há um descontrole das forças de segurança pública, em que o uso da violência se faz abusiva e o medo se instaura como forma de sociabilidade. As ações virulentas dos policiais que se manifestam em agressões físicas, psicológicas e, até mesmo, em mortes, ocorrem, sobretudo, nos bairros periféricos das cidades brasileiras. Essa violência incide igualmente na população infanto-juvenil. Deste modo, buscou-se compreender como o medo da polícia se manifesta no universo infantil. Pesquisou-se crianças, de 04 a 05 anos de idade, moradoras de um bairro periférico, com maior incidência de crimes. Elegeu-se o caminho metodológico do estudo etnográfico, considerado apropriado à interpretação da ação nos contextos infantis. Adaptações na metodologia foram necessárias em razão das peculiaridades dos sujeitos da pesquisa. Desta forma, escolheu-se como técnicas para captação de dados a observação participante, atividades em grupo, além de anotações em diário de campo. Portanto, com base nesta pesquisa, pode-se afirmar que as crianças em tenra idade vivenciam em seu cotidiano a violência policial, em que o medo se constitui como elemento vivo expresso nas falas e nas brincadeiras infantis.

PALAVRAS-CHAVE: Criança. Polícia. Memória. Medo.

ABSTRACT

This paper presents the results of research on the fear that children coming from a suburb of the city of Vitória da Conquista, Bahia-Brazil, attending a day care center have the police apparatus. In Brazil, as required by the 1988 Federal Constitution, the police are responsible for the prevention of life, the repression of crime and maintenance of public order. However, it appears that there is a lack of public security forces, in which the use of violence becomes abusive and fear is established as a form of sociability. The actions of the police virulent manifested in physical, psychological and even fatalities, occur mostly in the suburbs of cities. This violence also focuses on the juvenile population. Thus, we sought to understand how fear manifests police in the infant universe. It was researched children, 04-05 years old, living in a suburb, with a higher incidence of crimes. Elected to the methodological approach of ethnographic study, considered the appropriate interpretation of the action in the contexts of children. Adaptations to the methodology were necessary because of the peculiarities of the research subjects. Thus, it was chosen as techniques for data capture participant observation, group activities, and daily field notes. Therefore, based on this research, it can be said that children at a young age they experience in their daily police violence, in which fear is constituted as a living expressed in the statements and in children's play.

KEYWORDS: Child. Police. Memory. Fear.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AI	Atos Institucionais
ALESP	Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo
BA	Bahia
CF	Constituição Federal
GOE	Grupo de Operações Especiais
LSN	Lei de Segurança Nacional
MNDH	Movimento Nacional dos Direitos Humanos
NEV	Núcleo de estudos da violência da Universidade de São Paulo
PM	Polícia Militar
ONG	Organização não Governamental
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - TRAJETÓRIA HISTÓRICA E FORMAÇÃO DA INSTITUIÇÃO POLICIAL	22
1.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA POLÍCIA NO BRASIL.....	22
1.1.1 PERÍODO COLONIAL E IMPERIAL.....	23
1.1.2 PRIMEIRA REPÚBLICA.....	25
1.1.3 ERA VARGAS.....	26
1.1.4 REGIME MILITAR.....	28
1.1.5 ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	30
1.2 SEGURANÇA PÚBLICA E POLÍCIA NO BRASIL.....	31
1.3 VIOLÊNCIA E FORÇA POLICIAL.....	33
CAPÍTULO 2 - MEDO SOCIAL E MEMÓRIA COLETIVA	45
2.1 MEDO.....	45
2.2 MEMÓRIA E MEMÓRIA COLETIVA.....	51
2.3 VIOLÊNCIA POLICIAL, MEMÓRIA E MEDO.....	57
CAPÍTULO 3 - CRIANÇA, MEMÓRIA E MEDO	61
3.1 MEDO NA INFÂNCIA.....	61
3.2 O MEDO EXPRESSO ATRAVÉS DAS FALAS.....	67
3.3 O MEDO EXPRESSO NOS GESTOS.....	70
3.4 O MEDO EXPRESSO NO BRINQUEDO.....	72
3.5 O MEDO EXPRESSO NO DESENHO.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	93
ANEXOS	
ANEXO A – FOTOS DA CRECHE.....	100
ANEXO B – LIVRO UTILIZADO NA CONTAÇÃO DE HISTÓRIA.....	107

INTRODUÇÃO

No Brasil, as forças policiais são responsáveis pela prevenção e repressão ao crime, além da manutenção da ordem pública, estando tais previsões inseridas no artigo 144 da Constituição Federal de 1988¹.

Assim, é esperada da força policial a garantia da segurança pública e a proteção de todo e qualquer cidadão. Ocorre que a sociedade brasileira vive, atualmente, uma relação conflituosa com o aparato policial. A sensação de medo e insegurança se faz presente em todas as camadas sociais.

Caberia à polícia, em última instância, o papel de prevenir, coibir e conter as diferentes formas de violência e criminalidade. No entanto, na história brasileira e na prática das organizações policiais, seu papel e representação social têm sido profundamente contraditórios (BAIERL, 2004). Em vez de manter a ordem pública e reprimir o crime, alguns policiais extrapolam o uso da força, utilizando-a de forma desnecessária, inadequada e abusiva.

Estudiosos do fenômeno da violência urbana afirmam que há um descontrole das instituições policiais em que o uso da violência se faz excessiva e o medo se instaura como forma de sociabilidade (ESPINHEIRA, 2008).

Segundo Pinheiro (1998, p. 183):

Há no Brasil um formidável descompasso entre o texto constitucional, os princípios das convenções internacionais retificadas pelo Brasil – cito apenas a proibição das prisões arbitrárias, da tortura, das execuções sumárias, que constituem práticas regulares em todo o país – e o funcionamento efetivo das polícias militares e civis, nos 26 estados. As polícias, desde 1985, como em toda a história republicana, existem apenas *nominalmente*, mas não são instituições eficientes para garantir os direitos democráticos e a segurança [...].

As forças policiais realizam práticas contrárias às normas vigentes no país. Segundo Espinheira (2008) são ações que comprometem o sistema institucional de Segurança Pública. Essa situação manifesta-se, principalmente, por meio dos seguintes aspectos: abuso de autoridade, despreparo dos policiais para lidar com a população, práticas de torturas, assassinatos, envolvimento de alguns policiais com o crime organizado, entre outros.

¹ O artigo 144, da Constituição Federal de 1988 diz que, “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I- polícia federal; II- polícia rodoviária federal; III- polícia ferroviária federal; IV- polícias civis; V- polícias militares e corpos de bombeiros militares”.

Ainda identificando as ações ilegais cometidas pelas polícias, Costa (2004, p. 12) assinala sete práticas policiais reconhecidamente violentas: “detenções violentas, mortes sob custódia, abuso da força letal, controle violento das manifestações públicas, intimidação, vingança e tortura”.

Tais ações presentes no imaginário e cotidiano das pessoas apresentam raízes históricas. Para Stenberger e Cardoso (2005, p. 107), as práticas violentas são provenientes “do ideário de combate ao inimigo, usado desde os anos 1920 em larga escala nas organizações policiais, posteriormente reforçado durante a ditadura militar (1964-1985) com a doutrina da segurança nacional”. Neste sentido, ainda segundo os autores

Com a desculpa de combater o Comunismo, as forças armadas passaram a exercer o controle do monopólio de repressão política e ideológica no país, reordenando as polícias, para conter e perseguir internamente os adeptos da nova ordem. De volta ao Estado Democrático, tal doutrina foi transposta para a luta contra a criminalidade, em que o criminoso é um inimigo que precisa (para ser combatido) ser tratado sem a proteção dos direitos civis e, se possível, ser abatido (STENBERGER e CARDOSO, 2005, p. 107).

Jorge da Silva (2001, p. 69) afirma ser “pouco provável que alguém discorde da afirmação de que a polícia brasileira ainda carregue as marcas da truculência, e que não se livrou totalmente do papel de garantia de uma ordem social historicamente calcada na hierarquia social e na discriminação”.

Assim, as ações virulentas do aparato policial vêm tecendo ao longo do tempo uma cultura marcada por um histórico de violência. A polícia deixa de incorporar a noção de cidadania e o respeito aos direitos dos cidadãos ao atuar com excesso em sua ação cotidiana.

Nesse sentido, Augusto dos Santos (2001, p. 24) ressalta:

O condicionamento social da violência não nos permite negar que haja uma certa cultura policial da violência, até mesmo porque não é toda a sociedade que alimenta a violência nossa de cada dia. As estatísticas do Banco de dados do MNDH demonstram o quanto a polícia tem sido uma das principais instituições reprodutoras de violência no Brasil, especialmente contra negros e pobres.

Embora a violência policial afete toda a sociedade, é nas camadas das classes econômicas mais baixas que os abusos e os excessos se manifestam com mais frequência. De acordo com Bandeira e Suarez (2001, p. 78), “o uso da violência para a

manutenção da ordem pública se configura como uma forma de discriminação de pobres e não brancos”. Salienta Espinheira (2008, p. 45) que:

A violência da atuação das forças de segurança, polícia civil e militar, em ambiente de fragilidade cidadã, é outro fator que coloca a polícia como instituição intimidante, sem a correspondente confiança da população como instância de mediação ou solução de conflitos. As populações dos bairros populares veem as polícias com apreensão, na mais típica formulação de que é um “mal necessário”, mas uma ameaça sempre que age nas comunidades violentando as pessoas, até mesmo no trato mais casual, em que os insultos e agressões são práticas comuns no trato dos policiais com os moradores.

Dentro desta linha de pensamento, Espinheira ainda afirma (2008, p. 48):

As desigualdades sociais são institucionalmente reconhecidas. Não há o mesmo tratamento para os diferentes. Uma parcela muito ampla da sociedade é frágil por carências; outra, bem menor, teme pelo que possui. Sem reciprocidade e sem encontro, a própria sociedade se torna objeto do medo e medrosa age irracionalmente sem controlar-se, disseminando o medo como paranóia urbana contemporânea.

As pessoas oriundas de bairros populares se tornam, na atuação policial, alvo dos mais variados abusos e do rol de ações violentas. As polícias criam um perfil criminoso, levando a crer que pessoas da periferia são potencialmente perigosas. Nesse sentido, Pinheiro (1997, p. 49) destaca que “a polícia e outras instituições do sistema de Justiça penal tendem a agir como guardas de fronteira, protegendo dos pobres as elites e exercendo literalmente o papel de cordão sanitário”.

Percebe-se que, embora o descontrole da máquina policial perpassa por toda a sociedade brasileira, são nas camadas sociais de baixo poder aquisitivo que esse fenômeno se manifesta de forma mais intensa. Espinheira (2008, p. 31) sublinha que “nas sociedades urbanas contemporâneas a pobreza é fator contribuinte causal da violência, em que o estado de carência limita, frustra e revolta”, sendo a violência policial um de seus desdobramentos.

Toda essa truculência e práticas violentas efetuadas pela polícia acabam disseminando o medo² nas camadas sociais mais pobres. Caldeira (2000) afirma que a

² Dias (2007, p. 16) ao abordar a questão do medo presente em nossa sociedade afirma que “o medo social é produto de relações de poder desequilibradas, em qualquer dos campos da ação humana, havendo atores que dele mais beneficiam, e outros que por ele se deixam dominar. E a prevalência desta emoção nas estruturas de relações sociais faz-se pela manutenção de uma ordem, cujos vigilantes procuram assegurar a máxima eficiência da sua atuação, podendo estes revestir as mais diversas expressões, formais e informais, para garantirem a sua eficácia no tecido social. Neste sentido, o medo social emana de diferentes fontes, e não é produto de uma espontaneidade ingênua. Ele resulta de uma intencionalidade, que se pode caracterizar por uma maior ou menor intensidade junto daqueles que constituem o alvo preferido de quem da sua insegurança pode beneficiar. Esta emoção reflete estados de insegurança que radicam naquilo que de mais profundo existe no ser humano, e quem mais dela fizer uso maior possibilidade terá de controlar a ação dos outros”.

violência e o medo combinam processos de mudanças, alterando a arquitetura urbana, segregando e discriminando grupos sociais em enclaves fortificados.

E é na cultura da violência e do medo que as instituições policiais se desenvolvem. De acordo com Ferreira dos Santos (2007, p. 128):

as diversas práticas de violência e abuso de poder, reiteradas nas ações dos policiais (civis, militares e federais), parecem inscrever-se como orientação da instituição, uma vez que existem inúmeras denúncias de torturas em delegacias, prisões e penitenciárias. Tais práticas traduzem-se na negação das regras do direito e da legalidade, que deveriam estabelecer os parâmetros das ações policiais. Entretanto, o que prevalece, nesse caso, é a obediência ao mando abusivo do policial, ancorado pelo medo, pela impunidade, pela omissão e a convivência dos governos estadual e federal.

O excesso e a ilegalidade na prática policial faz surgir o que estudiosos do tema chamam de medo social. Espinheira (2008), Jorge da Silva (2001), Pinheiro (1998), Alves (1998) e Baierl (2004) afirmam que existe na sociedade brasileira uma cultura do medo. Nessa realidade, o medo da polícia se substancia tornando-se uma ameaça à população de baixa renda.

A existência desse medo social, principalmente no que se refere aos moradores das comunidades empobrecidas que convivem com a violência policial, sofre interferências significativas, principalmente na vida dos jovens.

A análise do aparato policial frente às questões do medo envolvidas remete à necessidade de destacar a repercussão dessas nos elementos presentes na memória coletiva e seus efeitos com as experiências do passado. Como afirma Pollak (1992, p. 201)

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.

Nesse sentido, o sentimento surgido dentro de uma coletividade traz a memória como algo indissociável de um grupo. Por meio desta, os fatos integrantes do grupo são transmitidos e sociabilizados, tornando-se pertencentes a ele, mesmo que não vivenciados.

Podemos, portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do

sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em que sua construção de si. (POLLAK, 1992, p. 204)

Os fatos vividos com frequência na comunidade e o sentimento destes frente às ações policiais são fatores motivadores para a pesquisa no campo infantil dentro do contexto de crianças oriundas de um bairro periférico. Mais especificamente, para a análise do medo presente em relação à polícia no período denominado de “primeira infância”.

O local escolhido para a pesquisa encontra-se na periferia da cidade de Vitória da Conquista – BA, em uma comunidade³ marcada pela presença constante da polícia devido ao trabalho de combate ao tráfico de drogas e outros crimes. As crianças desta localidade vivenciam diariamente a presença policial nas ruas, estabelecimentos e casas. Elas observam os comportamentos, muitas vezes conhecidos, e refletem nessa vivência as suas reações.

Não é raro que figuras desconhecidas provoquem medo. Mas, se a criança se acostuma gradativamente às figuras, origina-se nela uma mistura de sentimentos de medo, curiosidade e divertimento. (MULLER, 1977, p. 66)

Por esse motivo, o foco de análise da pesquisa foi um dos espaços de socialização da criança. Foram selecionadas 40 crianças, com idades entre 04 e 05 anos, frequentadoras da creche local⁴.

Assim, o propósito desse trabalho é analisar se crianças de 04 a 05 anos de idade, moradoras de um bairro periférico da cidade de Vitória da Conquista – BA vivenciam no seu cotidiano o medo da polícia. Buscou-se identificar fatores sociais e associá-los às vivencia infantis na comunidade, em um processo de interface entre a ação policial no Bairro pesquisado e o medo em análise.

Neste momento, é importante tecer alguns comentários acerca da estratégia metodológica desenvolvida na presente pesquisa. No final do século XX, Corsaro (1997, p. 95) já assinalava que “crianças estão merecendo estudos como crianças”. Tal afirmação, segundo Delgado e Muller (2005), se dá em razão de que durante muito tempo utilizou-se concepções teóricas que marginalizavam a criança e a infância.

Fernandes e Tomás (2008, p. 2) apresentam os desafios metodológicos nas pesquisas com crianças em dois planos: o teórico, no qual se sustenta “a participação

³ Por motivos de segurança, o nome do Bairro pesquisado não será revelado.

⁴ Por motivos de segurança, o nome da creche pesquisada não será revelado.

das crianças enquanto princípio para a consolidação da sua imagem enquanto sujeito ativo de direitos, atores sociais com espaço na sociedade” e o metodológico, em que se deve ultrapassar o legado epistemológico do déficit da racionalidade e competência das crianças, considerando-as “enquanto objeto de investigação autônomo e independente, enquanto sujeito de um processo de pesquisa, onde a sua voz e ação social são susceptíveis de serem analisadas a partir dela mesma”.

Nesse sentido, os estudos realizados por Corsaro (1997) foram essenciais para o entendimento e o desenvolvimento da pesquisa. Seu entendimento de que crianças são agentes ativos que constroem suas próprias culturas e contribuem para a produção do mundo adulto e de que a infância faz parte da sociedade e não é uma imaturidade biológica, nem uma característica natural nem universal dos grupos humanos, direcionou a pesquisa no trabalho com crianças.

Dessa maneira, levam-se em conta os ensinamentos de Saramago (2001) que aduz a dificuldade em pesquisar crianças do primeiro ciclo e a necessidade de adequação e reajustamento das técnicas de pesquisa comumente utilizadas.

Uma estratégia de pesquisa no terreno que pretenda realizar trabalhos empíricos com crianças depara-se com um conjunto de preocupações específicas, tendo em conta as características particulares destes observáveis. É importante que a construção das técnicas seja elaborada com base em ferramentas metodológicas que procurem ser permeáveis às especificidades do grupo social da infância e às particularidades de cada criança enquanto ator social pleno. (SARAMAGO, 2001, p.13)

Assim, embasado em estudos e métodos utilizados por Corsaro (1997), Sarmiento (1997) e Delgado e Muller (2005) para a atividade de pesquisa, o caminho metodológico escolhido foi o estudo de caso etnográfico, considerado apropriado à interpretação da ação nos contextos infantis. Esse tipo de investigação tem, para Sarmiento (1997, p. 152), “uma perspectiva interpretativa e crítica e que se centra nos fenômenos simbólicos e culturais das dinâmicas de ação no contexto organizacional das crianças”. Uma pesquisa com orientação etnográfica incorpora os pressupostos que a constituem, utilizando de pressupostos teórico-metodológicos das Ciências Sociais para o conhecimento de uma realidade.

Silva (2003) entende a etnografia genericamente como um método de investigação realizado no contato direto e prolongado com os atores sociais cuja interação constitui o objeto de estudo “preocupado em entender os sentidos que os

sujeitos conferem à sua própria ação, enquadrando aquele sentido e esta ação nas suas condições sociais de existência” (SILVA, 2003, p. 127).

Neste sentido, aduz Delgado e Muller (2005, p. 9):

A etnografia visa apreender a vida, tal como ela é cotidianamente conduzida, simbolizada e interpretada pelos atores sociais. A vida é, portanto, plural nas suas manifestações, imprevisível e ambígua nos seus significados. Isso nos desafia a renunciar definição de critérios universais de verdade, assim como nos instiga a pensar nas crianças como capazes de interpretar e dar novos sentidos às relações que experimentam com o mundo, com outras crianças e adultos. Nos estudos etnográficos analisamos os aspectos simbólicos e culturais da ação social, os aspectos da existência que se revelam fundamentais na interpretação dos enunciados, as emoções e os sentimentos; como as pessoas envolvidas no estudo atribuem sentidos para os fatos da vida; como interpretam suas experiências ou estruturam o mundo no qual vivem.

Assim, para tentar desvelar o medo que crianças possuem da polícia é essencial observar seus locais, objetos, símbolos, gestos, atividades, comportamentos, interações e situações. Uma presença diária do pesquisador, além de contato direto com as crianças, foi necessária para que se pudesse afirmar que o medo da polícia é manifestado no ambiente escolar. Assim, o método etnográfico revelou-se o mais adequado às pretensões do pesquisador.

A pesquisa apoiou-se em alguns pressupostos teóricos e técnicas do método etnográfico. Adaptações foram necessárias em razão das peculiaridades dos sujeitos pesquisados, isto porque “as crianças se distinguem umas das outras nos tempos, nos espaços, nas diversas formas de socialização, no tempo de escolarização, nos trabalhos, nos tipos de brincadeiras, gostos, nas vestimentas, enfim, nos modos de ser e estar no mundo” (DELGADO e MULLER, 2005, p. 7). Foram escolhidas como técnicas para a captação de dados a observação participante, as atividades em grupo, além de anotações em diário de campo.

Silva, Barbosa e Kramer (2005, p. 48) indicam os caminhos necessários a trilhar para a realização de pesquisa com crianças:

Na pesquisa com crianças pesquisamos sempre relações (VYGOTSKY, 1984), o que torna fundamental ver e ouvir. Ver: observar, construir o olhar, captar e procurar entender, reeducar o olho e a técnica. Ouvir: captar e procurar entender; escutar o que foi dito e o não dito, valorizar a narrativa, entender a história. Ver e ouvir são cruciais para que se possa compreender gestos, discursos e ações.

Em relação às técnicas utilizadas na presente pesquisa é importante dizer que a observação fornece subsídios para diagnosticar uma situação problema e visualizar as características e ações de determinado grupo. Segundo Fagundes (1999, p. 23):

A observação comportamental é importante para psicólogos, modificadores do comportamento e pesquisadores, servindo-lhes como um instrumento de trabalho para obtenção de dados que, entre outras coisas, aumentem sua compreensão a respeito do comportamento sob investigação.

A escolha da creche para realização da pesquisa não foi por acaso. Como afirma Saramago (2001, p. 9):

A escola pode ser eleita como um lugar privilegiado para observação do grupo das crianças, já que se constitui como um importante contexto de interação para este grupo, assim como um agente de socialização muito significativo para a infância. [...] constitui uma excelente oportunidade de contato com um número muito significativo de crianças, cuja organização própria do sistema de ensino já permite encontrar agrupadas segundo características comuns — a idade e o nível de ensino frequentado —, encontrando-se estes dois atributos em correspondência mais ou menos direta.

O ambiente escolar, com suas características e fácil acessibilidade fornece um canal de contato direto com as “dimensões da vida social e privada das crianças” (SARAMAGO, 2001, p. 11).

É no primeiro ano do primeiro ciclo do ensino básico que as crianças começam a desenvolver os contatos mais sólidos e sistematizados com a linguagem escrita e oral, o que lhes proporciona formas mais amplas de comunicação, expressão e percepção do mundo à sua volta, permitindo um reajustamento dos seus papéis enquanto atores sociais. (SARAMAGO, 2001, p. 12)

Vale dizer que a primeira atitude perseguida no decorrer de todo o trabalho foi a ética. Autores como Delgado e Müller (2005), Corsaro (1997) evidenciam a necessidade de a questão ética perpassar todas as etapas da pesquisa. Assim, antes de iniciar os trabalhos, foi solicitada a autorização da Coordenação da Creche, professores e dos próprios infantes, entendendo-os como sujeitos de direito. Desse modo, foi garantido à criança, o direito de decidir ou não sobre sua participação na pesquisa.

Agostinho (2010, p. 5) ressalta que “as discussões acerca do melhor interesse das crianças têm aumentado, mostrando-nos que nem sempre o que os adultos julgam ser o melhor para elas é o que elas mesmas pensam ou desejam”. Nesse sentido, Roberts (2005, p. 257) salienta que:

Embora seja provável que a investigação sobre crianças, que inclui crianças e jovens fortaleça, consideravelmente, alguns aspectos da investigação, não podemos tomar como certo que a participação na investigação e o desenvolvimento de métodos investigativos cada vez

mais sofisticados, de modo a facilitar a participação das crianças seja necessariamente sempre pelos seus interesses. O que serve uma agenda de investigação nem sempre cumpre a agenda política ou prática ou, até, os interesses dos participantes.

Por motivos éticos e por segurança, os nomes das crianças pesquisadas não serão revelados. Cada criança foi identificada na pesquisa por intermédio de números, o que propicia o entendimento e a identificação de cada gesto, ação ou palavra dos sujeitos pesquisados.

A inserção do pesquisador no ambiente das crianças pesquisadas aconteceu de forma gradual. Os encontros duraram aproximadamente uma hora, durante o período do recreio das crianças. Aos poucos, a presença do pesquisador tornou-se comum, diminuindo a influência no comportamento rotineiro destas. A idéia inicial de observar as crianças em seu cotidiano educacional nos primeiros dias de pesquisa deu lugar à observação participativa, ou seja, o pesquisador começou a ficar onde as crianças estavam (sentado junto às mesinhas, no chão, no parquinho, na cantina, etc.) e a participar das atividades do cotidiano educacional delas.

As crianças sentiram-se à vontade com a presença do pesquisador e contavam, com muita naturalidade, suas experiências de vida. Não foi feita nenhuma pergunta acerca de suas histórias de vida, experiências ou sobre a polícia. Todos os dados relatos e ações das crianças apresentadas na pesquisa surgiram e se manifestaram naturalmente, sem qualquer tipo de induzimento.

Quando foi percebida a confiança das crianças no pesquisador e o início de uma integração deste com o ambiente dos infantes foi realizada uma atividade em grupo. Inicialmente com as crianças de 04 anos e posteriormente com as crianças de 05 anos foi realizada uma atividade de classe elaborada juntamente com as professoras que consistia em contar uma história e depois utilizar o desenho. A orientação inicial foi em não induzir as crianças, nem questioná-las acerca de suas histórias e experiências de vida.

Desta forma, para explicitar as análises se faz necessário contextualizar aspectos primordiais da pesquisa estruturados em capítulos. No capítulo 1 encontra-se a revisão de literatura abordando a formação histórica da instituição policial no Brasil, analisando suas peculiaridades, apresentando a questão da violência perpetrada no âmbito policial, além da forma de ação e visão da atuação policial dentro de comunidades de baixo poder aquisitivo. O trabalho aborda os aspectos históricos de um modo geral,

englobando tanto a polícia militar quanto a civil e ressalta, em determinados momentos, a forma de atuação do aparato policial.

A opção por um recorte menos específico se deu em razão das crianças em idade pré-escolar analisadas não saberem diferenciar as polícias existentes. Vale citar que no bairro onde ocorreu a pesquisa há incursões constantes tanto do aparato policial militar como do civil. Dessa forma, apresenta-se a formação da instituição policial em determinados períodos, como se perpetuou uma cultura violenta e as práticas abusivas na sociedade brasileira.

O capítulo 2 aborda, a partir da revisão de literatura sobre o tema, a questão do medo e o medo social disseminado na sociedade. Analisa-se como as ações virulentas do aparato policial vêm tecendo ao longo do tempo uma cultura do medo. Desta forma, entendendo o medo como um produto, fruto de uma produção social, destaca-se a repercussão deste nos elementos presentes na memória coletiva. Assim, correlaciona o medo sentido com as experiências vividas no passado e ressalta os entendimentos construídos em relação à memória ao longo da história. Conclui-se o capítulo com a interligação entre os conceitos de violência policial, medo social e memória coletiva.

O capítulo 3 aborda as questões referentes à infância, à memória e o medo em crianças de tenra idade. Nele estão expressas as falas, os gestos, as brincadeiras, as expressões e manifestações das crianças pesquisadas ao reproduzirem relações com o aparato policial. Passou-se, então, a analisar os dados coletados, dialogando com os autores especialistas no assunto. Dessa maneira, buscou-se desvelar o medo que crianças da educação infantil possuem da polícia, revelado nas suas mais variadas formas de manifestação, como nas falas, gestos, brincadeiras, brinquedos ou desenhos.

Nas considerações finais são apresentadas as contribuições e os desdobramentos da investigação, demonstrando que crianças da educação infantil, vivenciam e reproduzem em suas atividades diárias o medo que sentem do aparato policial.

CAPÍTULO 1. TRAJETÓRIA HISTÓRICA E FORMAÇÃO DA INSTITUIÇÃO POLICIAL

O objetivo deste capítulo é apresentar os aspectos de maior envergadura que marcaram o processo de formação do aparato policial no Brasil. Ressalta-se, em determinados e específicos momentos históricos, como caracterizou-se esta instituição.

A expressão polícia está ligada ao termo grego *politeia*. Os romanos a latinizaram para *politia*, derivado da palavra *polis*, que significa cidade (MONET, 2001). Bobbio (2000, p. 944) conceitua a polícia como:

Função do Estado que se concretiza numa instituição de administração positiva e visa pôr em ação as limitações que a lei impõe à liberdade dos indivíduos e dos grupos para salvaguardar a manutenção da ordem pública, em suas várias manifestações: da segurança das pessoas à segurança da propriedade, da tranquilidade dos agregados humanos à proteção de qualquer outro bem tutelado com disposições penais.

Por muito tempo as construções teóricas davam à noção de polícia a soberania absoluta do Estado imperial em relação aos seus súditos. Polícia significava poder coercitivo do Estado. Atualmente, como afirma Chevigny (2000, p. 65) “podemos nos aproximar do âmbito do papel da polícia por suas funções de proteger as pessoas e manter a ordem, pelo policiamento ostensivo, assim como investigar os crimes já ocorridos, por meio de inquérito ou da polícia judiciária”.

Assim, a instituição policial consolidou-se historicamente como o principal agente público autorizado para utilizar a força quando necessário. Manter a ordem pública e reprimir o crime são as principais funções da polícia, incluindo ainda, a proteção das pessoas e a garantia de exercício dos direitos à vida, à integridade física, à liberdade de opinião e à propriedade (ROLIM, 2006).

Desta forma, será detalhado o surgimento das primeiras instituições policiais no Brasil, analisando suas práticas rotineiras e peculiaridades.

1.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA INSTITUIÇÃO POLICIAL NO BRASIL

A instituição policial consolidou-se historicamente como o principal agente público autorizado para utilizar a força quando necessário. Manter a ordem pública e reprimir o crime constituíram as principais funções da polícia, incluindo ainda, sob a ótica humanista, a proteção das pessoas e a garantia de exercício dos direitos à vida, à integridade física, à liberdade de opinião e à propriedade (ROLIM, 2006).

No Brasil, a polícia militar ou civil passou por enormes transformações ao longo dos anos, sendo concebida sob diferentes enfoques, consolidando no decorrer da história costumes e procedimentos que marcaram profundamente a sociedade brasileira.

Desta forma, sem a pretensão de aprofundar neste assunto, passamos a relacionar os principais marcos e características da polícia e do que se entendia por força policial em determinados momentos da história do Brasil.

1.1.1 PERÍODO COLONIAL E IMPERIAL

As primeiras forças de segurança pública foram criadas antes mesmo da independência do país, no período colonial. Neste sentido, Mendes (2012, p. 10) afirma que:

Desde o período da colonização brasileira, através do sistema de capitânicas hereditárias, percebe-se a concretude da “defesa dos dominantes”, detentores do poder econômico, observando-se a interferência de setores privados em uma área de interesse público, como no caso da segurança. Os fidalgos portugueses explorariam a terra, mas, pagariam seu quinhão à Coroa portuguesa, além do fato de que, indispensavelmente, teriam que organizar forças de defesa que protegessem as propriedades das ações de invasores estrangeiros e das ações dos nativos.

Neste período vieram os governadores-gerais, pioneiros na implantação da administração colonial. Com eles chegaram os primeiros soldados, encarregados de garantir a segurança dos novos habitantes da terra Brasil. As forças armadas eram constituídas de infantaria, cavalaria e artilharia. A figura da polícia era exercida por este grupo de soldados que deveriam assegurar a paz e a integridade física dos grupos locais encarregados de desbravar as *novas* terras. Nesse sentido, Borges Filho (1994, p. 33) afirma que:

Em 29 de março de 1549, com a instalação do primeiro Governo Geral do Brasil, de Tomé de Souza, na cidade de Salvador, “chegaram ao Brasil as primeiras instituições oficiais para administração da colônia: um ouvidor-geral, que se encarregaria dos negócios da justiça; para a fazenda havia um provedor-mor; da vigilância do litoral se ocuparia um capitão-mor da costa.

Esse processo de criação das forças policiais foi condicionado pelas disputas políticas entre o poder central e as lideranças locais, bem como pela realidade social e econômica da época marcada por uma sociedade conservadora de base escravista (HOLLOWAY, 1997).

Tomé de Souza, na década de 1560, determinou que fosse realizado o primeiro policiamento ostensivo, o qual seria efetivado nas estradas próximas às vilas. De acordo com Vieira (1965, p. 10):

Ante as circunstâncias, as tropas, além de guardarem o núcleo a que serviam, passaram a rondar as áreas bordejantes e pervagar os caminhos mais utilizados [...] Era, legitimamente, uma função policial, essa que exercia, porque nestes casos, agia policialmente.

A formação das forças de segurança levou à criação dos Regimentos Regulares de Cavalaria, dentre os quais encontrava-se o da Capitania das Minas Gerais, criado em 9 de junho de 1775, que constituiu-se a “mais evidente organização de uma força policial, já efetuava policiamento rotineiro de prevenir e reprimir o crime” (FÉLIX SILVA, 1998, p. 7).

Em 1808, com a chegada da coroa portuguesa no país Dom João VI, o príncipe regente, criou o cargo de Intendente Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, função desempenhada por delegados em cada província. Estes delegados eram agentes públicos responsáveis pela proteção e monitoramento das ruas das províncias. Em 13 de maio de 1809, dia do aniversário do príncipe regente, D. João criou a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia da Corte formada por 218 guardas com armas e trajes idênticos aos da Guarda Real Portuguesa. Era composta por um Estado-Maior, três Regimentos de Infantaria, um Regimento de Artilharia e um Esquadrão de Cavalaria. Seu primeiro comandante foi José Maria Rebello Vasconcellos e Souza, ex-capitão da Guarda de Portugal (RUSSO, 2005, p. 22).

O intendente-geral de polícia ocupava o cargo de desembargador e seus poderes eram bastante amplos. Além da autoridade para prender, podia também julgar e punir as pessoas acusadas de delitos menores. Mais do que as funções de polícia judiciária, o intendente-geral era um juiz com funções de polícia (COSTA, 2004).

Com a promulgação da primeira Constituição brasileira, em 1824, foi previsto que somente por ordem escrita de autoridade competente é que poderia ser decretada prisão em flagrante. Em 1835, entra em vigor no Brasil o Código de Processo Criminal que outorgava à polícia uma organização descentralizada e criava o cargo de Chefe de Polícia. Já em 1841 são criadas em cada província as Polícias Civis, previstos os cargos de Chefe de Polícia, Delegados, Subdelegados e Inspetor de Quarteirão. Neste mesmo ano, cria-se uma corporação especial intitulada Capitães do Mato cuja única tarefa era resgatar os escravos que fugiam de seus senhores (RUSSO, 2005, p. 23).

Em 1891, a Constituição Federal determinou que o direito de iniciativa de pronunciamento não seria mais uma garantia da polícia. Em 1930, cada unidade da federação ganhou a liberdade para instituir seu corpo de policiais de maneira autônoma, desde que dentro dos limites da Constituição Federal da época.

Salienta-se que outra instituição criada neste período foi a Guarda Real de Polícia que, posteriormente, deu origem às Polícias Militares do Brasil. Organizada militarmente, a Guarda Real possuía amplos poderes para manter a ordem. Era subordinada ao Intendente-geral de Polícia e não possuía orçamento próprio. Seus recursos financeiros vinham de taxas públicas, empréstimos privados e subvenções de comerciantes locais. Seus métodos espelhavam a violência e a brutalidade da vida nas ruas e da sociedade em geral (HOLLOWAY, 1997).

Como resultado da ineficácia no gerenciamento das crises da época, a Guarda Real foi extinta, seus oficiais redistribuídos pelas unidades do Exército e os praças dispensados do serviço. Em seu lugar foi criado o Corpo de Guardas Municipais Permanente.

1.1.2 PRIMEIRA REPÚBLICA

Através do Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889, é proclamada a República no Brasil e já naquele documento, em seus artigos 6º e 8º, pode-se encontrar referência ao emprego da Força Pública dos Estados como forma de manter a ordem pública:

Art. 6º - Em qualquer dos Estados, onde a ordem pública for perturbada e onde faltem ao Governo local meios eficazes para reprimir as desordens e assegurar a paz e tranqüilidade públicas, efetuará o Governo Provisório a intervenção necessária para, com o apoio da força pública, assegurar o livre exercício dos direitos dos cidadãos e a livre ação das autoridades constituídas[...] Art. 8º - A força pública regular, representada pelas três armas do Exército e pela Armada nacional, de que existam guarnições ou contingentes nas diversas Províncias, continuará subordinada e exclusivamente dependente de Governo Provisório da República, podendo os Governos locais, pelos meios ao seu alcance, decretar a organização de uma guarda cívica destinada ao policiamento do território de cada um dos novos Estados. (BRASIL, 2007)

Assim, a Proclamação da República instaurou uma nova ordem política, inaugurando uma reorganização do aparato repressivo estatal. Embora o advento da República não tenha significado uma alteração fundamental na composição da classe dominante, a nova ordem política modificou consideravelmente as relações entre as

diferentes elites políticas e alterou as relações entre as classes dominantes e subalternas. A abolição da escravidão, a instauração de um federalismo altamente descentralizado e o rápido crescimento urbano das principais cidades brasileiras exigiram profundas modificações nas instituições policiais (MENDES, 2012).

No aspecto social, a abolição da escravidão afetou profundamente o trabalho policial. O papel das polícias no controle social concentrou-se na vigilância das classes consideradas perigosas e, com o fim da escravidão, as polícias reinterpretaram sua função na estrutura de controle social. Uma das primeiras tarefas impostas ao aparelho policial foi o controle da população rural que migrou em massa para os principais centros urbanos.

Neste jogo de forças dentro das relações de poder, as forças de segurança pública consistiam muito mais em elementos de controle e repressão aos menos favorecidos, considerando que, a exemplo do que ocorria no período imperial, eram os coronéis que determinavam quem deveria assumir a função de delegado, subdelegado, de comandante do destacamento, isto é, eram eles que mantinham o controle da ordem social e política, influenciando até mesmo sobre o judiciário (MENDES, 2012, p. 21).

Este foi um período de intensa agitação no país, onde os conflitos armados foram, quase sempre, a forma de se resolver as questões de ordem política, econômica, social e mesmo religiosa, motivados pela presença marcante dos militares no poder. Como exemplos desses conflitos, Mendes (2012) cita as Revoltas da Armada (a primeira em 1891 e a segunda, no período de 1893-1894), a Revolução Federalista (1893-1895), a Guerra de Canudos (1893-1897), a Revolta da Vacina (1904), a Revolta da Chibata (1910), a Guerra do Contestado (1912-1916), as Greves Operárias (1917-1919), a Revolta dos 18 do Forte (1922), a Revolução Libertadora (1923-1924), a Coluna Prestes (1925-1927) e a Revolução de 1930.

1.1.3 ERA VARGAS

O Golpe de 1930 limita a primeira fase do período republicano, marcada por diversos conflitos de múltiplas nuances ideológicas que obrigaram as forças policiais a permanecerem aquarteladas de prontidão, lutando ao lado das tropas das forças federais ou reprimindo manifestações nas ruas. O governo federal, que tinha como seu representante maior o presidente Washington Luís, havia perdido o controle sobre as Forças Armadas e as polícias estaduais, dando sua eclosão como uma decorrência da

luta dos oficiais subalternos, apoiados pelos militares, pela classe média urbana e pelos trabalhadores em geral contra o poder oligárquico dominante (MENDES, 2012).

Assim, o golpe de 1930 pôs fim ao arranjo político da Primeira República, já corroído pelo clientelismo. Getúlio Vargas chega ao poder com a intenção de inaugurar uma nova ordem política baseada num Estado forte o suficiente para conduzir a sociedade a novos rumos (COSTA, 2004).

A polícia iria assumir papel fundamental na construção e manutenção desse regime autoritário. Suas tarefas foram ampliadas, sendo de sua competência o controle dos grupos políticos dissidentes. Aqueles vistos como inimigos do Estado (comunistas, judeus, dissidentes políticos, entre outros) deveriam ser vigiados e controlados, juntamente com as classes pobres perigosas (CARVALHO, 2007).

As polícias sofreram várias transformações para se adequarem às novas configurações constitucionais. Logo nos primeiros meses do governo Vargas promoveu-se uma ampla reforma nos quadros da polícia civil do Distrito Federal e de alguns outros Estados (SOUSA e MORAIS, 2011). Delegados foram exonerados e substituídos por pessoas de estrita confiança do regime. Esse foi o primeiro passo para o redimensionamento do aparato policial brasileiro. Em 1934, foi implementada uma ampla reforma na estrutura da Polícia – Decreto nº 24.531, de 2 de junho de 1934. Além de redefinir funções e responsabilidades dos quadros, ampliou-se o poder do chefe de polícia e se expandiu a estrutura policial. Como resultado dessas reformas, a chefia de polícia suplantou a estrutura do ministério da justiça e exerceu poder direto sobre os órgãos de repressão federais e estaduais (COSTA, 2004).

Em 1937, segundo Torres (1977), Getulio Vargas cria uma polícia especial inspirada no modelo nazista, denominada de serviço de divulgação, que desenvolveu no país um intenso trabalho de propaganda contra as ideologias subversivas que procuravam atrapalhar, neste período, a tranquilidade pública e a segurança do regime e do governo.

A repressão política empreendida por Vargas apoiava-se no tripé: polícia política, legislação penal sobre crimes políticos e tribunal de segurança nacional. O controle desse aparato repressivo estava diretamente subordinado ao Presidente da República. No âmbito nacional, a vigilância política era centralizada no Distrito Federal, cuja polícia civil coordenava as ações policiais dos demais estados (FAORO, 1997).

Neste período, em 1940, entra em vigor o código penal brasileiro e, em 1941, o código de processo penal do período getulista. Em 31 de agosto de 1942, o Brasil entra

na II Guerra Mundial e o blecaute nas cidades litorâneas durante a noite provocava o aumento da insegurança nas ruas, ainda que o policiamento militar estivesse intensificado. Naquele ano, o Decreto-Lei nº 1.202, de 8 de abril previa em seu artigo 32, inciso XI que o efetivo das polícias militares era da competência dos governos estaduais, contudo sob aprovação prévia do Presidente da República.

Em 1945, inicia-se um período de extremado autoritarismo e violência por parte das polícias estaduais contra qualquer movimento interpretado como contrário aos interesses governamentais. A polícia militar empregava equipamentos de guerra para dissolver manifestações nas ruas e a polícia civil revirava a vida de pessoas consideradas suspeitas de serem opositoristas ao regime. No mês de outubro daquele ano, Getúlio Vargas é deposto por um golpe militar, liderado pelos generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra (MENDES, 2012).

1.1.4 REGIME MILITAR

O golpe militar estabeleceu um regime burocrático-autoritário conduzido por militares e civis que iria se estender até 1985. O regime militar restringiu a participação política e ampliou o poder das forças armadas. Essa nova ordem política era justificada a partir da noção de inimigo interno inscrita na doutrina de segurança nacional, desenvolvida pela escola superior de guerra do exército brasileiro (CARVALHO, 2007).

A exemplo da Era Vargas, o aparato policial foi utilizado para conter a oposição política. Para tal, usou e abusou da repressão, da tortura e das prisões. A violência policial foi o instrumento utilizado contra a dissidência política. Entretanto, diferentemente do que ocorreu na ditadura de Vargas, não foram apenas as polícias que praticaram a repressão política, mas também as forças armadas que, nesse período, detiveram o monopólio da coerção político-ideológica (COSTA, 2004).

Para tanto, foi necessário reorganizar o aparato policial existente, ampliando sua competência e subordinando-o ao controle das forças armadas, especialmente do exército. A constituição federal de 1967, seguindo a tradição brasileira, manteve as polícias militares como reserva e forças auxiliares do exército. A fim de facilitar o controle do aparato policial, extinguiu as guardas civis e incorporou seus efetivos às polícias militares que passariam a ser as únicas forças policiais destinadas ao patrulhamento ostensivo das cidades sob tutoria do exército brasileiro. Vale frisar que, segundo Mendes (2012, p. 30):

Os anos do governo de exceção ocorridos após o golpe militar de 1964 vieram apenas confirmar e fortalecer a tendência militarizante existente no sistema policial brasileiro desde o seu nascedouro. A implantação do regime contou com forte presença das forças policiais dos Estados.

Em 1967 foi criada a inspetoria-geral das polícias militares do ministério do exército (IGPM) - Decreto-lei n° 317, de 13 de março de 1967 e Decreto-lei n° 667, de 2 de junho de 1969, destinada a supervisionar e controlar as polícias militares estaduais. Cabia à IGPM estabelecer normas reguladoras da organização policial, controlar os currículos das academias de polícia militar, dispor sobre os programas de treinamento, armamentos, manuais e regulamentos utilizados pelas polícias, além de manifestar-se sobre as promoções dos policiais militares, esse controle irá influenciar profundamente o perfil das polícias brasileiras. (CARVALHO, 2007).

Para completar o aparato repressivo foi decretada, em 1967, a lei de segurança nacional (LSN) onde eram detalhados os vários crimes contra a segurança nacional. O efeito dessa lei foi devastador para as liberdades individuais no Brasil. Cabia à justiça militar julgar os crimes previstos na LSN. Sua função era dar um caráter de legalidade ao sistema repressivo montado.

Neste período, muitos abusos eram cometidos e, como afirma Huggins (1998, p. 40), boa parte deles eram legalizados através dos Atos Institucionais:

Os militares brasileiros consolidaram seu poder mediante uma série de Atos Institucionais (Ais) draconianos, a “Constituição” *de facto* do novo regime militar [...] O AI-1 estabeleceu certas concisões em que os direitos políticos individuais poderiam ser suprimidos e aboliu outros direitos civis de extensa lista de cidadãos, particularmente aqueles que representavam obstáculo à vasta campanha de “limpeza” recém-iniciada pelo Estado [...] A limpeza foi levada a cabo por todo o país mediante varredura das ruas pelas polícias e Forças Armadas, incluindo amplas buscas, capturas e prisões em massa.

Huggins, Haritos-Fatouros e Zimbaro (2006) registraram que, após o advento do AI-5, a repressão do governo militar aumentou progressivamente, gerando milhares de novas prisões de suspeitos de subversão. Para fomentar essa repressão de forma mais eficiente, foram criados nos Estados esquadrões de operação conjunta, integrados por policiais militares e civis, a exemplo do grupo de operações especiais (GOE), criado no Rio de Janeiro, entre outras unidades. Segundo os autores:

A guerra dos militares contra a subversão não estabelecia limites à polícia, cuja violência legitimava-se ideologicamente em qualquer caso por uma difusa doutrina de segurança nacional que legalizava a violência contra segmentos cada vez mais amplos da população brasileira[...] A ideologia da “segurança nacional” [...] via o Brasil como se estivesse travando um tipo especial de guerra contra a

subversão interna – ‘uma guerra sem uniformes, localizada nas ruas, onde o inimigo misturava-se à população em geral, [onde] a polícia não consegue distinguir os terroristas de bons cidadãos’[...] a ideologia da segurança nacional era agressivamente promovida nas academias de polícia e formação militar (HUGGINS, 2006, p. 44).

Com os militares era adotado um modelo operacional voltado para a guerra ou, no mínimo, para a segurança interna onde o criminoso comum passaria a assumir o papel do inimigo que deve ser eliminado. (MENDES, 2012).

Vale frisar que neste período, em decorrência do Decreto Lei nº 667 de 1969, as polícias estaduais foram incorporadas pelo exército brasileiro, passando a ser consideradas como forças auxiliares do exército, reorganizando as polícias militares e os corpos de bombeiros militares de cada estado da federação (RUSSO, 2005).

1.1.5 ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO (A PARTIR DE 1985)

Em 1985 chega ao fim a Ditadura Militar. Em 1987 é instaurada a assembléia nacional constituinte que culminou com a Constituição Federal do Brasil de 1988, a qual trouxe inovações importantes na seara da segurança pública se comparada ao padrão tradicional de segurança pública incorporado à segurança nacional do período anterior.

As inovações constitucionais na área da segurança pública foram significativas, havendo uma tentativa legal de mudança do papel das forças policiais, bem como a inserção do princípio da gestão participativa na resolução dos problemas da violência e da criminalidade, conforme se pode vislumbrar pela redação do artigo 144 da Constituição Federal (BRASIL, 1988):

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

A ordem constitucional erigida a partir de 1988 elegeu entre os seus objetivos fundamentais a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades sociais e o respeito à

dignidade da pessoa humana. Assim, no modelo democrático, a segurança pública é via de acesso à cidadania plena, ao garantir o respeito à dignidade da pessoa humana e aos próprios direitos humanos (SOARES, 2006).

1.2 SEGURANÇA PÚBLICA E POLÍCIA NO BRASIL

A Constituição de 1988 foi a primeira a definir o conceito de segurança pública distinto de segurança nacional, a partir do qual todas as demais Constituições brasileiras disciplinavam, de algum modo, as atividades de enfrentamento ao crime e à violência (MENDES, 2012).

Assim, a carta de 1988 abandonou a expressão “segurança nacional”, passando a tratar de segurança pública numa mudança não só terminológica, mas indicativa de uma nova teoria para a atividade policial com a qual o monopólio do uso legítimo da violência estivesse nas mãos de organizações que não provocassem medo na população, e sim, fossem vistas como instrumentos de garantia de direitos e de paz. Nesse sentido, Moreira Neto (1998, p. 71) conceitua segurança pública como sendo

ausência de perturbação e disposição harmoniosa das relações sociais constituindo, portanto, a garantia da ordem pública interna, o estado de paz social que experimenta a população, decorrente do grau de garantia individual ou coletiva propiciado pelo poder público, que envolve, além das garantias de segurança, tranqüilidade e salubridade, as noções de ordem moral, estética, política e econômica independentemente de manifestações visíveis de desordem.

Pinheiro (1997) sublinha que os órgãos de segurança pública atravessaram todos os momentos da história política brasileira “funcionando num regime de exceção paralelo”, com “grande margem de autonomia, independentemente de qual fosse o arcabouço jurídico formal em vigor”. Para Lemgruber, Musumeci e Cano (2003, p. 53):

Nenhuma das transições políticas ocorridas na nossa história – mesmo implicando mudanças relevantes em outros setores - teria afetado substancialmente a continuidade desse “poder paralelo”, cuja função básica seria manter, não a ordem pública, no moderno sentido do termo, mas a ordem hierárquica, calcada em profundas desigualdades econômicas e de poder, que caracteriza, desde os primórdios, a formação social brasileira. Assim, se explicariam a permanência das polícias em “regime de exceção”, mesmo sob condições democráticas, e sua extraordinária resistência às tentativas de controle e de reforma constitucional.

Isso pode explicar, em boa medida, a história das distorções, dos excessos, dos abusos e da corrupção nas instituições policiais brasileiras numa situação que é percebida pelos estudiosos como a raiz de graves problemas na atualidade.

Ao longo da história, o que se pode perceber é que o Estado brasileiro, mesmo em seus governos democráticos, jamais abriu mão do privilégio e do conforto de ter a polícia a seu lado para enfrentar, sempre que necessário, pela via da força, eventuais problemas e insatisfações de trabalhadores e classes populares. Ou seja, mesmo nos governos tidos como democráticos, nunca se abriu mão “da ilegalidade da violência dos regimes autoritários” (PINHEIRO, 1997, p.51). Nesse sentido, Lemgruber, Musumeci e Cano (2003, p.54) lembram as “micropráticas do poder”, observando “os mecanismos cotidianos de exercício dos poderes extralegais de polícia que permanecem intocados pela transição democrática”.

Considerando uma enorme distância ideológica entre polícia e sociedade civil, Paixão (1991) vê na “irracionalidade repressiva” uma barreira que pode ser transposta pelo diálogo na medida em que as “preferências valorativas” fundamentem-se em juízos de fato e em que a consolidação da ordem democrática e a segurança pública sejam questões do interesse geral, o que se coaduna com a prática de direitos humanos. Para esse autor, que também questiona os discursos sobre o “pobre criminoso”, sobre o “crime como denúncia da injustiça social” ou sobre “criminoso patológico”,

a transição democrática brasileira ignorou a polícia e está sendo corrigida pelo crime nas ruas. Tanto mais o cidadão necessita da polícia como garantia institucional de seus direitos humanos ameaçados por bandidos individuais e organizados, menos os governos parecem se preocupar em ampliar a eficiência do sistema de justiça criminal e limitar as propensões arbitrárias do poder de polícia (PAIXÃO, 1991, p.40).

A consequência mais evidente e duradoura do modelo centralizado de polícia é a desconfiança entre policiais e cidadãos. Socialmente, a polícia é representada como força a serviço dos interesses dos dirigentes políticos e contra a sociedade e isso traz para o cidadão comum algum grau de incerteza e imprevisibilidade quanto ao que poderia ocorrer no caso de um encontro face a face com um policial. Neste sentido, afirma Pinheiro (1998, p. 183):

Há no Brasil um formidável descompasso entre o texto constitucional, os princípios das convenções internacionais ratificadas pelo Brasil – cito apenas a proibição das prisões arbitrárias, da tortura, das execuções sumárias, que constituem práticas regulares em todo o país – e o funcionamento efetivo das polícias militar e civil nos 26 estados.

As polícias, desde 1985, como em toda sua história republicana, existem apenas nominalmente, mas não são instituições eficientes para garantir os direitos democráticos e a segurança, incapazes que são de enfrentar tanto a criminalidade comum violenta como o crime organizado. Na realidade, desempenham funções de guarda-fronteiras entre as classes.

Assim, mesmo com todo o avanço legislativo e a tentativa de mudança no Brasil, as forças de segurança pública assumem um caráter arbitrário e distante do que dita a legislação nacional, colocando-se muito mais a serviço do Estado e de grupos dominantes do que a serviço do público. Trata-se do uso privado da violência contra a sociedade de forma que as ações consideradas ameaçadoras ao poder político possam ser então, contidas pela força da repressão.

1.3 VIOLÊNCIA E FORÇA POLICIAL

A violência é um fenômeno que altera suas formas de expressão de uma cultura para outra, de um período histórico para outro em uma mesma sociedade, assim como em seu significado para os diferentes grupos sociais que a vivenciam. (ANCHIETA e GALINKIN, 2005)

Etimologicamente, a palavra violência deriva do latim *vis* (força) e significa desnaturar, ou seja, uma ação que é contra a natureza do ser. Coagir, constranger, torturar e brutalizar impedem a espontaneidade, a vontade e a liberdade da pessoa. Violar seria o ato que desrespeita alguém ou alguma coisa valorizada positivamente pela sociedade. Portanto, “a violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psicológico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais, definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror” (CHAUÍ, 1998, p.2).

Segundo Santos Filho (2006, p.1) “a violência é um fenômeno complexo que apresenta causas variadas (psicológicas, biológicas, sociais, econômicas) e que também se expressa das mais variadas formas”. O autor afirma que a violência pode ser classificada segundo a pessoa que sofre (contra a mulher, contra a criança, contra o índio), segundo a natureza da agressão (física, sociológica, sexual) ou segundo o motivo (político, racial, religioso).

Assim, o fenômeno da violência, nos últimos anos, tornou-se uma das questões centrais da problemática social brasileira, passando a ser uma constante no cotidiano da sociedade, principalmente na vivência das camadas pobres e miseráveis.

Podemos dizer que “há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais”. (MICHAUD, 1989, p. 10)

Mas a violência, que por sua vez gera o medo, nada mais é do que a aplicação da força para o exercício do poder de alguém contra outro indivíduo, grupos, ou contra si mesmo, com intenção de provocar dano físico (MORAIS, 1990).

Na concepção de Minayo (1999, p.14), “a violência é constituída a partir de ações humanas realizadas por indivíduos, grupos, classes, nações, numa dinâmica de relações, ocasionando danos físicos, psicológicos, morais e culturais a outrem”. Para a autora, a violência deve ser expressa no plural (violências), pois manifesta as especificidades dos conflitos sociais. As violências, neste caso, possuem suas raízes nas estruturas sociais, econômicas e políticas bem como nas consciências individuais, numa relação dinâmica entre condições objetivas e subjetividades.

Violência vincula-se a poder, a domínio. Neste sentido, Arendt (1985, p. 19) afirma que “a violência nada mais é do que a mais flagrante manifestação de poder. (...) o tipo de poder mais definitivo é a violência”, e acrescenta que:

Se a essência do poder é a efetividade do domínio, não existe então nenhum poder maior do que aquele que provém do cano de uma arma, e seria difícil dizer “de que maneira a ordem dada por um policial é diferente daquela dada por um bandido armado”. (ARENDR, 1985, p. 20)

É assim que a violência policial se desenvolve e se manifesta. Na tentativa de impor poder, praticando e agindo de maneira ilegal e arbitrária, é que as forças de segurança pública vêm atuando. Importante frisar que a polícia enquanto desmembramento e representante do Estado detém o monopólio do uso legítimo da força. Este monopólio deveria seguir três regras básicas: 1) o respeito aos direitos das pessoas; 2) a observação de procedimentos legais e 3) o estrito cumprimento do dever. O uso da força implica uma série de riscos, em especial, quando se trata do emprego de armas de fogo. Nesse caso, o dever da polícia deve ser o de minimizar o risco à vida, não apenas de terceiros, mas também daquele que comete o delito. Isso porque cabe à polícia eliminar a resistência e não a pessoa que resiste, pois esta, mesmo que tenha cometido um ato punível, tem direito à vida e ao devido processo legal.

Assim, as operações policiais devem ser limitadas por alguns parâmetros baseados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, Constituição Federal e

demais legislações nacionais, como o respeito aos direitos das pessoas, a observação dos procedimentos legais e o exclusivo cumprimento dos deveres (LOCHE, CUBAS e IZUMINO, 1999).

O que ocorre é a presença do uso exagerado e indiscriminado da força policial contra cidadãos brasileiros. Jornais, revistas, rádios e web sites propagam quase que diariamente notícias e informações acerca da violência ilegal exercida pela polícia. Neste sentido, Machado e Noronha (2002, p. 188) afirmam que “a violência policial contra indivíduos e grupos, também chamada de violência oficial, é uma constante nas sociedades modernas e contemporâneas”. Guimarães, Torres e Faria (2005, p.1) afirmam que “quando a violência é cometida por integrantes das organizações policiais no exercício de suas funções, ela é considerada violência policial”.

No relatório Brutalidade Policial Urbana no Brasil, produzido pela ONG - Human Rights Watch em 1997, as investigações concluíram que o problema da violência policial abrange todo o território brasileiro.

As sete cidades escolhidas para este relatório representam três das maiores regiões do Brasil — a região Sul (Porto Alegre), a região Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte) e a região Nordeste (Salvador, Recife e Natal) e ilustram o quanto o problema da violência policial no Brasil possui um caráter nacional.

Dados de outro relatório da ONG – Human RightsWatch, do ano de 2009, constatou que a violência policial é um problema crônico no Brasil havendo, segundo o texto, uma verdadeira crise na segurança pública nacional, pois as forças policiais brasileiras se envolvem em práticas abusivas e crimes violentos rotineiramente.

Áreas metropolitanas brasileiras são assoladas pela violência cometida por gangues criminosas e policiais abusivos. Violência afeta especialmente comunidades de baixa renda. Cerca de 50.000 homicídios ocorrem a cada ano no Brasil. No Rio de Janeiro, centenas de comunidades de baixa renda são ocupadas e controladas por gangues rotineiramente, que estão envolvidos no tráfico ilegal de drogas, atos de extorsão e crimes violentos. A violência policial, incluindo execuções extrajudiciais, é um problema crônico. Por exemplo, no estado do Rio de Janeiro, a polícia foi responsável por aproximadamente um em cada cinco mortes intencionais nos primeiros seis meses de 2008, segundo estatísticas oficiais. A polícia alega que essas mortes ocorrem nos confrontos com criminosos, e registrá-los como "atos de resistência" -757 assassinatos cometidos pela polícia foram registrados como tal no Rio de Janeiro (uma média de quatro por dia) no período janeiro-junho de 2008. Há também relatos de tiroteios indiscriminados por parte da polícia do Rio de Janeiro, particularmente durante as chamadas mega-operações em bairros de baixa renda. Abusos da polícia fora de serviço também podem ocorrer. Por exemplo, de todos os homicídios no estado de Pernambuco, Ministério Público estimado de 70 por cento são

cometidos por esquadrões da morte, que se acredita que incluem policiais entre os seus membros. As milícias que controlam várias dezenas de baixa renda metropolitana do Rio de Janeiro comunidades incluem policiais fora de serviço da polícia entre os seus membros.

Pode-se perceber que, embora público e notório, essas ilegalidades cometidas pelas polícias são manifestadas com maior clareza nas camadas mais pobres. De acordo com o Informe 2011 da Anistia Internacional: A situação dos Direitos Humanos no Mundo, o índice de violência policial aparece principalmente nas comunidades menos favorecidas. Segundo o relatório:

Diante dos elevados índices de crimes violentos, as práticas de aplicação da lei continuaram a se caracterizar por discriminação, corrupção, abusos dos direitos humanos e pelo caráter militar das operações policiais. As prometidas reformas na segurança pública foram prejudicadas por cortes drásticos no orçamento e por falta de vontade política. Alguns estados direcionaram seus investimentos a projetos de segurança específicos, como o das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), no Rio de Janeiro, o projeto Fica Vivo, em Minas Gerais, e o Pacto pela Vida, em Pernambuco. No fim de 2011, 18 UPPs haviam sido implantadas na cidade do Rio de Janeiro. Em novembro, a fim de preparar o terreno para a instalação de novas unidades, uma operação policial e militar de grandes proporções foi deflagrada na zona sul da capital com a intenção de livrar as favelas da Rocinha e do Vidigal das gangues criminosas. Embora as UPPs constituam um avanço importante no sentido de que se afastam das práticas policiais baseadas em confrontações violentas, investimentos de maior alcance em serviços sociais para as comunidades que vivem em situação de pobreza ainda precisam ser feitos. Além disso, uma reforma geral do sistema de segurança, que inclua formação policial, aprimoramento da inteligência e controle externo, continua sendo extremamente necessária. Denúncias de uso excessivo da força e de corrupção em algumas unidades são indícios da falta de mecanismos de supervisão eficazes para monitorar a presença das UPPs nas comunidades. As comunidades socialmente excluídas continuaram a enfrentar a violência dos grupos criminosos, além de um policiamento abusivo que geralmente trata os moradores como supostos criminosos. Tal situação agrava sua exclusão social e mantém as comunidades afastadas dos serviços oferecidos pelo Estado, como educação, assistência médica e saneamento. Entre janeiro e setembro, 804 pessoas foram mortas em circunstâncias descritas como "autos de resistência" nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. No Rio, ao passo que esse número reflete uma queda de 177 mortes em comparação com as assim categorizadas em 2010, o número de óbitos registrado pela polícia no mesmo período como mortes violentas "indeterminadas" aumentou.

A polícia, tanto civil como militar, utiliza de ações violentas, muitas vezes letais, levando a óbito parcela da população que almeja segurança e cumprimento da lei. De acordo com o dossiê Mapas do Extermínio: execuções extrajudiciais e mortes pela omissão do estado de São Paulo:

No Brasil, a pena de morte não é oficial. Não faz parte do nosso ordenamento jurídico esta penalidade extrema. Sua previsão legal é apenas definida em estado de guerra com outro país, para o qual se estabelecerá um tribunal específico para analisar e julgar tais casos. No entanto, ainda que ilegal, ela tem sido institucionalizada pelas polícias estaduais que, com a desculpa de combater o crime, matam um elevado número de civis em situações pouco elucidativas e em nome do “estrito cumprimento do dever legal”. Estas ações, que envolvem polícias em situação de confronto com civis, recebem a denominação de “resistências seguidas de morte”, no caso de São Paulo, e raras as vezes chegam a ser investigadas – para aferir se a morte resultante era mesmo necessária para defender a vida das pessoas – e seus autores responsabilizados.

Ao término de suas observações, concluiu o dossiê que:

Quando consideramos a variedade de indicadores relativos ao uso desproporcional da força letal pela polícia – a proporção entre civis mortos e civis feridos, a proporção entre civis mortos e policiais mortos, e a proporção das mortes provocadas em ações policiais em reação a taxa total de homicídios dolosos, caminhamos para a conclusão de que, em São Paulo, a polícia, em sua ação rotineira, executa sumariamente pessoas. A polícia utiliza a violência letal como uma forma de controle social, direcionando-a, na maioria dos casos, contra pessoas não identificadas, em geral pobres, que são rotuladas como “suspeitas” de terem cometido algum crime ou mesmo de apresentarem uma “atitude suspeita”.

Neste sentido, o NEV – Núcleo de estudos da violência da Universidade de São Paulo constatou que, só no ano de 2010, 129 pessoas foram mortas no estado de São Paulo em decorrência da ação policial.

Assim, como afirma Baiarl (2004, p. 166) “a polícia está desacreditada e desmoralizada, não é considerada pelas pessoas como autoridade que oferece proteção e segurança. É vista como fazendo parte do mundo da criminalidade e violência”. Outro dossiê elaborado em 2004, sobre violência policial e genocídio da população negra, entregue à comissão especial de direitos humanos da ALESP – Assembléia Legislativa do estado de São Paulo afirma que:

Trata-se de um Estado Policial e Penal, extremamente habituado a policial, julgar, condenar e punir uma ampla parcela de seus cidadãos e cidadãs, sobretudo a maioria mais pobre e negra. Um Estado célere para praticar prisões preventivas e manter presas, sem julgamento, pessoas que na maior parte das vezes cometeram (ou supostamente cometeram) pequenos delitos.

Um Estado que aplica para esses crimes e para os praticantes do pequeno comércio de drogas, denominado de "crime hediondo", penas colossais.

Basta apenas dar uma passada breve pelas estatísticas de detenções verificadas no país - que só perdem em proporção populacional para as dos Estados Unidos da América. Já as estatísticas de tortura policial são campeãs mundiais!

E ainda, depois do julgamento, é esse mesmo Estado Penal que não respeita as garantias previstas em sua própria Lei de Execuções Penais, em grande parte pela omissão e inoperância do Poder Judiciário (muitas vezes agindo assim de maneira deliberada). Além disso, tal Estado tem também o seu lado exterminador.

Do primeiro trimestre de 2009 ao primeiro trimestre de 2010, a taxa de ocorrências policiais no Estado de São Paulo que acabaram em homicídios e foram registradas como "resistência seguida de morte", AUMENTOU 40%, segundo dados oficiais da própria Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

A atuação policial violenta torna-se comum e rotineira em todo território nacional. Os dados quando deparados com os índices de mortes de outros países tornam mais claro o horror na prática e ação policial em algumas cidades brasileiras. O Relatório Força Letal - Violência Policial e Segurança Pública no Rio de Janeiro e em São Paulo, produzido em 2009, relata que:

Os dados são alarmantes. Desde 2003, as polícias do Rio e de São Paulo juntas mataram mais de 11.000 pessoas. No Rio, os casos de "autos de resistência" teriam alcançado o número recorde de 1.330 vítimas em 2007. Embora o número registrado de mortes tenha diminuído para 1.137 casos em 2008, a cifra continua assustadoramente elevada, sendo o terceiro maior índice já registrado no Rio. No estado de São Paulo, o número de casos de "resistência seguida de morte", embora seja menor do que no Rio, também é relativamente alto: durante os últimos cinco anos, por exemplo, houve mais mortes em supostos episódios de "resistência seguida de morte" no estado de São Paulo (2.176 mortes) do que mortes cometidas pela polícia em toda a África do Sul (1.623), um país com taxas de homicídio superiores a São Paulo.

Pode-se afirmar que a violência policial, qualquer que seja sua modalidade, afeta um número imenso de pessoas, tornando conflituoso o convívio entre a força policial e os cidadãos nacionais. Segundo Mesquita Neto (1999, p.130):

No Brasil, a violência policial é um tipo relativamente raro no universo dos casos de violência e um acontecimento relativamente raro no universo das interações entre policiais e não-policiais. Mas é um tipo de violência que afeta um grande número de pessoas. Pesquisa de vitimização realizada pelo CPDOCFGV/ Iser mostra que entre agosto de 1995 e agosto de 1996, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 5,3% da população foram desrespeitados, 2,3% foram ameaçados e 1,1% foi agredido fisicamente por policiais. Isso significa que num período de um ano, pelo menos 835.454 pessoas sofreram algum tipo de violência policial. A mesma pesquisa mostra que, no mesmo período, aproximadamente 80% das vítimas de roubo, furto ou agressão não recorreram à polícia, sendo que de 30 a 40% destas vítimas, dependendo do tipo de crime, não o fizeram porque não acreditavam na polícia ou tinham medo dela.

Importante salientar, conforme o Relatório das Execuções Sumárias no Brasil 1997/2003 chama a atenção, muito dos dados acerca da violência cometida por policiais

são elaborados pela própria força de segurança pública, sendo muitas informações ignoradas ou omitidas nestes relatórios.

O número exato de pessoas mortas em intervenções policiais é desconhecido, entre outras coisas, porque até pouco tempo as corporações policiais não contabilizavam esse número e, portanto, ignoravam a sua magnitude. Isto reflete uma crença de que as mortes em intervenções policiais seriam simplesmente uma externalidade do trabalho policial e não uma dimensão crucial para avaliar o seu desempenho.

A ameaça que o policial representa tanto para os moradores de bairros de classe média como os de favelas, vincula-se ao papel social e profissional desempenhado por esses em suas ações articulado com a imagem de um sujeito truculento, arbitrário, que não respeita os direitos humanos (BAIERL, 2008). Neste sentido, segundo dados de Cardia (1997, p. 252):

Em janeiro de 1996, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou os resultados de uma pesquisa feita em dezembro de 1995, sobre a imagem da polícia em São Paulo e no Rio de Janeiro. Nas duas cidades predomina uma péssima imagem da polícia. A primeira idéia que associam à polícia é negativa (61%). A polícia, nas duas cidades, é pensada como sendo: ineficiente, despreparada, não dando segurança (19%), corrupta (14%), violenta (10%), provoca medo (8%) e tem pouca ou nenhuma estrutura (4%). Apenas 14% se sentia protegido pela polícia e 13% achava que a polícia realmente combatia o crime. Quando perguntados se achavam que havia policiais envolvidos com o crime organizado, 88% dos entrevistados, nas duas cidades, responderam que sim. O medo é maior entre os jovens negros.

Embora seja expressivo o número de relatórios, dossiês e dados acerca da violência policial, segundo Rolim (2006, p. 40) há poucas pesquisas acerca da vitimização de civis pela polícia, ressaltando o fato de que o número de violações cometidas por policiais e não informadas é extremamente alto:

Em primeiro lugar, muitas vítimas têm medo de sofrer represálias. Em segundo, muitas imaginam que a polícia não irá produzir qualquer resultado; por alguma razão elas não confiam na instituição e imaginam que irão apenas perder seu tempo. Em terceiro, muitas vítimas não desejam o envolvimento da polícia em determinados casos. Elas podem se sentir mais seguras em tratar pessoalmente do problema, podem manter vínculos com os infratores ou ainda sentir vergonha de expor a situação que as vitimou. Por fim, o que ocorre é que muitas pessoas não sabem como proceder para registrar uma ocorrência, não têm recursos para se deslocar até uma delegacia ou, mesmo, não têm noção de que foram lesadas em algum direito.

Assim, a má imagem da polícia como um todo parece derivar de fatores como não conseguir conceber à população uma sensação de segurança, naturalização de

práticas e ações policiais violentas e arbitrárias, fazendo surgir medo nas mais diversas camadas da sociedade (CARDIA, 1997, p. 253).

Costa (2005, p. 168) assinala oito práticas policiais reconhecidamente violentas: detenções violentas, mortes sob custódia, abuso da força letal, controle violento das manifestações públicas, operações policiais, intimidação, vingança e tortura. Ainda segundo o autor, as ações de intimidação e vingança funcionam, para alguns policiais, como “fazer justiça com as próprias mãos, em vez de esperar pela decisão dos tribunais”. Grupos paramilitares, de justiceiros ou esquadrões da morte utilizam constantemente esses meios para submeter dissidentes políticos e comunidades.

A questão da violência e da segurança pública no Brasil tem assumido um papel central nas últimas décadas, tornando-se uma preocupação cotidiana da sociedade e do Estado. As causas da violência e da falta de segurança são múltiplas. Em um processo mais generalizado de violência no mundo, expresso através do tráfico de drogas e de todos os interesses a ela associados, soma-se ainda no Brasil, uma situação decorrente de agudos processos de exclusão econômica e social que coloca as causas do problema da violência e da falta de segurança em vários planos (FÁDUL e FILHO, 2005).

Lopes de Souza (2008, p. 8) afirma que a “violência e a insegurança chegaram ao ponto de influenciar decisivamente a vida diária, os padrões de circulação no espaço e mesmo o habitat e as formas espaciais”. O referido autor afirma que há um entrecruzamento entre medo e cidade formando o que ele chama de “Fobópole”, a “cidade do medo”, ou seja, “uma cidade dominada pelo medo”. Assim, tanto o medo quanto a violência “vêm cada vez mais se apresentando como fatores de condicionamento das relações sociais e de modelagem do espaço nas cidades”.

Nas localidades onde a população vive de maneira mais precária, com saúde, educação e alimentação ineficientes, os espaços urbanos são mais propícios aos abusos e práticas violentas. Neste sentido Baierl (2004, p. 144/145) salienta que

Para os moradores de favelas e bairros precários da periferia, a ameaça que o policial representa, provocando medo e terror, diz respeito a situações reais vividas cotidianamente. Não se tratam de imagens ou de experiência vividas no passado longínquo ou ouvidas e vistas na “telinha”, embora essas tenham um papel significativo na disseminação alimentadora do medo. Não se trata de um medo imaginário que não tenha contrapartida no real. Trata-se sim, de ações concretas vividas no cotidiano da favela onde os conflitos urbanos ganham visibilidade: invasão de domicílio, preconceito, discriminação, desrespeito, tiroteios, cobranças de propinas, agressão entre outros, vivenciadas pelos moradores, sejam eles criminosos ou não. O sentimento expresso pelos moradores é de ameaça,

humilhação, discriminação, raiva, ódio, insegurança e de um medo assustador em relação ao policial.

Ao longo das últimas décadas, a dinâmica do capitalismo acarretou transformações econômicas, políticas e sociais que intensificaram as condições precárias de vida de um numeroso contingente populacional. São pessoas que convivem no seu cotidiano com o desemprego estrutural, a discriminação, a falta de infraestrutura básica (água, eletricidade, pavimentação, iluminação, saneamento básico, etc), a concentração da posse da terra, a escassez de moradia, os salários baixíssimos, as péssimas condições de trabalho, o terror e o medo, entre outras tragédias. Marcada, portanto, pela desigualdade e injustiça, pode-se dizer que essa realidade produz a existência de uma população de “vulneráveis”. Oliveira (1995) ao tentar definir esses grupos, esclarece:

Os grupos sociais vulneráveis não o são como portadores de atributos que, no conjunto da sociedade, os distinguiriam. Eles se tornam vulneráveis, melhor dizendo, discriminados pela ação de outros agentes sociais. Isto é importante não apenas porque os retira da condição passiva de vulneráveis, mas porque identifica processos de produção da discriminação social, e aponta para sua anulação. Ainda que as políticas sociais públicas sejam uma das exigências mais prementes para atenuação das várias “vulnerabilidades”, elas não esgotam o repertório de ações que se situa muito mais no campo dos direitos. Ou, dizendo de outra forma [...], para que as políticas sociais públicas que se fazem absolutamente indispensáveis prosperem e atinjam seus objetivos é preciso antes de tudo situá-las no campo dos direitos, retirando-as da conceituação de carências (OLIVEIRA, 1995, p.9-10).

Tais pessoas, incluídas nas condições péssimas e perversas de sobrevivência, são consideradas como uma população perigosa, “inimigas comuns”, nocivas ao processo da reprodução do capital. Esse contingente é constituído por uma heterogeneidade de grupos sociais: desempregados, grupos étnicos discriminados, principalmente os negros e os não brancos, população de rua em geral, crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, os sem-terra, os sem-teto, os trabalhadores que recebem salários muito baixos e convivem com péssimas condições de trabalho.

Desta forma, a imagem que predomina no imaginário coletivo é aquela em que a população de baixo poder aquisitivo, moradas de bairros periféricos ou empobrecidos, está suscetíveis às praticas da violência.

O alto índice de vítimas jovens e de seu envolvimento com o crime revela um elo claro entre pobreza e violência. Não que exista uma relação mecânica e direta entre pobreza e crime violento, mas é imperativo considerar como os fatores de desigualdade afetam o problema de crime na América Latina. [...] O crime se torna a maneira

mais fácil e rápida de ter mobilidade social e canais ‘respeitáveis’ para tal mobilidade são cortados amplamente. (PINHEIRO, 1997, p. 46)

Paralelo a isto, encontra-se o fato de que a população, de uma forma geral, associa crimes e violência com pobreza⁵. Neste sentido, Borges (2009, p. 5) salienta que são correlacionados comumente a criminalidade à pobreza. “O problema principal não é a pobreza, mas a criminalização dos pobres”.

A partir da substituição das explicações de patologia médica (Lombroso) pelas patologias sociais (Garófalo, Ferri e Durkheim), a associação crime-pobreza vai contribuir para a consolidação de uma interlocução científica, entre as “teorias da classe perigosa”, as “teorias da marginalidade”, e as explicações baseadas na noção de “estratégias de sobrevivência” (BORGES, 2009, p. 8).

O principal agravante desse quadro histórico de criminalização da pobreza é demonstrado pelo caráter discriminatório das práticas policiais e judiciais. As políticas de segurança criam um perfil criminoso e levam-nos a crer que os jovens da periferia, desempregado, com baixa escolaridade e sem perspectiva de ascensão social são potencialmente criminosos e, por isso, são presos e mortos pelas instituições de segurança (CARDIA, 1997).

Desta forma, desenvolve e materializa-se nas ações e práticas das forças de segurança pública, violência e truculência perpetrada nas comunidades e bairros de baixo poder aquisitivo. É importante enfatizar que a violência e a arbitrariedade da polícia são percebidas e praticadas com maior frequência contra um grupo determinado e não são consideradas universais (CARDIA, 1997). Para Pinheiro (1997, p. 49) “a polícia e outras instituições do sistema de Justiça penal tendem a agir como guardas de fronteira, protegendo dos pobres as elites e exercendo literalmente o papel de ‘cordão sanitário”.

Entretanto, a fim de efetivar uma análise sociológica correta, evita-se a correlação direta entre violência e pobreza. Nesse sentido, assinala Telles (1994, p.52):

[...] como bem sabemos, todo cuidado é pouco quando se trata de lidar com as proximidades da pobreza e criminalidade, sobretudo nesses tempos em que a nossa velha e persistente, nunca superada, criminalização da pobreza vem sendo reatualizada sob formas renovadas, [...]. Mas todo cuidado é pouco também porque não é coisa simples entender o que anda acontecendo por esse lado da cidade de

⁵ Entendemos “pobreza como um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada.” (ROCHA, 2003, p. 09).

São Paulo (não só nela). O fato é que também aqui, no lado pobre (e expansivo) dessas recomposições, o mundo social está alterado.

Assim, Feffermann (2006, p.14), ao fazer um paralelo entre vulnerabilidade social e violência afirma que:

Não existe relação direta entre pobreza e violência, e sim violência estruturada, perpetrada pelo Estado, que vem oprimido grande parcela da população e que muitas vezes impede o próprio sustento. Esta população está sob grande vulnerabilidade social, e em decorrência disto, vive situações de desrespeito e privações. Estas condições não são definidoras para a adesão ao crime, mas podem ser vereda propiciadora para que setores ilegais e criminosos se expandam, como no caso do tráfico de drogas. É nesses lugares que o tráfico torna-se visível, em regiões em que o Estado é omissivo e/ou violento. Esses lugares tornam-se campos férteis para atividades ilícitas.

Desta forma, passaremos a analisar a violência, em especial a violência praticada pela força policial, como inserida num patamar que vincula o universo econômico, social e político dos indivíduos, ressaltando que essa violência policial “também encontra suas raízes, num legado histórico de práticas de mandonismo, personalismo e relações de favor, que tecem uma sociabilidade em que é quase impossível se estabelecerem espaços públicos” (FERREIRA DOS SANTOS, 2011, p. 10)

Como observa Paixão (1983, p. 20):

A ação dos membros da organização policial se orienta por teorias de senso comum, estereótipos e ideologias organizacionalmente formulados que, se tornam mais “econômica” a ação policial (na medida em que está orientada para a vigilância e controle de populações previamente definidas como “potencialmente criminosas”), contribuem para que a associação entre marginalidade e criminalidade assumam contornos de uma “profecia autocumprida.

Assim, em uma sociedade capitalista, especialmente numa sociedade muito desigual, é nítida a função de triagem e seleção que se imbrica com a função de controle social da polícia, pautando-se numa nítida distinção de tratamento entre os de cima e os de baixo.

Essas reflexões nos levam a pensar em uma “cultura da violência” que, brotada das desigualdades econômicas, projeta sua sombra na vida social, urdindo uma sociabilidade na qual tanto dominantes como dominados geralmente tendem a utilizar as várias formas de violência para resolver conflitos ou garantir interesses (MACHADO, 2002). Dessa cultura da violência diversos sentimentos são manifestados.

Nas palavras de Espinheira (2008, p. 82) “o estado de insegurança está institucionalizado”. Assim, a violência expressa no uso indiscriminado da força física e na força do poder da palavra, da autoridade, da dominação se transforma em um

instrumento potencializador de medo, perfilando, construindo e reproduzindo na memória dos indivíduos uma nova cultura (BAIERL, 2004).

CAPÍTULO 2. MEDO SOCIAL E MEMÓRIA COLETIVA

Neste capítulo objetiva-se analisar o sentimento de medo como fruto de uma construção social, destacando a repercussão deste nos elementos presentes na memória dos indivíduos e da coletividade. Demonstra-se como as ações rotineiras do aparato policial vêm tecendo ao longo do tempo uma cultura do medo, ressaltando os entendimentos construídos e vivenciados pela coletividade.

Atualmente a violência está representada no imaginário social, materializada nas ações e nos aparatos de segurança. “Somos todos, parte desse cotidiano inseguro que atinge de maneira diferenciada as pessoas, institucionalizado pelas hierarquias sociais que se manifestam do nascimento do indivíduo até o cumprimento das etapas da vida” (SANTOS e GOMES, 2008, p. 107).

Sendo assim, “vivemos um momento na história em que não há segurança nem mesmo dentro de nossas próprias casas, pois a violência tem invadido todos os espaços da sociedade, inclusive aqueles dos quais acreditávamos ter domínio” (SANTOS e RAMIREZ, 2009, p.133).

Desse cenário de violência e insegurança surgem sentimentos como o medo. Nesse sentido, Adorno (1998, p. 228) aduz que:

O sentimento de medo e insegurança, ao que parece não mais restrito à vida nas grandes cidades, tende a se ampliar e a se generalizar face à expectativa, cada vez mais provável, de qualquer cidadão ser vítima de uma ofensa criminal.

Lopes de Souza (2008, p. 9) salienta que “o medo de sofrer uma agressão física, de ser vítima de um crime violento não é nada novo; ele se faz presente desde sempre e se faz presente, hoje, em qualquer cidade”. Desta forma, é necessário analisar as questões que permeiam o conceito de medo, em especial no medo social, correlacionando-o com sua incidência nas memórias individuais e coletivas.

2.1 MEDO

O medo sempre percorreu a vida das pessoas e da sociedade. Ele se configura como um atributo intrínseco aos seres viventes, racionais e irracionais. É um sinal de alerta de que corre-se algum tipo de risco (BAIERL, 2004). É um sentimento, e como tal, relaciona-se com os sentidos, com a faculdade ou habilidade que os indivíduos têm para se perceberem enquanto sujeitos. Desta forma, segundo Delumeau (2007, p. 39)

medo seria “uma emoção-choque, freqüentemente, precedida de surpresa, provocada pela consciência de um perigo iminente ou presente”.

É importante frisar que, dependendo da perspectiva de análise, o medo adquire diferentes significados. Para alguns psiquiatras e psicólogos o medo é fundamental na medida em que atua como instrumento de defesa, pois ele aciona os mecanismos de proteção e ação diante de algo perigoso para a vida (Cavalcanti, 2010). Nesse sentido, o medo é uma força que tem como objetivo evitar perigos de qualquer natureza e funciona como um sinal que interrompe qualquer ação imprudente. “É um fenômeno de paralisação ou detenção do curso vital” (MIRA e LOPEZ, 2005, p.9), um sinal de alerta e aviso de perigo.

Desta forma, conforme afirmam Baptista, Carvalho e Lory (2012, p. 03):

Do ponto de vista das teorias das emoções, o medo é considerado como uma emoção básica, fundamental, discreta, presente em todas as idades, culturas, raças ou espécies [...] parte do sistema defensivo, ativado por situações potencialmente ameaçadoras ou por perigos reais.

Chaui (1995, p. 44) dialogando acerca do medo afirma que este é um “estranho sentimento que nos torna insensatos pondo asas em nossos pés quando não deveríamos fugir e pregando-nos ao solo quando a fuga seria necessária. Rouba-nos a coragem e dá ensejo à crueldade”. Na tentativa de conceituação do medo, Bauman (2008, p.8) ressalta que “medo é o nome que damos a nossa incerteza; nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance”.

O medo mobiliza os seres para ficarem em estado de alerta. Silva (2001, p.2) ressalta que o medo coloca o organismo dos indivíduos em prontidão para uma reação brusca, forte e rápida. Segundo o autor, desde o nascimento, o ser humano tem:

a tarefa de aprender aquilo que é bom e o que é perigoso, tem de distinguir entre o agradável e o temível. E assim, as imagens, cenas e situações do nosso mundo vão sendo agregadas aos mais diversos sentimentos de forma tão firme, aderente e imperceptível [...], que por mais que nos esforcemos, não conseguimos deixar de sentir medo de uma situação que signifique um perigo real e imediato.

Salienta-se que, embora não se pretenda naturalizar o medo reduzindo-o a reações puramente físicas ou biológicas, ele enquanto sentimento, não está desconectado das reações biológicas desencadeadas pelas pessoas. Neste sentido, Delumeau (1996, p. 23) aduz que:

o medo (individual) é uma emoção choque, freqüentemente precedida de surpresa, provocada pela tomada de consciência de um perigo presente e urgente que ameaça, cremos nós, nossa conservação. Colocado em estado de alerta, o hipotálamo reage por uma mobilização global do organismo, que desencadeia diversos tipos de comportamentos somáticos e provoca, sobretudo, modificações endócrinas.

Mesmo sendo um sentimento individual e próprio de cada pessoa, Chaui (2003, p.142) pondera que a vida afetiva das pessoas, seja ela passional ou racional, é sempre a existência com os outros. E, por isso mesmo, “são os humanos (presentes imaginados livres) e não coisas (imaginadas necessárias) que nos afetam com mais força”.

Assim, estudar o medo é analisar como ele é produzido de maneira singular-coletiva em contextos sociais e individuais historicamente situados. Embora possa ser expresso socialmente, fruto de relações sociais, ele é construído e processado de forma singular por sujeitos singulares em situações semelhantes e similares (BAIERL, 2004).

É o *eu* que tem medo. É o *eu* que se sente agredido e violentado. É o *eu* que é afetado e reage de diferentes formas. É a mãe que tem medo de morrer se assumir a denúncia da pessoa que matou seu filho. É o morador que tem medo de denunciar o traficante e todas as suas ações ilícitas e perversas. É o profissional que tem medo de admitir que para desenvolver trabalhos em áreas de riscos precisa construir a cada momento pactos. É o soldado do tráfico que tem medo de perder sua vida e seus sonhos. É o policial que tem medo de perder sua vida em ação (BAIERL, 2004, p. 46).

Medo, historicamente, sempre veio associado à idéia de covardia. Ter medo, portanto, sempre conotou a idéia de falta de valentia. Segundo Delumeau (1996, p. 13) o papel do medo na história da humanidade sempre foi camuflado. Segundo o autor:

[...] por causa de uma confusão mental amplamente difundida entre medo e covardia, coragem e temeridade. Por uma verdadeira hipocrisia, o discurso escrito e a língua falada - o primeiro influenciando a segunda - tiveram por muito tempo a tendência de camuflar as reações naturais que acompanham a tomada de consciência de um perigo por trás de falsas aparências de atitudes ruidosamente heróicas.

Chaui (1995, p. 42) em seus estudos, recoloca a construção histórica da valorização da coragem e do desprezo ao medo. Coragem é virtude natural dos nobres, enquanto o medo se constitui virtude intrínseca da plebe:

[...] a que deve ser instigada pelo estímulo ao seu medo natural. Por natureza, a plebe covarde e, por natureza, seu mote é o medo. Porque, nas sociedades agnósticas, tirano se diz daquele que não possui competidores capazes de igualá-lo com destreza, golpe de vista e maestria, o tirano inigualável é marcado pelo estigma da solidão. Sem amigos, sem amar nem ser amado, o tirano é açoitado pelo medo [...]

É interessante apresentar a concepção de Hobbes (2009) acerca da abordagem do medo como fio condutor da associação dos homens no convívio em sociedade, pois no entendimento deste autor, é no temor que se apóiam as relações contratuais as quais integram os vínculos civis entre os indivíduos no seio social. Desta forma, o medo se comporta como um meio fundamental de definição dos princípios da ordem e das causas da desordem dos Estados. Neste sentido, inspirada no pensamento hobbesiano, Limongi (2007, p. 149) esclarece que:

Fundamentalmente Hobbes propõe que instituíamos obrigações. Este é o cerne de sua proposta política: que coloquemos, no lugar ou acima dos vínculos passionais em que consistem nossas relações naturais e das correlações de poder que deles se seguem, vínculos artificiais de obrigação e dever instituídos voluntariamente por contrato. Que os homens se comprometam mediante contratos, em determinadas circunstâncias, a não causar danos e a não fazer obstáculo ao gozo de um bem por parte do outro, recebendo em contrapartida um compromisso equivalente. Que os contratos firmados sirvam de base para um cálculo de direito e dever, assegurando-nos do comportamento alheio e alterando as circunstâncias de onde brotam o medo recíproco.

Nessa perspectiva observa-se que o medo, como salienta Ribeiro (1999), espelha uma tradução psicológica transcendente do poder de decisão do soberano, operando todo um mecanismo da obediência nos indivíduos responsáveis pelo apaziguamento e pela estabilidade da ordem social, propiciando a abertura dos caminhos para o processo de secularização da vida política do Estado.

O medo exerce um intenso poder sobre as pessoas por ele atingidas. Teixeira e Porto (1998, p.05) consideram o medo

[...] como uma condição trans-histórica, uma qualidade social que emerge ou desaparece em função da relação real ou imaginária com o exterior. O medo faz parte de nossa natureza, mas seus objetos são historicamente determinados, assim como as formas de organização social para combatê-lo. Constitui-se em realidade e representação, cujo fundamento empírico serve de base e de justificação para a constituição de um imaginário do medo.

Assim, a fragilidade e a vulnerabilidade que o medo consegue obter do ser humano torna-se muito mais eficiente do que a violência física de quem pretende à força impor os seus pontos de vistas, interesses e projetos (CAVALCANTI, 2010). O medo é, nesta perspectiva, “algo que condiciona a ação dos indivíduos, inibindo-a, por isso, e evitando que se gere, por conseqüência, mudanças nos processos sociais” (DIAS, 2007, p. 73), ou as mudanças conduzidas para garantir os privilégios de uma parcela da sociedade.

Essas práticas vão gerando o que poderia ser denominada de “cultura do medo” na medida em que “o desenvolvimento de uma cultura que abusivamente se apropria dos medos torna-se ela própria uma cultura do medo, cuja visibilidade radica nas mais diversificadas fontes de poder e padrões de expressividade nas mais variadas áreas da vida social” (DIAS, 2007, p. 127). O desenvolvimento de uma “cultura do medo” constrói seus caminhos explorando mecanismos que representam catástrofes, devastação, destruição, instabilidade que acionam, por extensão, os instrumentos de insegurança (Cavalcanti, 2010).

Neste sentido, Feiguin (1995) trabalha o conceito de “arquitetura do medo” para explicar que as cidades têm assumido feições que refletem o sentimento de insegurança e medo vivido pela população:

[...] muros altos, cercas ao redor das casas, proliferação de sofisticados sistemas de segurança e alarme, crescimento visível das empresas privadas de vigilância, aumento do número de portes e registros de armas concedidos à população, fuga de zonas e regiões onde o risco de se transitar sozinho de dia e, principalmente, a noite é bastante elevado, além de vários outros mecanismos de autoproteção. (FEIGUIN, 1995, p. 73).

Como já foi assinalado, é parte da natureza humana ter medo, não possuindo qualquer liame com a covardia. Baierl (2004) ressalta que a necessidade de segurança é intrínseca ao homem e simboliza a vida, enquanto que a insegurança sinaliza morte. A necessidade de segurança é, portanto, fundamental e está na base da afetividade e da moral humana. Assim, a insegurança é o símbolo da morte enquanto a segurança é o símbolo da vida. Desta forma ressalta a autora:

Enquanto o medo dos animais é fixo, idêntico, imutável, nos homens ele ganha uma multiplicidade de formas não estáticas, mas em profundas mudanças, pois é socialmente construído. É a proteção necessária para a sobrevivência. É o indicador dos perigos. Portanto, por mais que o medo seja natural, na pode ser naturalizado simplesmente e pensado somente em sua origens biológicas, pois no homem ele se apresenta de múltiplas formas e significados.

E por possuir inúmeras formas e manifestações “nada é mais difícil de se analisar do que o medo” (DELUMEAU, 1996, p. 24). O referido autor distingue as reações ao medo, individuais e coletivas, entendendo que pode existir em um grupo o hábito de temer tal ameaça.

Desta forma, a esse medo que possui origem neste singular-coletivo trataremos na pesquisa como medo social. Nas palavras de Baierl (2004, p. 48) “o medo social é um medo construído socialmente, com o fim último de submeter pessoas e coletividades

inteiras a interesses próprios e de grupos, e tem sua gênese na própria dinâmica da sociedade”. E continua a autora aduzindo que:

[...] medo produzido e construído em determinados contextos sociais e individuais, por determinados grupos ou pessoas, com vistas a atingir determinados objetivos de subjugar, dominar e controlar o outro, e grupos, através da intimidação e coerção. Esse medo leva determinadas coletividades, territorializadas em determinados espaços, a temer tal ameaça advinda desses grupos.

Chauí (1995, p. 36-49) lista inúmeras situações que provocam medo nas pessoas:

Da morte, foi sempre à resposta. E de todos os males que possam simbolizá-la, antecipá-la, recordá-la aos mortais. Da morte violenta, completaria Hobbes. De todos os entes reais e imaginários que sabemos ou cremos dotados de poder de vida e de extermínio. Da repressão, murmuram os pequenos; da subversão, trovejam os grandes [...] Temos medo da delação e da tortura, da traição e da censura [...] Temos medo da culpa e do castigo; do perigo e da covardia; do que fizemos e do que deixamos de fazer; dos medrosos e dos sem medo; [...] do esquecimento e do jamais lembrar; da insônia e de não mais despertar, do ódio que devora e da cólera que corrói, mas também da resignação sem esperança, da dor sem fim e da desonra [...] Temos medo dos vivos e dos mortos [...] Temos medo da fala mansa do inimigo, mas muito mais, quão mais do inesperado punhal a saltar da mão há pouco amiga para trespassar nosso aberto peito ou pelas costas nos aniquilar [...] Juntamente com o ódio, o medo, escreveu Espinhosa, é a mais triste das paixões tristes, caminho de toda servidão. Quem o sentiu sabe.

Os medos identificados e narrados que vêm afetando as pessoas em sua existência dando novos ritmos e sentidos em seu cotidiano denominamos, então, medo social. Trata-se de um medo singular-coletivo construído, seja ele passional ou racional, nas suas interações com as outras pessoas, em contextos individuais e sociais bem definidos. Segundo Baierl (2008, p. 194):

são as pessoas concretas (personagens do medo) que afetam com mais força as pessoas e coletividades, dando novos sentidos e significados à vida cotidiana e às formas de interatuarem, conseqüentemente, construindo novas formas de sociabilidade.

Para Espinheira (2008) a proposição “medo social” capta o sentimento generalizado da população em relação a um conjunto de situações, a exemplo de drogas, traficantes, polícias, crimes, doenças, medo da morte, medo dos outros.

Vale dizer que o medo pode ser um elemento que ajuda a sedimentar as relações sociais, criando relações de pertencimentos na medida em que institui um inimigo comum. Assim, lutar contra o mesmo mal é fazer parte de uma sociedade que almeja os mesmos ideais, que deseja a mesma coisa ou tem projetos semelhantes. “O medo, nesta perspectiva, torna-se um elemento catalisador. Ele agrega pessoas, cria valores em torno

de um mesmo ideal. As pessoas passam a se unir através do medo” (CAVALCANTI, 2010, p.78).

2.2 MEMÓRIA E MEMÓRIA COLETIVA

Falar sobre memória implica na possibilidade de abordagens filosóficas, psicológicas, históricas, sociológicas e de tantas outras ciências que já se propuseram a pensar acerca desta área do conhecimento.

De acordo com o dicionário Aurélio (2012), o termo memória significa “faculdade de reter ideias, sensações, impressões adquiridas anteriormente. / Efeito da faculdade de lembrar; a própria lembrança. / Recordação que a posteridade guarda”. Assim, em um primeiro momento entende-se memória como a capacidade e o conjunto de funções psíquicas e biológicas que o ser humano tem de reter informações e impressões do passado.

O conceito de memória e a maneira como ela se efetiva vem sendo tema dos estudos de diversos pensadores há séculos. Esse conceito tem se modificado e se adequado às funções, às utilizações sociais e à sua importância nas diferentes sociedades. Embora, como nos informa Viana (2006), “o conceito de memória ainda não tenha adquirido uma sistematicidade, nem mesmo na esfera da psicologia, a ciência que mais se dedica a esta temática”, em diversos momentos históricos procurou-se explicar a memória construindo conceitos em torno de conhecimentos que caracterizavam o momento em que se vivia.

Nas sociedades sem escrita a memória funcionava como uma reconstrução generativa, assim o suporte de rememoração não se situava no nível de palavras, nem de suportes profundas, ao contrário, dava importante enfoque às “estruturas cronológicas dos acontecimentos” (LE GOFF, 2010). A tradição possuía importante papel para a evolução social e perpetuação das lembranças.

Foi com o nascimento da escrita que a memória começou a ocupar outro patamar. Sejam cravadas em pedras ou materializadas em papiros, as narrativas auxiliavam a uma melhor compreensão do passado aos homens do presente. O nascimento dos calendários e das medições de distância na Mesopotâmia e Egito propiciaram o aparecimento de “processos mnemotécnicos” o qual permitia a memorização de palavras para dar continuidade ao conhecimento. A influência da memória neste período foi fundamental para a difusão da cultura das grandes civilizações (LE GOFF, 2010).

Na Grécia arcaica, a conservação das lembranças era algo tão importante que existiam as figuras dos *mnemones*, pessoas responsáveis pela guarda do passado. Eram verdadeiros magistrados encarregados de conservar a memória jurídica e principalmente religiosa da época. Existia uma divinização da memória e conservação da vasta mitologia (LE GOFF, 2010).

Neste período, os gregos antigos fizeram da memória uma deusa, de nome *Mnemosine*. Ela era intitulada a mãe das nove musas procriadas no curso de nove noites passadas com Zeus. *Mnemosine* lembrava aos homens a recordação dos heróis e dos seus grandes feitos. Deste modo, o poeta era um homem possuído pela memória, um adivinho do passado, a testemunha inspirada nos “tempos antigos”, da idade heróica e, por isso, da idade das origens (LE GOFF, 2010).

Para a filosofia grega, a memória era um componente da alma. Platão, no século IV a.C., defendeu a tese de que a mente aceita impressões da mesma forma em que a cera aceita as marcas de um objeto pontiagudo riscando a superfície. A memória passa a ser o meio pelo qual o homem produz condições para escapar do perecimento, ou seja, do esquecimento. Desta forma, fundamentou e justificou a reminiscência na preexistência da alma. Aristóteles, no fim do século IV a.C., afirmou que a memória seria uma coleção de quadros mentais formados a partir de impressões dos sentidos, mas acrescidas do elemento tempo. Portanto, a reminiscência seria tomada como uma faculdade do intelecto e a memória uma potência da alma (LE GOFF, 2010).

Na idade Média, com a difusão do cristianismo e o monopólio da igreja, difundiu-se um movimento de valorização de uma memória litúrgica, com a recordação aos mortos, engrandecimento dos santos e apoio a uma ideologia teológica e domínio intelectual (LE GOFF, 2010).

É importante notar que as recordações sempre foram uma marca do cristianismo. Em diversas passagens da Bíblia, tanto no Antigo como no Novo Testamento, podemos visualizar como o dever da recordação é marca característica de uma identidade cristã. Em Deuteronômio, capítulo oito, vem estipulado logo em seu título “A exortação a ter na memória os benefícios do Senhor”. O versículo onze diz: “Guarda-te para que não te esqueças do Senhor teu Deus, não guardando os seus mandamentos, e os seus juízos, e os estatutos que hoje te ordeno”. Em Lucas, capítulo vinte e dois, o versículo dezenove mostra que a Última Ceia foi fundada na redenção da lembrança de Jesus: “E, tomando o pão, e havendo dado graças, partiu-o, e deu-lho, dizendo: Isto é o meu corpo, que vos é dado; fazei isto em memória de mim”.

Santo Agostinho, aproximadamente 397 d.C., refletindo acerca da memória, defendeu que todos os pensamentos e aquisições de nossos sentidos, além de tudo que reservamos estão depositados nos “palácios da memória”. Assim, a memória penetraria profundamente no homem interior, dando origem à introspecção e à própria consciência. A moral cristã, portanto, foi pilar para o entendimento e sustento da ciência da memória durante muito tempo (LE GOFF, 2010).

No início do século XIII, período caracterizado como final da Idade Média, com o surgimento da imprensa, a memória passa a se afastar da tradição européia, fazendo surgir um anseio por métodos e teorias para o entendimento da memória humana. Descartes, em 1621, nas *Cogitationes privatea* propõe a utilização de métodos lógicos para o domínio da imaginação. Mas, foi a partir da Revolução Francesa que a memória passou a tomar grandes proporções na ordem dos sentimentos, na busca da verdade e integrada à educação. Um espírito comemorativo passava a dominar a sociedade da época. Medalhas, selos, moedas, estátuas e a criação de arquivos nacionais se propagaram no mundo (LE GOFF, 2010).

Os séculos XVIII e XIX, período caracterizado por grandes transformações culturais, econômicas e sociais, impulsionada pela expansão e consolidação do capitalismo, acabaram por disseminar uma nova concepção de mundo, culminando numa imensa modificação do entendimento da memória (LE GOFF, 2010). A produção de novos saberes científicos foi essencial para a modificação e amadurecimento do que se concebia enquanto memória.

Darwin, em 1865, entendeu a memória enquanto alojada na hereditariedade, estrutura biológica que encontrava respaldo no interior do organismo.

No campo da filosofia e da literatura a memória tomava outras proporções. Bergson, em 1896, em *Matière et mémoire* realçou os laços da memória com a alma. De acordo com Fonseca-Silva (2007, p. 15):

[...] nos postulados de Bérçson, ao cérebro é atribuída a função de suspender a memória e não de guardar ou arquivar lembranças. A duração é ontológica e a memória não é interior ao homem. Ao contrário, homem é interior à memória que é ontológica, virtual e inconsciente.

Antes, em 1887, Nietzsche já defendia que a memória surgiu como exceção na natureza, como conseqüências de violentas pressões sociais. Portanto, segundo o autor, para que o homem pudesse responder às exigências sociais, foi preciso muita tortura e humilhação para assim se fazer possível a memória. Freud em 1924, por sua vez,

concluiu que a memória é uma recriação psíquica do passado de acordo com as ingerências do presente, depurados pela instância do inconsciente (FONSECA-SILVA, 2007).

Muitos outros indivíduos ao longo da história da humanidade, direta ou indiretamente, propuseram pensar acerca da memória, mas a observando como fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa.

Entretanto, esta constatação aparentemente inócua de que as memórias são estritamente pessoais foi contestada nas primeiras décadas do século passado. Em 1925, em *Les cadres sociaux de la mémoire*, o sociólogo francês Maurice Halbwachs afirmou que quaisquer lembranças do passado que possamos ter só podem existir a partir de quadros sociais de memória. Assim, afastando-se do campo filosófico e do campo da psicologia, em especial da noção de inconsciente freudiana, é que Halbwachs compreendeu que a memória individual só é possível existir a partir de uma memória coletiva, onde todas as lembranças são constituídas no interior de um determinado grupo.

Assim, Halbwachs (2011, p. 72) sustentou “estar na participação do indivíduo em uma coletividade a condição que se abre à possibilidade de uma dialética na reciprocidade entre indivíduo e sociedade”, isto porque segundo o próprio autor “o indivíduo só recorda quando se coloca no ponto de vista, na perspectiva do seu grupo, mas a memória do grupo se realiza e se manifesta das recordações individuais”.

Percebe-se, portanto, que a memória necessita ser compreendida como um fenômeno da coletividade, ou seja, construído tomando por base a sociedade como um todo, levando-se em conta suas mudanças e transformações constantes.

Com *A memória coletiva*, Halbwachs (2011) afirma que para evocar seu próprio passado, em geral, a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras e se transportar a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade, visto que não é o indivíduo que cria as palavras e ideias, mas as tomam emprestadas de seu ambiente.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (Halbwachs, 2011, p.38)

A compreensão de memória inerente ao grupo social somou-se ao conhecimento acumulado acerca da memória, inserindo-se como base teórica para se definir uma memória coletiva em que os indivíduos vivem à medida que se colocam sob o ponto de vista de uma ou mais correntes do pensamento coletivo.

Segundo o autor, o indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições. É no contexto das relações que são construídas as lembranças.

Portanto, a memória de uma pessoa está impregnada das memórias dos que os cercam de maneira que, ainda que não estejam na presença destes, o lembrar e as maneiras como percebe e vê as coisas ao seu redor, se constituam a partir desse emaranhado de experiências percebidas como uma unidade que parece ser somente pessoal.

Vale dizer que, embora sejam as pessoas que lembram individual e pessoalmente, são os grupos sociais que determinam o que é ou não lembrado, além das formas pelas quais será retomado. Portanto, os indivíduos se identificam com os acontecimentos conforme a importância ou não para o seu grupo ou classe a que pertence. Para Halbwachs (2011, p. 85):

As classes sociais são agrupamentos hierarquizados por excelência, que possuem uma consciência coletiva específica, apresentam graus distintos de participação no ideal comum da sociedade em que estão integradas e nas atividades que lhes correspondem, são diferenciadas pelo nível das suas necessidades, e portanto pelo gênero de vida que lhes é próprio, assim como pela matéria em que incide o seu trabalho, a sua atividade econômica, e bem assim pela intensidade da sua memória histórica tradicional.

A memória individual nasce, portanto, a partir de uma memória social, tendo em vista que todos os quadros de memória são formados dentro de um grupo na qual determinada pessoa faz parte. Os sentimentos e meditações que cotidianamente são feitos e sentidos são, na verdade, inspirados pela coletividade. Ao abordar a temática da memória individual, Halbwachs (2011, p. 42) informa a existência de uma intuição sensível. Haveria, então,

[...] na base de toda lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual que - para distingui-lo das percepções onde entram elementos do pensamento social - admitiremos que se chame intuição sensível.

Desta forma, a memória apóia-se sobre as experiências vivenciadas individualmente, as quais permitem a construção de uma narrativa viva e natural, com características e intensidades próprias:

No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns e que se apóiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. (HALBWACHS, 2011, p. 30)

Neste sentido, uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo. Vivendo no interior de um grupo, sofre as vicissitudes da evolução de seus membros e depende de sua interação. (BOSI, 1987).

É preciso reconhecer que muitas de nossas lembranças, ou mesmo de nossas idéias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com outros. Com o correr do tempo, elas passam a ter uma história dentro da gente, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates. Parecem tão nossas que ficaríamos surpresos se nos dissessem o seu ponto exato da entrada em nossa vida. Elas foram formuladas por outrem, e nós, simplesmente, as incorporamos ao nosso cabedal. Na maioria dos casos creio que este não seja um processo consciente (BOSI, 1987, p. 331).

A esta memória herdada e influenciada por outros, Pollak (1992) denomina “vividos por tabela”, ou seja, situações vividas por outros, mas entendidas como próprias do indivíduo.

Assim, a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão, enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo. Nesse sentido, Bosi (1987, p. 17) afirma que “se lembramos, é porque os outros, a situação presente nos faz lembrar: O maior número de lembranças nos vêm quando nossos pais, nossos amigos, ou outros homens, no-las provocam”.

“As lembranças do grupo doméstico persistem matizadas em cada um dos seus membros e constituem uma memória ao mesmo tempo uma e diferenciada. Trocando opiniões, dialogando sobre tudo, suas lembranças guardam vínculos difíceis de separar”

(BOSI, 1987, p. 344). Os vínculos podem persistir mesmo quando se desagregou o núcleo onde sua história teve origem. Esse enraizamento num solo comum transcende o sentimento individual.

Quem penetra um grupo familiar, através do matrimônio, por exemplo, encontrará uma atmosfera à qual deve adaptar-se; uma unidade e coesão que se defende o quanto pode da mudança. Essa atmosfera própria, essa força de coesão lhe vêm do fato de que ela representa uma mediação entre a criança e o mundo. Todos os acontecimentos de fora chegam até a criança, filtrados e interpretados pelos parentes. Hoje se impõe como mediações também os meios de comunicação (BOSI, 1987, p. 344).

2.3 VIOLÊNCIA POLICIAL, MEMÓRIA E MEDO

Na sociedade brasileira e na história da própria humanidade o medo tem sido usado como instrumento de manipulação de pessoas, subjugando, tornando-as escravas e dominadas por determinados indivíduos, grupos ou situações. Trata-se da exploração das pessoas e da coletividade utilizando-se do medo como mecanismo e instrumento de escravidão (BAIERL, 2004).

Desta forma, a violência na forma como vem se constituindo na realidade, faz emergir o medo, que leva as pessoas a paralisarem e alterarem suas relações e suas formas de ser no espaço em que vivem e em seus contextos individuais. O outro, o estranho potencialmente ou não, de acordo com as circunstâncias é objeto de medo e provoca no sujeito reações de paralisação, entrega ou agressão. Isso vai depender, contudo, do conjunto de regras e normas tecidas e internalizadas pelos sujeitos (BAIERL, 2004).

Para Eckert e Rocha (2005), a crise configurada pelo medo social da violência na cidade refere-se ao tempo presente em que as formas interativas no mundo cotidiano já não garantem uma previsibilidade das rotinas e às interações de reconhecimento do outro na imagem ideal do trabalhador honesto.

Um sentimento de insegurança e medo surge na memória coletiva quando se pensa na polícia e sua atuação cotidiana. Em pesquisa realizada no Rio de Janeiro, Silva e Leite (2007, p. 562), afirmam que:

A polícia também é repetidamente responsabilizada pelos perigos e insegurança que vivenciam em seu cotidiano. Os moradores são muito críticos das freqüentes incursões, acusando os policiais de não cuidarem da proteção dos habitantes e agirem com a mesma falta de respeito dos traficantes.

Desta forma, a população que deveria olhar a polícia como alguém em quem confiar, entende-os como sujeitos truculentos, que desrespeitam a lei e agridem pessoas indistintamente. Trata-se do medo decorrente do poder fardado.

É um medo que intimida, subjuga e oprime as pessoas, e relaciona-se com as forma de ameaça constante, baseado em interesses próprios e particulares de policiais, que utilizam o medo e o seu poder de polícia para extorquir ganhos dos criminosos e de moradores de favelas em troca de favores. Já, os moradores de bairros de classe média, demonstram esse medo de forma diferenciada. Trata-se do medo de sofrer agressões da polícia de forma indiscriminada e não ser respeitado em seus direitos de cidadania, ou seja, se envolver em conflitos para os quais não foi convidado. Aqui também a noção de não ser reconhecido em seus direitos, podendo também ser confundido com um marginal ou criminoso. No entanto, não faz parte do cotidiano destes últimos, as ameaças e o terror. (BAIERL, 2004, p. 145)

O medo passa a ser um elemento presente na memória das pessoas, em especial, o medo da própria instituição policial. Pollak (1992) aduz que a memória é composta por pessoas e personagens que interagem com o indivíduo ao longo de sua existência.

Assim, a sociedade propaga suas inseguranças e incertezas cotidianas, fazendo surgir o que se denomina de medo social ou coletivo. Machado e Noronha (2002, p. 204) relatam que:

A PM é vista com mais desconfiança pelo método mais padronizado de trabalho, pela maior impessoalidade e uso ostensivo da força em operações “pesadas”. Os PMs usam farda e corte de cabelo militar, exibem armas pesadas, andam em bandos e se deslocam em carros oficiais. São descritos ora como arrogantes, quando fazem demonstração de força e desrespeitam os habitantes, ora como ineptos, por não serem capazes de reconhecer e tomar medidas enérgicas contra os marginais.

Concluem os autores:

Dada a soma de violências existente e o sentimento de insegurança despertado por elas, os moradores se voltam para a polícia como a instância que deveria protegê-los das agressões praticadas pelos vizinhos e, principalmente, pelos marginais. Em lugar disso, a ação policial está pautada na omissão, cumplicidade com infratores, preconceito e violência. (p.206)

Percebe-se que há um descontrole das instituições policiais, em que o uso da violência se faz excessiva e o medo se instaura como forma de sociabilidade (ESPINHEIRA, 2008). Neste sentido, Francisco Filho (2004) afirma que a violência e o medo fazem parte dos temores das pessoas atualmente, proporcionando um comportamento no qual o medo ocupa o topo das inquietações. Nas palavras do autor:

Viver a cidade, hoje, é viver o medo, a incerteza de chegar em casa ao final do dia; se nossos filhos voltam ilesos depois de se aventurarem

pela cidade, seja em busca de divertimento, ou de conhecimento. Conhecer essa realidade, entender como esse processo nasce, se desenvolve e se espacializa nas nossas metrópoles é de grande importância, pois sem isso estaremos fadados a viver em espaços cada vez mais segregados, fechados dentro de uma realidade que não vai além dos muros e das cercas eletrificadas (FRANCISCO FILHO, 2004, p. 1).

Portanto, o medo social é produto de uma sociedade violenta e das formas como se constroem as relações de poder e as formas de sociabilidade (BAIERL, 2004). Dias (2011, p. 16) ao abordar a questão do medo presente em nossa sociedade, afirma que:

O medo social é produto de relações de poder desequilibradas, em qualquer dos campos da ação humana, havendo atores que dele mais beneficiam, e outros que por ele se deixam dominar. E a prevalência desta emoção nas estruturas de relações sociais faz-se pela manutenção de uma ordem, cujos vigilantes procuram assegurar a máxima eficiência da sua atuação, podendo estes revestir as mais diversas expressões, formais e informais, para garantirem a sua eficácia no tecido social. Neste sentido, o medo social emana de diferentes fontes, e não é produto de uma espontaneidade ingênua. Ele resulta de uma intencionalidade, que se pode caracterizar por uma maior ou menor intensidade junto daqueles que constituem o alvo preferido de quem da sua insegurança pode beneficiar. Esta emoção reflete estados de insegurança que radicam naquilo que de mais profundo existe no ser humano, e quem mais dela fizer uso maior possibilidade terá de controlar a ação dos outros.

Assim, violência policial e medo destas instituições passam a ser práticas sociais comuns, reproduzidas e perpassadas na memória da coletividade. Desta forma, Baiertl (2004, p. 140) afirma que:

A violência e o medo combinam processo de mudanças, alterando a arquitetura urbana segregando e discriminando grupos sociais em enclaves fortificados. Esses novos processos vêm modificando significativamente as formas de sociabilidade e o cotidiano das pessoas, quer nos seus espaços de moradia, quer nos seus espaços ocupacionais de trabalho. Desta forma buscamos explicar a teia de relações tecidas nos espaços de moradia, territórios demarcados por outras lógicas que não as instituídas legalmente e que, potencializadas pelo medo – decorrente de ações violentas e intimidações tanto de policiais como de traficantes – dificultam ou limitam as formas de sociabilidade e, conseqüentemente, as ações coletivas para enfrentamento à questão da violência.

As práticas rotineiras de violências policiais, somadas às experiências vivenciadas pessoalmente ou não pelas pessoas acabam tornando-se próprios da memória individual-coletiva. Desta forma, Pollak (1992, p. 201) salienta que a memória constitui-se dos elementos vividos pelo indivíduo e por seu grupo social.

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os *acontecimentos* vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que

eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.

É preciso entender que o medo é um produto social. É uma produção histórico-social com características específicas que foram elaboradas atendendo às necessidades das relações de forças onde foi fabricado. Sendo o medo uma criação, ele foi instituído para desempenhar determinadas funções. E, como tal, pôde ser mantido, alterado, dispensado, ou abolido. Assim, o medo, como o fogo e a roda, foi inventado, criado e produzido (CAVALCANTI, 2010).

Enfim, esta cultura do medo que observamos é o somatório dos valores, dos comportamentos e do senso comum associados à questão dos determinantes da criminalidade, que reproduz a idéia hegemônica de insegurança e, assim, perpetua uma forma de dominação autoritária que só subsiste com a degradação da sociabilidade e o enfraquecimento da cidadania (ECKERT e ROCHA, 2005, p.4).

Sendo o medo um produto social, este só poderá ser entendido quando analisado nas malhas sociais nas quais é tecido. Conforme Baierl (2004, p.20), a cultura do medo “vem alterando profundamente o território e o tecido urbano e, conseqüentemente, a vida cotidiana da população. Todos se sentem afetados, ameaçados e correndo perigo”.

CAPITULO 3 – CRIANÇA, MEMÓRIA E MEDO

Este capítulo apresenta os dados obtidos no campo empírico. Por meio do arcabouço teórico são decifradas as ações das crianças, analisando suas falas, brincadeiras, seus brinquedos e gestos, tentando entender o medo das mesmas em relação ao aparato policial que atua no bairro em questão.

As crianças vivenciam no cotidiano as relações estabelecidas entre a polícia e os demais moradores do bairro, sejam nas ruas, em suas casas, nos estabelecimentos comerciais ou em outros espaços. Tais relações são entremeadas por medo e insegurança pois, na grande maioria das vezes, as ações policiais se configuram nas várias formas de violência. Neste contexto, os moradores de tenra idade convivem com o medo da figura policial.

Geralmente, os medos nascem de avaliações do perigo, como a probabilidade de ser mordido por um cão, ou são desencadeados por eventos, quando uma criança que foi atropelada por um carro tem medo de atravessar a rua. “Crianças que sobrevivem a um terremoto, seqüestro ou a algum outro evento assustador podem ter medo de que isso aconteça novamente” (PAPALIA, OLDS e FELDMAN, 2009, p. 305).

Nesse sentido, a partir das experiências presenciadas pelas crianças é comum que elas desenvolvam medos e ansiedades, todos gerados a partir de um determinado estímulo, muitas vezes associados à preservação, às respostas de defesa e, até mesmo, à aprendizagem.

Os medos na infância são bastante imprevisíveis e há, em todas as faixas etárias, acentuadas diferenças individuais quanto à suscetibilidade ao medo. O mesmo estímulo pode ser extremamente ameaçador a uma criança e, ao mesmo tempo, deixar completamente indiferente uma outra. A criança pode, além disso, ser bastante perturbada por um certo estímulo em uma determinada situação, não lhe dando qualquer atenção em outras circunstâncias (MUSSEN, CONGER e KAGAN, 1977, p. 322)

3.1 MEDO NA INFÂNCIA

A fim de compreender a análise realizada na presente pesquisa é essencial a discussão acerca do período infantil em que se encontram as crianças pesquisadas, além da análise do próprio local em que estão inseridas.

A creche é vista como um ambiente novo para elas, um espaço de socialização onde adquirem características de personalidade e de comportamento consideradas

apropriadas ou aceitáveis pela sociedade. Apesar disso, elas levam padrões de comportamento e motivos valorizados por seu próprio grupo, seja ele a família ou a comunidade.

Em grande medida, a cultura na qual a criança cresce prescreve tanto o conteúdo quanto os métodos de socialização, tanto o modo como deverá ser treinada, como as características de personalidade, motivos, atitudes e valores que deve adquirir (MUSSEN, CONGER e KAGAN, 1977, p. 304-305).

As crianças desse ambiente da educação infantil possuem características importantes e de enfoque necessário para a compreensão posterior de todo o processo de descobertas na análise da pesquisa realizada.

Essas crianças estão na fase do desenvolvimento geralmente chamada de idade pré-escolar, fase caracterizada por Piaget (1999) como período pré-operatório. Piaget (1999, p. 42) afirma que durante este período as crianças desenvolvem a capacidade de criar símbolos e utilizá-los nas atividades do dia-a-dia.

A criança encontra-se no início do ‘pensamento pré operacional’ (dos dois aos sete anos). Este se caracteriza pela aquisição da capacidade simbólica; quer dizer, já não depende das sensações e movimentos, mas é capaz de distinguir um significador (palavras, imagens) daquilo que ele significa (objeto ausente).

Enderle (1994, p. 75) conceitua este período como fase mágica, dada a predominância do pensamento fantástico que tanto caracteriza a infância, ainda que a fantasia não persista ao longo de toda a fase que vai do segundo ao sexto ano de vida.

Nessa fase, o processo de desenvolvimento é dirigido e interferido por diversas variáveis, entre elas o nível socioeconômico, educacional e fatores externos à própria criança, ou à dinâmica da família. Dessa maneira, os encadeamentos e influências sociais ocorrem a todo o momento, dando condições para o aparecimento de determinados comportamentos e impondo limitações para a manifestação destes (SOUZA e MARTINS, 2005).

Nessa fase peculiar, a criança tenta descobrir o sentido do mundo lidando com objetos e pessoas. Ela constrói estruturas mentais e adquire modos de funcionamento em função da tentativa incessante de entender o mundo ao seu redor, de compreender o que acontece e de sistematizar as suas idéias. Ao mesmo tempo, recebe influências do seu meio e leva isso para os espaços de socialização de diferentes maneiras.

Na educação infantil os medos são manifestados no comportamento da criança em situações de interação no lar, na escola, no local de brincadeiras, etc. A imaginação, a palavra, o desenho são instrumentos que a criança tem para se relacionar com o

mundo físico e social, permitindo que ela use experiências para explicar e reproduzir a sua vivência.

A criança mergulha no mundo da percepção, da comunicação, da forma, da abstração, da inteligência, do pensamento, no meio escolar e por meio do processo lúdico evidente nela. Seu desenvolvimento mental e intelectual se expressa principalmente por meio da linguagem verbal. Isso revela a importância inicial da comunicação direta com a criança na análise dos seus medos, já que diz respeito a ela e aos seus interesses.

A conquista da linguagem expressa o pensamento da criança. Ela promove mudanças, principalmente no modo de se relacionar com o seu meio, possibilita novas formas de comunicação com os indivíduos e organiza seu modo de agir e pensar. A fala, por exemplo, expressa a capacidade que a criança, nesta faixa etária, está adquirindo para exprimir e representar seus pensamentos. Esses instrumentos compõem o seu desenvolvimento intelectual, moral e social.

O pensamento da criança de 04 e 05 anos de idade se instala cada vez mais no sistema ordenado constituído pela língua falada por sua roda, ganhando, graças a esta, coerência, clareza e comunicabilidade. A língua impõe, de certo modo, suas exigências sociais e culturais ao pensamento, simultaneamente, segundo dois sistemas diferentes parece ser proeza dificilmente realizável e, sem dúvida, pouco proveitosa, ao menos para a maior parte dos indivíduos (OSTERRIETH, 1974)

Nesta linha de pensamento, Osterrieth (1974, p. 120) complementa:

A criança deste período pensa como pode, aprende o real diferentemente dos adultos; não tem, todavia, as possibilidades de abstração e de imaginação que lhe permitam uma ‘concepção do mudo’ ou a construção de uma cosmologia, fosse embora artificialista ou animista. Está, aliás, muito ocupada em viver para construir sistemas.

Torrance (1976, p. 108) salienta que na faixa etária de quatro e cinco anos de idade a criança aprende papéis tipicamente de adultos, levando sua curiosidade a procurar o verdadeiro e o certo. É o período em que “a criança é capaz de relacionar os acontecimentos isolados, embora possa não compreender a razão da relação. Nessa idade, começa a ter consciência dos sentimentos alheios”.

Jersild (1977, p. 290) elenca alguns fatores que podem contribuir para a susceptibilidade da criança ao medo.

A fraqueza e incapacidade física do infante às exigências da vida cotidiana são, em alguns casos, condição para o surgimento de medo. Ações e fatos que reduzam a confiança da criança em si mesma, que a

envolva em situações nas quais se sinta insegura, ou que a ameace ou a coloque em conflito ou remorso, aumentam sua susceptibilidade ao medo. A relação das próprias crianças com seus pais, parentes ou adultos próximos, podem fazer surgir medo, pois por meio de manifestações evidentes ou sutis de seus temores, podem os adultos não apenas sugerir à criança a presença do perigo, como pode enfraquecer sua convicção de segurança ou proteção.

A autora ainda salienta que “enquanto predominar o medo, na sociedade, não há provavelmente meios de poupar à criança os exemplos de medos dados pelos outros”.

Neste sentido, salientou Mussen, Conger e Kagan, (1977, p. 322):

Há uma franca tendência da criança em adotar os medos de seus pais – particularmente por cães, insetos e tempestades – ou por identificação com eles, ou por aprendizagem observacional. Por exemplo, se a mãe tem medo de cães, não pode fazer nada para torná-los menos ameaçadores para seu filho. Conseqüentemente a criança continuará a temer os animais e a evitá-los ou, no caso de ver um cachorro, afastar-se dele. Isto pode reduzir sua tensão (por esforço), uma vez que o afastamento protege-a do encontro com o objeto temido. Em vista disso, a criança é mais propensa a repetir essas respostas de evitamento e afastamento em situações semelhantes, impedindo-se de aprender reações novas e mais maduras perante cães. Por essas razões, os medos que uma criança compartilha com os seus pais são particularmente resistentes a um tratamento e extinção.

Evidenciamos que alguns medos dos adultos são conhecidos e compartilhados pelas crianças. Conforme os relatos abaixo:

Quando a polícia esteve em minha casa eu não tive medo, só a minha mãe (criança 17, 4 anos)

Minha mãe tem medo das polícia e tá morando na roça pras polícia não achar ela [...] A mãe Dida tem medo das polícia porque usa droga” (criança 31 – 5 anos).

Assim, notou-se que muitos dos temores das crianças em relação à polícia decorrem dos sentimentos e acontecimentos vividos pelo grupo social em que os infantes estão inseridos. A noção de polícia compreendida pelas crianças pesquisadas torna-se compartilhada, influenciada e apreendida pelo que Pollak (1992) chama de “vividos por tabela”, ou seja, são acontecimentos vividos por outros, mas que entendem elas mesmas terem sentido e presenciado. Nesse sentido, o sentimento surgido dentro de uma coletividade traz a memória como algo indissociável de um grupo. Por meio desta, os fatos integrantes do grupo são transmitidos e sociabilizados, tornando-se pertencentes a ele, mesmo que não vivenciados.

Podemos, portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em que sua construção de si. (POLLAK, 1992, p. 204)

Os fatos que ocorrem no bairro afetam e chamam a atenção das crianças. As falas dos infantes demonstram sua atenção e percepção aguçada das ações policiais em suas comunidades:

Tio, Vinícius foi preso. É porque ele tinha droga. [...] Dondom e Gabriel já foram presos. [...] Gabriel morreu porque deu dedo pras polícia [...] A polícia bota no pau, bate. Você já viu batendo? vi duas polícia na moto matar quatro, Dondom e Vinícius e pegou no pau e bateu neles (criança 32 – 5 anos)

As polícias estão dando tiros no mato. (criança 28 – 5 anos)

Vi a polícia prender os bandidos. (criança 39 – 5 anos)

A polícia mandou meu tio guardar a moto [...] a polícia chegou, rodou, foi no México⁶ e apontou a arma [...] a polícia noutro dia matou um ladraozin pequeno [...] jacaré estava correndo da polícia com droga e a polícia foi atrás dele (criança 14 – 4 anos)

A polícia prendeu meu tio porque ele estava batendo nas meninas. (criança 12 – 4 anos)

Pode-se compreender que, na maioria das vezes, mesmo não tendo contato direto com policiais, estes tornam-se figuras conhecidas na memória das crianças pesquisadas, pois os infantes estão atentos aos acontecimentos vividos dentro do bairro e às reações das pessoas próximas. Neste sentido, Pollak (2002, p. 201) ressalta que:

A memória é constituída por pessoas, personagens. Aqui também podemos aplicar o mesmo esquema, falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens freqüentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa.

Os policiais são personagens conhecidos das crianças. As falas, os gestos e práticas características da polícia são conhecidos e reproduzidos a todo o momento pelos infantes em seu ambiente social. Embora não tenham o contato direto com policiais, as crianças observam a atuação deles, seus modos de agir e práticas rotineiras, de acordo com o que ouvem ou veem de pessoas próximas a elas. Desta forma, conseguem reproduzir com exatidão e detalhes as práticas policiais.

⁶ Termo utilizado pela criança para denominar um bairro.

Aqui no bairro a polícia põe na parede com a perna aberta para revista (criança 31 - 5 anos)

Se recorrermos aos ensinamentos de Pollak (2002), em especial ao que se refere à psicologia social, percebemos que a imagem dos policiais está inserida no próprio sentimento de identidade dos infantes. As ações e os acontecimentos referentes à atuação da polícia no bairro são naturalizados e aceitos como normais, inerentes ao próprio ambiente em que estão inseridos.

Nessa construção da identidade - e aí recorro à literatura da psicologia social, e, em parte, da psicanálise - há três elementos essenciais. Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do copo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. De tal modo isso é importante que, se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos. Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 2002, p. 205)

Assim, a polícia se efetiva como referência na vivência dos infantes pesquisados, pois a construção de suas identidades é produzida em referência aos fatos e pessoas próximas às crianças. Os conflitos entre policiais e moradores do bairro acabam afetando e construindo os valores e as percepções dos infantes, manifestando-se das mais variadas maneiras.

Além das questões compartilhadas pelas crianças dentro da comunidade em relação ao aparato policial com respostas de afastamento das situações que geram insegurança e descontrole, existe a análise destas manifestações evidentes da criança em um outro ambiente que é o espaço escolar. Este é um ambiente, de modo geral seguro, onde ela passa boa parte do dia realizando atividades e participando de variadas situações de aprendizagem.

Além dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os lugares. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. (POLLAK, 2002, p. 202)

Em diversos momentos da pesquisa observa-se a ação das educadoras chamando a atenção dos infantes para as frases usadas com os colegas, como: “Se não parar vou

chamar a polícia” ou “Vou chamar a polícia, vai continuar?”. Assim, apesar desse ambiente ser diferenciado, percebe-se que as experiências e o medo social transpassam os muros da escola, sendo refletidos nas conversas, brincadeiras e imitações da realidade vivida.

A polícia já foi em minha casa (criança 14 - 4 anos)

Um dia as polícia chegou e pegou um pau para bater nas pessoas. Isso foi na frente de minha casa (criança 30 – 5 anos)

As práticas e ações das polícias geram em algumas dessas crianças sentimentos negativos de aversão, decorrentes de experiências vividas por pessoas próximas a elas.

Queria por fogo nas polícia porque eles matou meu pai e bateu em dona Deti (criança 12 – 4 anos)

Meu pai falou que ia matar as polícia (criança 21 – 4 anos)

Quero ser matador de polícia (criança 14 – 4 anos)

3.2 O MEDO EXPRESSO ATRAVÉS DAS FALAS

Como visto, as falas das crianças vêm carregadas de sentimentos e demonstram capacidade de recontar a realidade. Na fase da pré-escolar, a fala passa a ocupar um lugar privilegiado como instrumento de comunicação. As crianças participam de diálogos, fazem perguntas e respondem.

Nas rodas de conversas⁷, método utilizado na creche para contar histórias, a atenção da criança fica totalmente voltada para a professora, que utiliza em sua prática diversas estratégias que entoam emoção à história, como o tom de voz, a mudança da fala dos personagens e, ao mesmo tempo as interações, onde as crianças tornam-se participantes das narrativas.

As intervenções feitas pelas crianças expressam a capacidade e a necessidade que elas têm de exprimir e representar os seus pensamentos.

Quero ser federal, polícia federal (criança 15 – 4 anos)

As polícia viu as drogas e matou (criança 32 – 5 anos)

Os bandidos se escondem no mato para fugir das polícia (criança 31 – 5 anos)

⁷ Momento em que as crianças se reúnem para ouvirem histórias.

Nas falas das crianças a polícia sempre aparece relacionada à morte, fuga, violência, poder e maldade:

A polícia é pra matar [...] A polícia mata por causa de ‘cocada’⁸ [...] A polícia mata [...] A polícia mata, depois prende e pega as drogas. [...] As balas das polícia quando atira pega nos pés [...] No Aparecida⁹ a polícia vai também e lá mata (criança 32 – 5 anos)

A cara da polícia é de mal. (criança 21- 4 anos)

A polícia chegou para roubar a arma (criança 14 – 4 anos)

A polícia mata ladrão (criança 39 – 5 anos)

A polícia bate também [...] A policia mata por causa de droga, prende (criança 38 – 5 anos)

A polícia pega coisa do outros (criança 36 – 5 anos)

Os homens correm e a polícia prende (criança 31 – 5 anos)

Muitas das falas refletem o medo que as crianças possuem do aparato policial. O temor de estar perto de um policial evidencia-se em alguns relatos delas:

A polícia chegou e eu fiquei parada porque não podia me mexer (criança 12 – 4 anos)

Fui comprar R\$ 1 real de pão, vi “duas polícia” e me escondi atrás do carro. (criança 31 – 5 anos)

Quando a polícia chega agente corre porque se não a polícia pega (criança 32 – 5 anos)

Embora o temor da polícia se manifeste em muitas das falas das crianças, com base nas narrativas, infere-se o desejo de se tornar policial.

Quero ser policial (criança 28 – 5 anos)

Todos nós ‘quer ser polícia’ (criança 17 – 4 anos)

Quero ser federal, polícia federal (criança 15 – 4 anos)

Quando perguntado na turma de 05 anos sobre quem gostaria de ser policial, as crianças 28 e 32 se manifestaram positivamente, frisando que a infante 32 aduziu que gostaria de ser policial “para matar gente”.

⁸ Termo utilizado para designação de entorpecente.

⁹ Nome de um bairro da cidade de Vitória da Conquista.

Os jargões policiais são comuns nas falas das crianças. Elas reproduzem o que ouvem de pessoas próximas.

Olha meu revólver, olha o tamanho da bicha¹⁰ (criança 21 – 4 anos)

Mão na cabeça [...] Cala boca, abre as pernas (criança 32 – 5 anos)

Você esta preso! (criança 36 – 5 anos)

O papel da segurança pública exercida pela polícia não perpassa na mente das crianças. Em nenhum momento das observações pode ser visto ou ouvido de qualquer criança dizer que a polícia protege ou cuida. Em determinado momento a professora da turma de 05 anos pergunta: “Quem nos protege aqui na terra?” e as crianças respondem: “Deus”.

O temor em algumas crianças é mais evidente do que em outras. Enquanto algumas querem ser como policiais, outras se manifestam no sentido de rechaçar o aparato policial militar.

Não quero ser policial porque não gosto de polícia (criança 12 – 4 anos)

Na turma de 04 anos, ao ouvir uma história onde dizia que o sonho de um ratinho (personagem da história) era ser policial, a criança 21 se manifestou dizendo “tenho pena dele”.

Os relatos demonstram que as crianças recontam os fatos à sua maneira e tentam compreender o mundo físico e social que as cercam como fatos comuns à sua realidade. Todas essas expressões são produtos de uma perspectiva particular e de um modo próprio de seu pensamento.

Ao utilizar a linguagem dentro de um processo de comunicação social, as crianças expressam na fala as suas necessidades e carregam experiências com a representação policial dentro da vivência coletiva.

Assisti-se durante a primeira infância a uma transformação da inteligência que, de apenas senso-motora ou prática que é no início, se prolonga doravante como pensamento propriamente dito sob a dupla influência da linguagem e da socialização. A linguagem, permitindo ao sujeito contar suas ações, fornece de uma só vez a capacidade de reconstituir o passado, portanto, de evocá-lo na ausência de objetos sobre os quais se referiam as condutas anteriores, de antecipar as ações futuras, ainda não executadas, e até substituí-las, às vezes, pela palavra isolada, sem nunca realizá-las (PIAGET, 1991, p. 19-20)

¹⁰ Termo utilizado com função anafórica, pela criança.

As circunstâncias do meio em que elas vivem, somadas às condições de sua realidade, apresentam insegurança e medo ao aparato policial, sejam nas expressões que rechaçam a polícia, nas imitações e reproduções do papel policial, ou até mesmo, ao expressar o desejo de serem policiais. Em suas falas, a polícia sempre está ligada a violência e poder. O sentimento de que tudo é possível quando se torna policial é evidente nas falas das crianças.

3.3 O MEDO EXPRESSO NOS GESTOS

Toda a situação imaginária das crianças contém regras de comportamento condizentes com o que é apresentado para elas. Ao criar, utilizam vários símbolos que sirvam de representação da realidade. Um desses símbolos pode ser verificado nas brincadeiras.

A criança 32 encosta no pesquisador e diz: “‘Nóis’ é polícia!” e sai correndo atrás da criança 38 para simular uma “prisão”. A criança 32 põe a criança 38 de cara para a parede e simula uma revista policial. A criança 32 dá tapas na cabeça e chutes nas pernas da criança 38. A criança 32 continua simulando ser policial e grita com a criança 38: “Pede desculpas”, repetidamente. Nesse momento, expressa uma forte tendência característica desta fase: a fusão muito íntima entre o significado da realidade e o que é visto por ela.

As crianças se esforçam para desempenhar com fidelidade aquilo que observam, como afirma Vygostky (1984, p. 117), “na brincadeira, a criança sempre se comporta além do comportamento habitual de sua idade, além de seu comportamento diário: na brincadeira é como se ela fosse maior do que é na realidade”.

Em outro momento, as crianças 21 e 34 simulam portar uma arma e atiram na criança 32. Momentos depois, a criança 32 coloca suas mãos para trás, simulando estar algemada e fica com o rosto voltado para a parede. As atitudes, as ações e os gestos reproduzidos na brincadeira tornam-se relações naturalizadas e demonstram a intimidade e o conhecimento delas com os comportamentos da polícia militar em sua comunidade.

Durante as observações no pátio, presenciam-se todos os dias as brincadeiras que trazem referências à polícia. Em determinada situação, a criança 32 fica andando de velotrol e gritando: “Foge, foge que a polícia chegou!”. Em outra, a criança 34 corre atrás das meninas com uma arma de brinquedo dizendo que “vai prender” todas elas.

Durante um momento do recreio observa-se a reação da criança 39 ao dar um tapa na criança 21 e simular um revólver com o dedo, apontando para o mesmo. Em outra situação, durante as brincadeiras no pátio, as crianças de 04 anos corriam em círculos gritando: “Corre, corre que a polícia vai matar!” Quase todas, em algum momento, simularam portar armas usando as próprias mãos.

O papel e a influência que a polícia tem no imaginário das crianças pesquisadas são claros e evidentes. Em determinado momento as crianças de 05 anos encenam uma abordagem policial. Algumas seguram a criança 32 e dizem que vão prendê-la. Ela corre dos meninos, enquanto estes tentam “capturá-la”. Em outra situação, a criança 34 simula um revólver com o dedo e corre atrás dos colegas, imitando o som de uma sirene de viatura policial.

A associação ao medo e a apreensão à força policial está presente não somente nas ações cotidianas como também na escolha das brincadeiras na escola. Como exemplo destaca-se uma determinada situação onde a criança pedala um velotrol e simula uma sirene de uma viatura policial fazendo com que toda a turma corra dela. O que num primeiro momento parece uma simples ação lúdica é um ato de imitação e de reação a determinado fato que a deixou num estado apreensivo ou de real medo.

No ato de brincar as crianças criam suas regras, lapidam comportamentos e fazem desta interação um jogo. “O jogo, então, é uma função do ego, uma tentativa, no sentido de sincronizar os processos corporais e sociais do eu”. (ERIKSON, 1976, p. 194)

Nesses processos lúdicos, observa-se a interiorização da imitação utilizada como forma de reprodução de um modelo e de movimentos dos outros, através de simbologias, gestos, palavras e sentimentos.

É pela imitação diferida que se efetua a passagem da inteligência sensório-motora para a inteligência representativa. Ao ser a imitação interiorizada, as imagens elaboram-se e tornam-se, *ceteris paribus*, como que os substitutos interiorizados dos objetos dados à percepção. O significante é então dissociado do significado e elabora-se o pensamento representativo. (DOLLE, 1995, p. 93)

Para chegar a este momento da imitação as crianças criam a identificação. Este conceito refere-se ao processo que leva-as, inicialmente de maneira inconsciente, a sentirem e comportarem como autoras de certas características que, na verdade, são de outras pessoas.

A identificação, portanto, é um processo hipotético que leva as crianças a adotarem alguns padrões comportamentais integrados e complexos, atributos e

características pessoais, além dos motivos do modelo. Além disso, “as respostas adquiridas por intermédio da identificação parecem ser espontaneamente emitidas, sem qualquer treino específico e recompensa direta pela imitação, sendo geralmente estáveis e duradouras até certo ponto e não passageiras”. (MUSSEN, CONGER E KAGAN, 1977, p. 328)

É, portanto, indispensável à criança que possa dispor igualmente de um meio de expressão própria, isto é, de um sistema de significantes construídos por ela e dóceis às suas vontades: tal é o sistema dos símbolos próprios do jogo simbólico, tomados de empréstimo à imitação a título de instrumentos, mas a uma imitação não procurada por si mesma e simplesmente utilizada como meio evocador a serviço da assistência lúdica: tal é o jogo simbólico, que não é apenas assimilação do real ao eu, como jogo em geral, mas assimilação assegurada (o que reforça) por uma linguagem simbólica construída pelo eu e modificável à medida das necessidades. (PIAGET E INHELDER, 1978, p. 52)

Assim, é evidente que nas brincadeiras as crianças mostrem a sua capacidade de resolver e de receber ajuda para os problemas de sua vida privada. Tais atos mostram os seus desejos, os sentimentos de indignação e também de medo, desejando até mesmo ocupar lugar na polícia. Essa reflexão é apresentada como forma de reprodução do medo que os demais colegas devam ter e, ao mesmo tempo, o dever de respeitar e obedecer a esta figura.

3.4 O MEDO EXPRESSO NO BRINQUEDO

Outro aspecto importante na expressão infantil, no ambiente de socialização escolar, é a função do brinquedo. Segundo Souza e Martins (2005, p. 181):

O brinquedo é a essência da infância; é o veículo do crescimento; é o meio extremamente natural que possibilita à criança explorar seu mundo, tanto quanto o do adulto, possibilitando descobrir-se e se entender, conhecer os seus sentimentos, as suas idéias e a sua forma de reagir.

Por meio dele, as crianças projetam-se nas atividades dos adultos e procuram coerência com os papéis assumidos. As crianças do grupo analisado fazem o uso de alguns brinquedos na busca exploratória do seu mundo, dos seus sentimentos e ações ligadas à realidade. Neste caso, o velocípede guiado simula um carro de polícia correndo atrás das pessoas (simbolizados pelos colegas de turma), ao pedalar, reproduzem o som da sirene; as peças de brinquedos, a folha, o giz, o lápis viram armas

que simulam o combate entre polícia e “ladrão”, os carrinhos de brinquedo também são usados por elas para simular a ação da polícia.

As crianças criam uma situação ilusória e imaginária como forma de satisfazer seus desejos não realizáveis e, por isso, o brinquedo se caracteriza como útil e real para que elas realizem a ação do mundo dos adultos dentro das suas realidades.

A exposição a modelos humanos que estão se comportando agressivamente tem uma grande influência para aliciar comportamento agressivo, independente de ser ou não precedida de experiências frustrantes (MUSSEN, CONGER e KAGAN, 1977, p. 312)

Ao fazerem o uso do brinquedo, as crianças o manuseiam como instrumento das suas dramatizações. Desses instrumentos surgem os usos e as circunstâncias compartilhadas por elas no espaço criado pela escola, refletindo também experiências vivenciadas fora do ambiente escolar.

Segundo Silva (1994, p. 85):

Brincar para a criança é uma parte intrínseca de sua vida à medida que vai urgindo seu caminho através do tempo e do espaço. Brincar, antes de mais nada, é um processo e não um produto e talvez seja a diferença fundamental entre o brinquedo e o trabalho. Brincar não é um fim de uma atividade ou o resultado e uma experiência e envolve a participação total do indivíduo no processo. É um movimento físico, emocional, mental ou a combinação dos três.

Nesse ambiente lúdico, o faz de conta, o brinquedo e a brincadeira demonstram como as crianças experimentam diferentes papéis e funções sociais a partir da observação do mundo dos adultos. A vontade de reproduzir tais papéis está claramente presente no ato de brincar e no brinquedo propriamente. Nessa reprodução, a ação revela desejos, temores, sentimentos, entre outras situações.

A frequência das formas específicas de brincadeira difere uma cultura da outra e é influenciada pelos ambientes lúdicos que os adultos constroem para as crianças e, por sua vez, refletem valores culturais. (PAPALIA, OLDS e FELDMAN, 2009, p. 295).

Em determinados momentos da pesquisa pode-se observar que, de alguma forma, os brinquedos são utilizados como instrumentos policiais. A criança 28, ao pegar um carro de brinquedo, informa ao pesquisador que o objeto se tratava de um “carro de polícia”. Outra criança pega um carro, diz que é da polícia e ameaça: “vou atropelar o povo”.

Em outra situação, a criança 13 brinca ao lado do pesquisador com, segundo ela, um “carro de polícia”. Já em outro momento a criança 14 simula portar uma arma com uma borracha e “atira” na criança 21.

As reproduções observadas nas brincadeiras das crianças refletem o ambiente sociocultural em que estão inseridas. A imposição do respeito e do medo aos demais infantes relacionam o papel de intimidação e poder da polícia existente em seu imaginário.

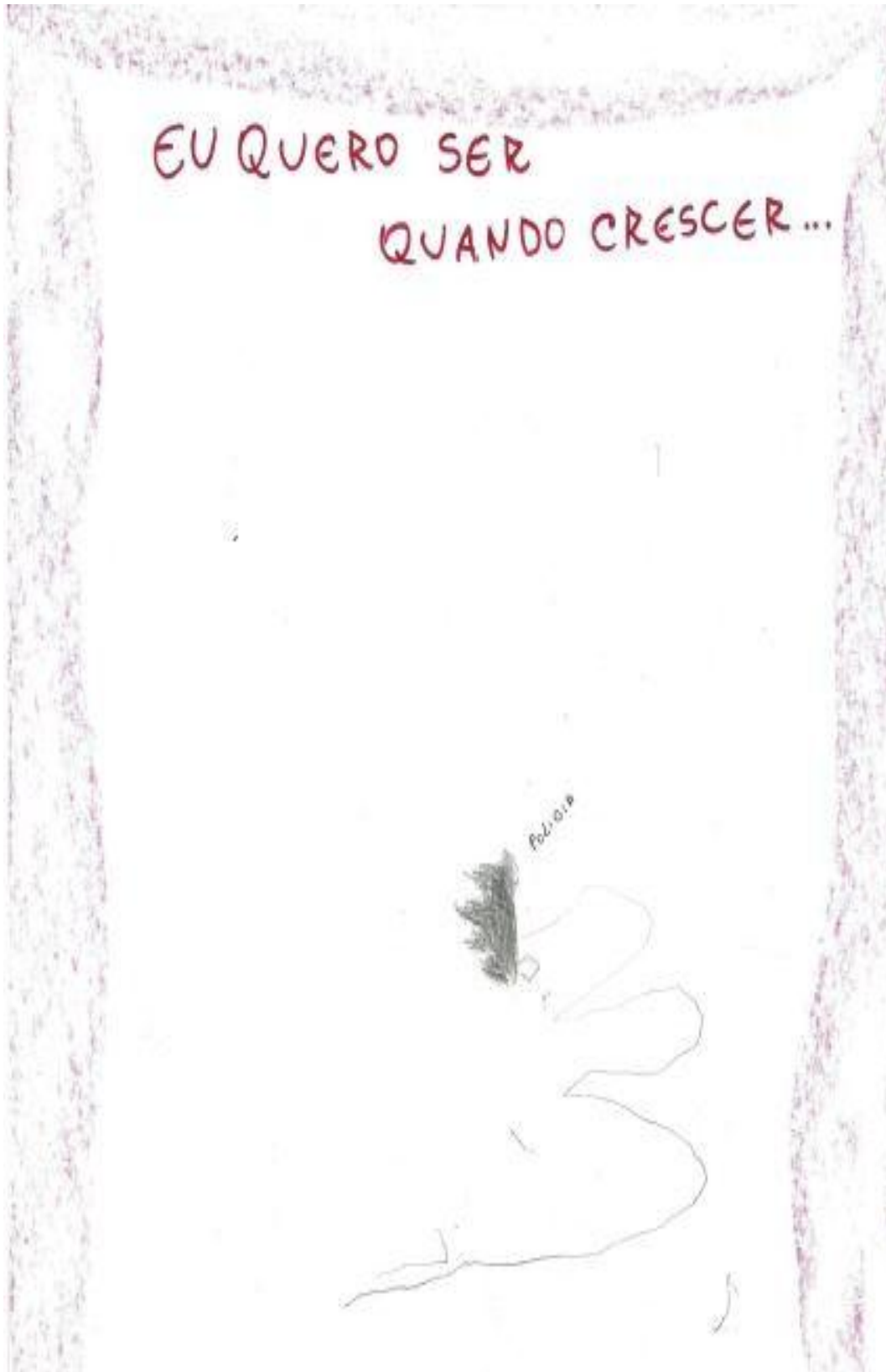
3.5 O MEDO EXPRESSO ATRAVÉS DO DESENHO

A simples representação que a criança elabora como fruto do contato com o real mostra que ela vai além quando utiliza o acesso que tem agora à linguagem e ao pensamento e transporta isso para o papel.

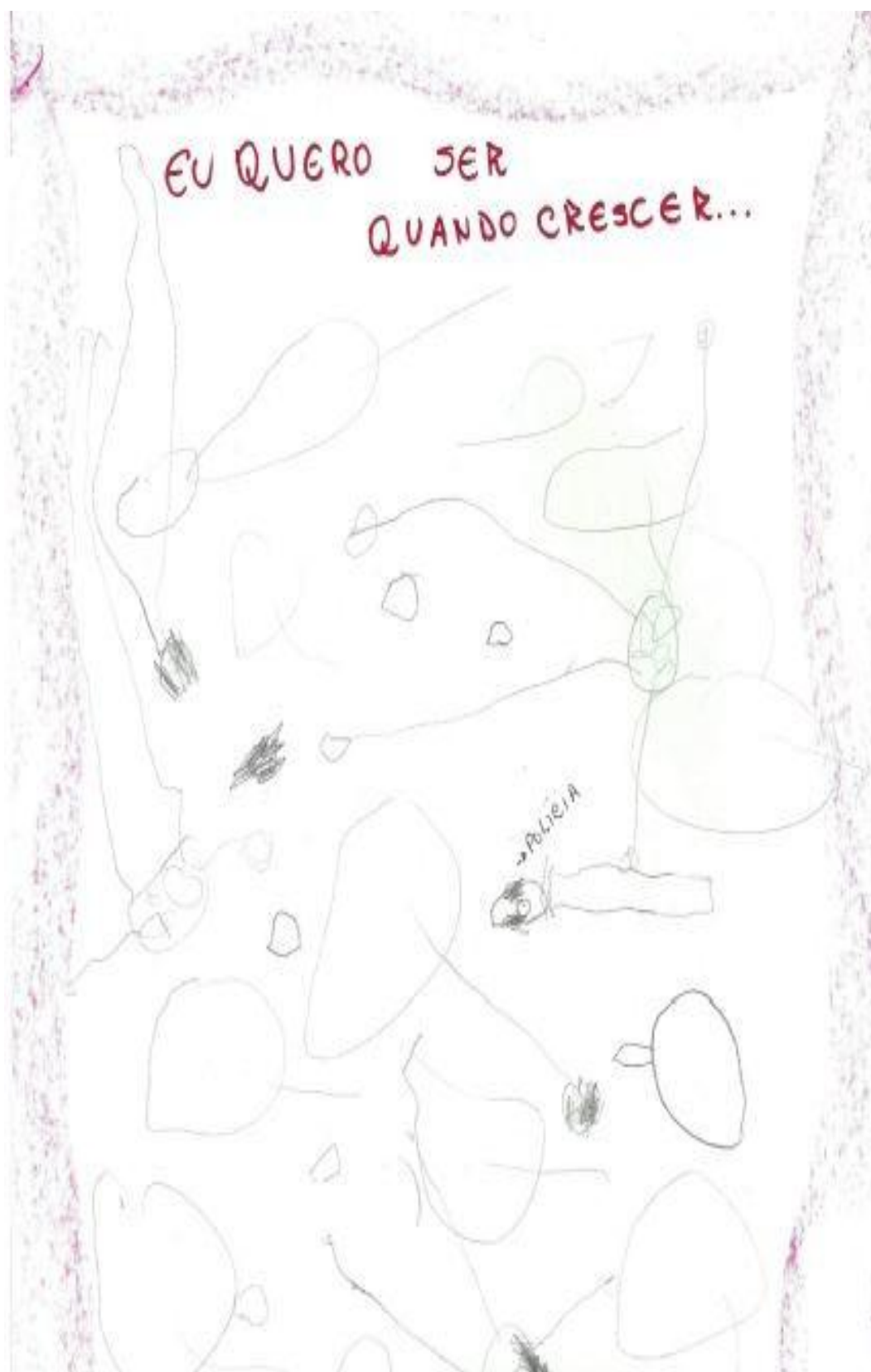
Ela elabora também imagens que lhes permite, se assim pode dizer, transportar o mundo em sua cabeça. Ela pode até representar esse mundo desenhando. (DOLLE, 1995, p. 93)

Essas imagens transportadas fazem do desenho outro instrumento utilizado para se relacionar com o mundo físico e social. Ele permite que as crianças usem as suas experiências passadas para lidar com o presente e explicar o que observa (SOUZA E MARTINS, 2005, p. 206). A partir da proposta de uma atividade com desenhos observa-se que as crianças representam os pensamentos em suas próprias figuras.

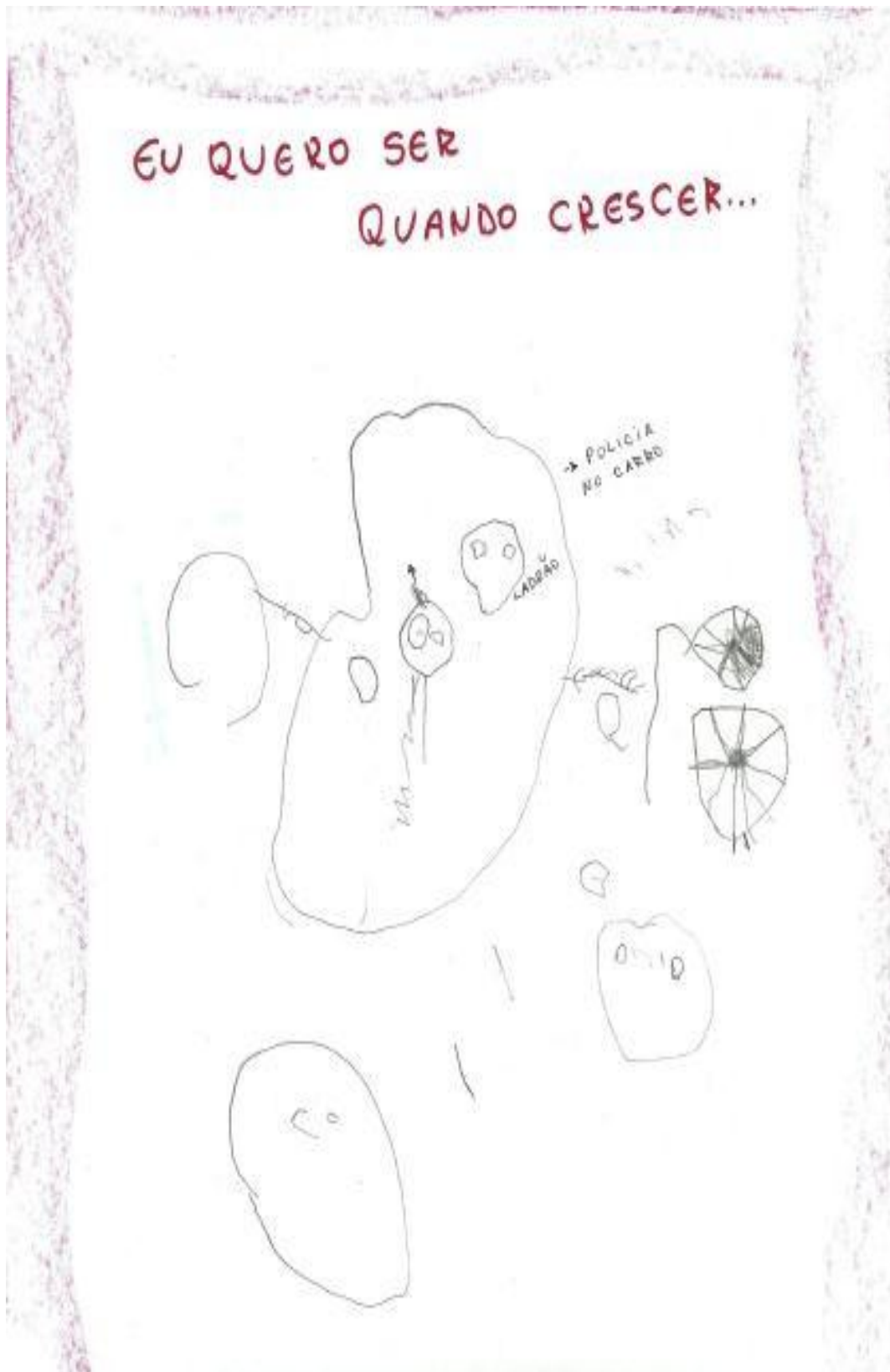
Durante a atividade, ao propor um desenho ao grupo de 04 anos com a temática “Eu quero ser quando crescer...”, três meninos desenharam, à sua maneira, a representação policial. Ao final da atividade, foi necessário que a professora recolhesse os desenhos escrevendo no canto das folhas a descrição do que cada criança desejou representar. Como afirma Di Leo (1985, p.12) “qualquer comentário que a criança faça, quando mostra um desenho, pode ser um indicio de uma atitude, pensamento ou sentimento”.



Desenho – Criança 5



Desenho – criança 13



Desenho – Criança 14

Os desenhos das crianças 5, 13 e 14 expressam, dentro da proposta, a figura policial como o desejo de se verem no futuro. As crianças 5 e 13 simbolizaram a figura policial de forma mais isolada do contexto, mas sobre essa simbologia expressa no desenho Di Leo (1985, p. 195) aduz que “a interpretação dos símbolos não deve ser governada por regras rígidas e inalteráveis. Um símbolo pode ser universal, mas o seu significado é individual”

A criança 14 expressa, ainda, a figura policial associada aos seus mecanismos e instrumentos de trabalho. Para ela, a figura policial está presente no contexto onde existe o ladrão. A sua representação está dentro de um carro, retratando a forma como o policial costuma chegar até a sua comunidade. Desta forma salienta Di Leo (1985, p. 202) que “as crianças nos falam, em sua linguagem pictórica, como se sentem acerca de si mesmas e das influências determinantes em suas vidas”.

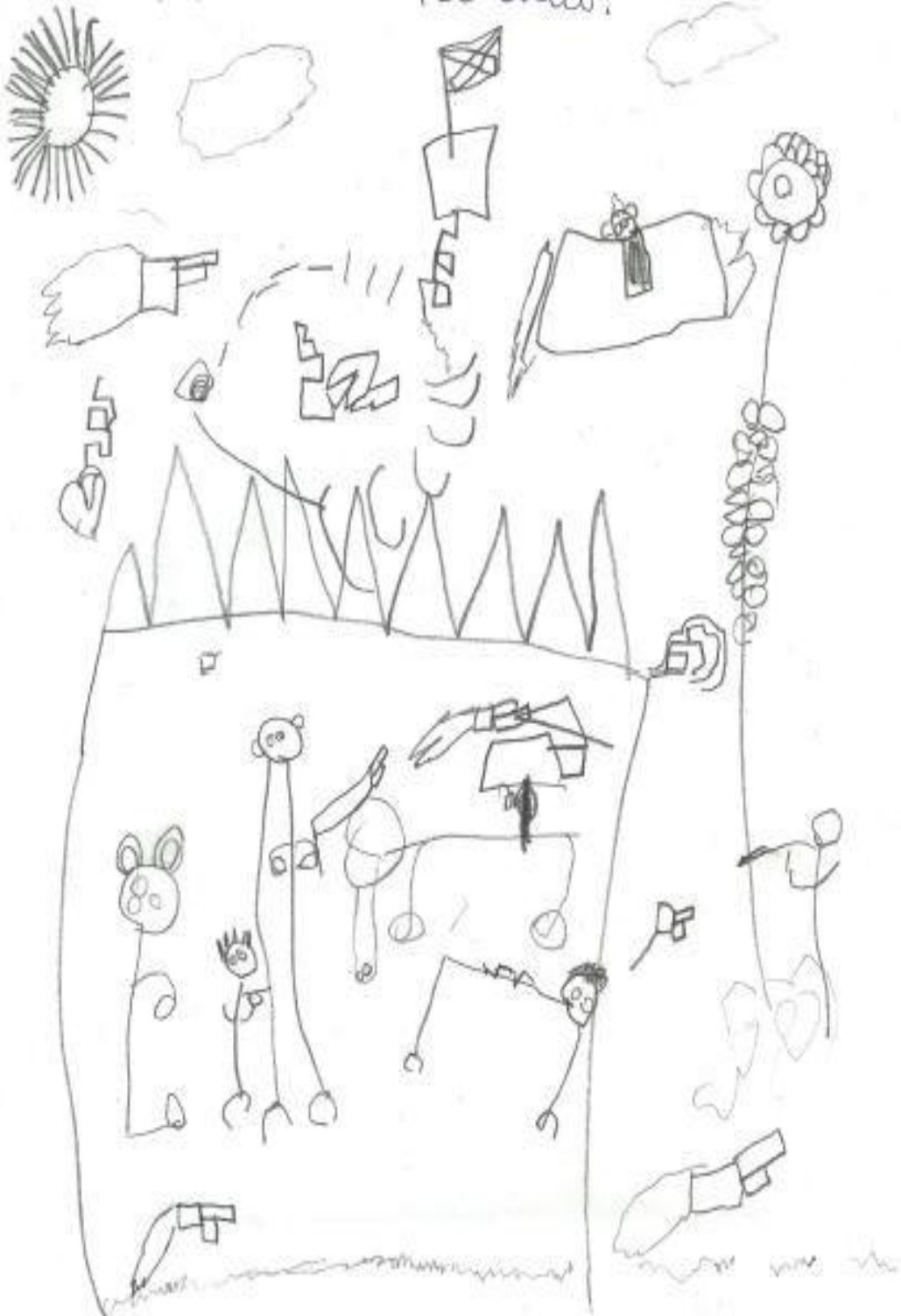
No grupo de 05 anos, o desenho proposto a partir de uma história contada pela professora “O ratinho e o leão” levam as crianças, em sua maioria, a transferirem a figura do caçador ao policial. Nos desenhos, as figuras de armas aparecem, embora não de forma linear, em um conjunto paisagem, personagem e ações, contextualizados na mesma folha.

Represente através de desenho a Estória
do feão e o Ratinho.



Desenho – Criança 26

Represente através de desenho a estí-
mia o beão e o Ratinho.

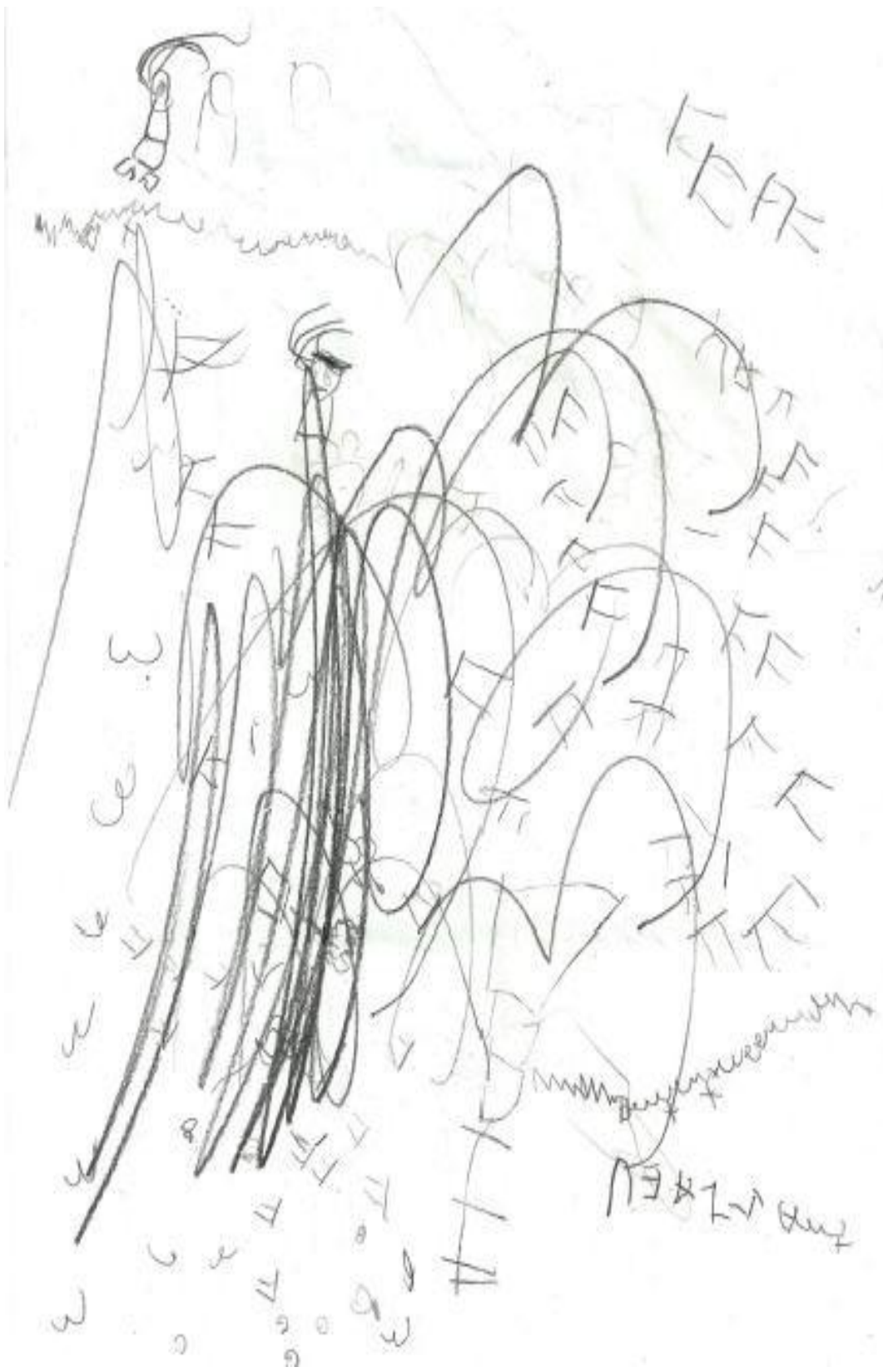


Desenho – Criança 28

Represente através de desenho a estória
nia o feiço e o Ratinho.

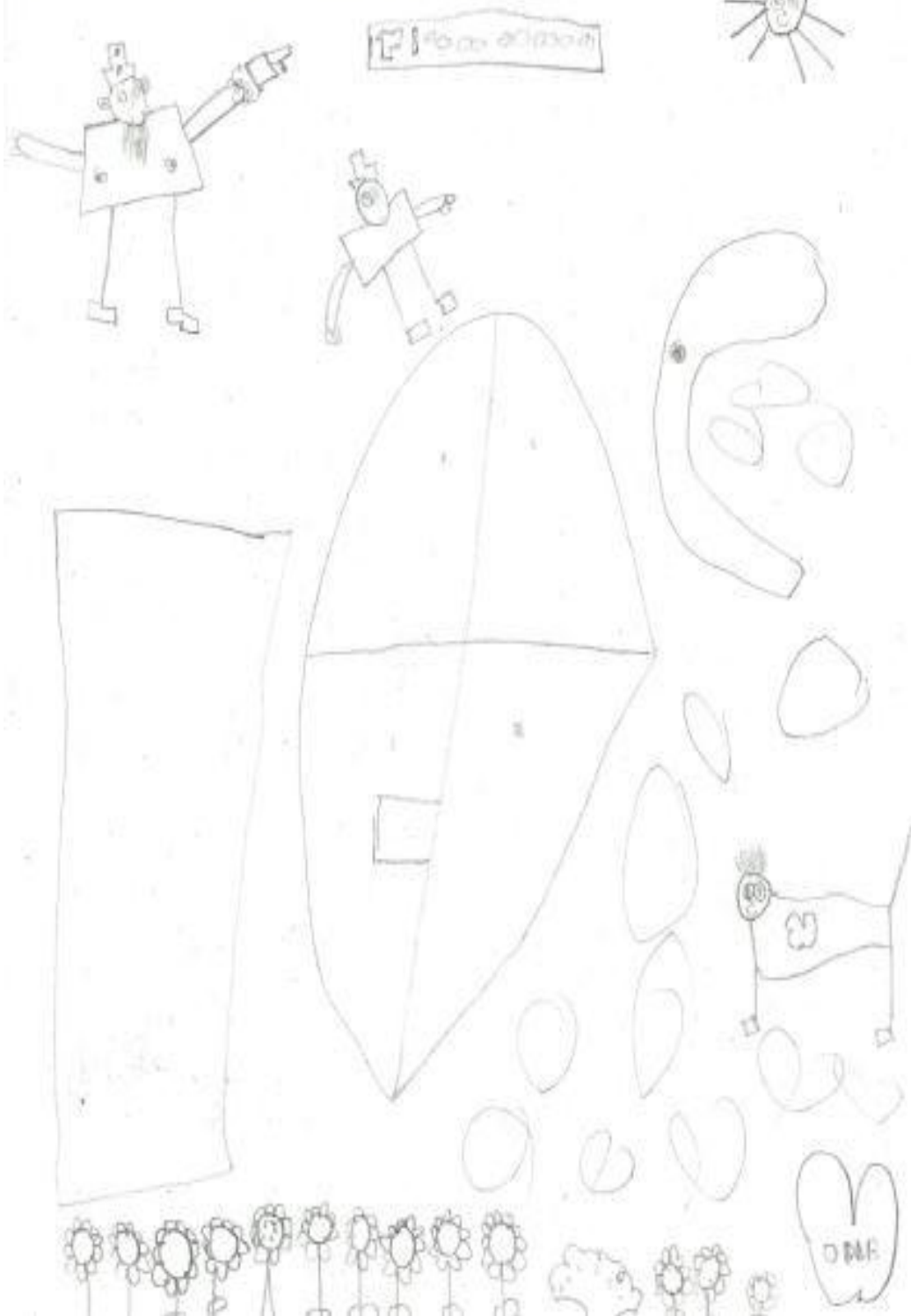


Desenho – Criança 30



Desenho – Criança 32

Represente através de desenho a estória
O Leão e o Ratinho.



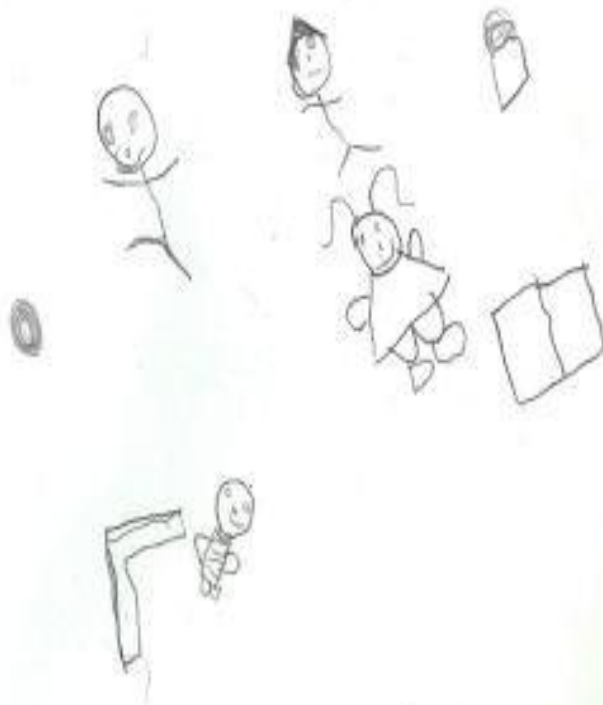
Desenho – Criança 33

Represente através de desenho a estória
mia o feião e o patinês.

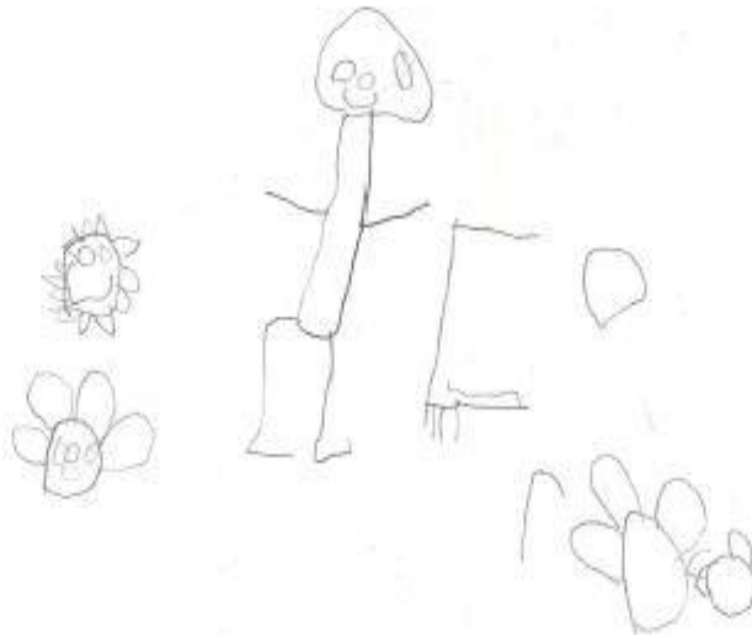


Desenho – Criança 34

Represente através de desenho a estória
do Peão e o Ratinho.



Represente através de desenho a Estória
sua o Leão e o Patinho.



Desenho – Criança 36

Represente através de desenho a Estória
do Leão e o Ratinho.



Desenho – Criança 39

Di Leo (1985, p. 204) afirma que “crianças em idade escolar podem contribuir para a interpretação, fornecendo associações e o contexto. O desenho é uma expressão pessoal, assim como o seu significado”.

Neste sentido, pode-se perceber que as crianças deste grupo elaboraram de forma mais completa as suas expressões. Neles o ambiente está mais completo e a presença policial dentro e fora do seu ambiente está clara. A criança 26, por exemplo, representou vários personagens de sua própria história e acrescentou armas de fogo em meio a esse contexto.

A criança 28, 29 e 30 apresenta dentro de uma divisão a família protegida dentro de uma circunferência como forma de proteção. Fora desta, está a polícia exercendo a sua função na comunidade. A figura 33 apresenta a figura policial armada, apontando para uma direção. A criança 32 apresenta expressões confusas e conflitantes, que repetem o desenho de armas varias vezes numa grande confusão. A criança 35 esboça um grupo de pessoas que podem representar a família ou a comunidade e um só individuo, isolado, com a arma apontada para ele. As crianças 33 e 36 pouco expressam a marcante presença policial, mas a criança 39 relata conflito de varias pessoas abordadas pela polícia, alguns personagens riscados mais fortemente de lápis, expressando sentimento mais forte e marcante no seu contexto.

Através da representação do desenho as crianças revelam fantasias e expressam sentimentos, medos e desejos. Suas imagens mentais utilizam a imitação, o pensamento e a linguagem para transmitir no papel as situações da realidade.

Essas expressões reconstituídas das vivências passadas e atuais do cotidiano trazem a figura do policial como um sujeito superior e as ações de combater, bater e gritar apresentam sinais de autoridade e poder. Tais condutas refletem, ao mesmo tempo, respeito e medo. O espaço escolar é o local onde ela pode demonstrar os seus temores, ocultando e disfarçando o medo que sente. Jersild (1977, p. 281) salienta que “quando procuramos compreender o medo de uma criança, devemos reconhecer que, em geral, há mais aspectos do que aqueles que vêm à superfície.” Pode existir tanto um conteúdo manifesto como um conteúdo oculto.

O desenho é uma forma de função semiótica que se inscreve a meio caminho entre o jogo simbólico, cujo mesmo prazer funcional e cuja mesma aututelia apresenta, e a imagem mental, com a qual partilha a imitação do real. (PIAGET E INHELDER, 1978, p. 56)

Assim, todos os instrumentos utilizados pelas crianças (brincadeiras, brinquedos, falas e desenhos) expressam a necessidade de adaptação à realidade e refletem comportamentos que configuram seus mais latentes sentimentos. Lipsitt e Reese (1979, p. 97) afirmam que “o medo é provocado por situações aversivas ou como um resultado da aprendizagem por condições associadas a situações aversivas”.

Nesse contexto, o ambiente físico e social coloca continuamente as crianças diante de situações que rompem o estado de equilíbrio e induzem à busca de comportamentos mais adaptativos. Ao relatar uma situação vivida, como por exemplo, a aproximação da polícia ao bairro, a criança apresentou a sua necessidade de aprendizagem frente à situação de medo da polícia. Para suprir essa necessidade a ação foi, rapidamente, tentar se esconder atrás de um carro, revelando um comportamento de proteção contra tais ações vivenciadas por ela.

Neste sentido, Jersild (1977, p. 279) ressalta que:

O processo pelo qual o medo é adquirido pode envolver passos indiretos ou intermediários. Por exemplo, uma criança que fora atropelada por um automóvel, embora não ficasse gravemente ferida, estava ainda bastante transtornada ao ir para a cama, e por isso teve um pesadelo. A partir de então, sentia medo de ir para o seu quarto, quando estava escuro. Por intermédio do sonho, o acidente e seus efeitos emocionais tinham sido, por assim dizer, colocados no ambiente da escuridão. Assim, desde que uma criança tenha sido amedrontada, pode o seu temor “propagar-se” para muitas outras situações. O elemento essencial, quando se verifica tal “propagação”, é o fato de alguma coisa tê-la deixado num estado de apreensão ou medo. Não é o processo condicionador, em si mesmo, que cria um novo medo; fornece, porém, um objeto ou circunstância com o qual o medo passa a ser associado.

As manifestações do medo assumem inúmeras formas e ocorre sobre incontáveis disfarces, variando de uma evidente manifestação até uma revelação de completa confiança. Isso pode ser observado pelo fato dos brinquedos serem manuseados como se fossem armas ou nos desenhos representando policiais. Em ambos, a polícia é visualizada como instrumento de poder e o uso da arma vinculada à sua imagem remete a idéia de violência capaz de gerar ameaça e medo.

Nesse contexto, os acontecimentos tornam-se estímulos sociais em que as crianças aprendem a se comportar e a temerem a figura policial devido a comportamentos, atitudes e conhecimentos que elas adquirem através do contato humano e contínuo. Pode-se dizer que os temores são influenciados também pela aprendizagem. Em virtude da penosa experiência ou de terem sido assustadas ou dominadas, as crianças podem “aprender” a temer algo que antes não a incomodavam.

Jersild (1977, p. 279) aponta como essa aprendizagem pode ser bastante direta, específica e restrita:

Uma criança é derrubada pelo cão e passa mais tarde a temer aquele cão. Ademais, os efeitos podem ser mais gerais: a criança pode temer não apenas o cão que a derrubou, mas todos os cães, podendo, talvez, colocar-se em posição defensiva, como nunca fizera antes, sempre que veja qualquer animal de quatro patas. De igual forma, pode não apenas amedrontar-se ao ver o cachorro, mas pode também ficar apreensiva ao passar pelo quintal onde sabe que existe um cão, embora não veja algum.

Dessa forma, pode-se visualizar que o medo das crianças, em suas ações, gestos e linguagem, é um fenômeno construído socialmente. Elas aprendem e absorvem de pessoas próximas seus medos e inseguranças. Nesse sentido, Pollak (2002, p. 205) afirma que a memória é um fenômeno construído, fruto de um verdadeiro trabalho de construção.

Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização.

Assim, Muccielli (1963) afirma que tudo que se passa com as crianças em idade pré-escolar e à volta delas é objeto de reações e sentimentos experimentados e repassados pela coletividade. Acerca das respostas infantis a estes sentimentos, assinala o autor que:

Nunca há respostas frias, completamente pensadas ou intelectualizadas: a criança ou se torna indiferente e desatenta ou se mostra perturbada pelo que aprende ou por aquilo que lhe acontece. Não há reflexão, nem distância, nem relatividade das coisas (MUCCIELLI, 1963, p. 69/70).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil há um conflito entre o que versa a lei e o que é praticado pelas polícias nos estados. Em vez de manter a ordem pública e reprimir o crime, as instituições policiais extrapolam o uso da força, utilizando-a de forma desnecessária, inadequada e abusiva.

Diante desse cenário de descontrole, com o uso da violência excessiva, o medo se instaura como forma de sociabilidade (ESPINHEIRA, 2008). O medo do policial e a ameaça que ele representa, nas palavras de Baierl (2004, p. 198) “é um medo singular-coletivo compartilhado pelos diferentes segmentos da sociedade; é instituído como instrumento de subjugar e ameaçar as pessoas, mantendo-as sob o domínio e o controle social”. Desse perpasso de práticas violentas e de medo social do aparato policial, advêm a percepção e o aprendizado de crianças que, muitas vezes, mesmo sem o contato direto com a polícia, incorporam os receios, os medos e as inseguranças presentes na coletividade.

Observou-se que há no imaginário das crianças analisadas o receio, a admiração e, em alguns casos, o medo da polícia. Nesse contexto, os acontecimentos vivenciados no bairro tornam-se construções sociais em que as crianças aprendem a se comportar e a temer a figura policial. Tudo isso é devido aos comportamentos, atitudes e conhecimentos que elas adquirem através do contato social. Assim, pode-se dizer que os temores são influenciados também pela aprendizagem. Em virtude da penosa experiência ou de imposições de susto e dominação as crianças podem “aprender” a temer algo ou alguém.

Vale dizer que a criança recebe do passado não só os dados da história escrita, mas ela mergulha em suas raízes na história vivida, ou melhor, sobrevivida das pessoas que tomaram parte na sua socialização. Dessa forma, Bosi (1987, p. 33) afirma que:

É a essência da cultura que atinge a criança através da fidelidade da memória. Ao lado da história escrita, das datas, da descrição dos períodos, há correntes do passado que só desaparecem na aparência. E que podem reviver numa rua, numa sala, em certas pessoas, com ilhas efêmeras de um estilo, de uma maneira de pensar, sentir, falar, que são resquícios de outras épocas.

Nesse sentido, Pollak (2002) afirma que a memória é um fenômeno herdado, fruto de um verdadeiro trabalho de construção. Importante salientar que, para Tuan (1983), as pessoas que residem num determinado espaço possuem experiências específicas sobre ele, baseadas no conhecimento e na construção que fazem da realidade

circundante. Tal experiência, conforme o referido autor, varia “desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização”.

Os dados coletados apresentaram muitos símbolos das experiências vividas e percebidas pelas crianças analisadas. Nas falas, nos gestos, nas brincadeiras, nos brinquedos e desenhos percebeu-se a forte influência que a instituição policial tem nas vidas destas. As crianças, ao exprimirem as suas experiências e noções, revelam como o aprendizado do seu grupo social vem sendo construído e o claro medo marcado pela presença policial dentro da comunidade.

Os dados coletados transparecem vivências no cotidiano em que o policial é compreendido como um sujeito superior, autorizado a combater, bater e gritar, um indivíduo dotado de autoridade e poder. Em decorrência desse entendimento, muitas práticas e ações policiais são imitadas. O policial torna-se, para algumas crianças, objeto de desejo e admiração.

Percebe-se que, através da imitação e reprodução das ações policiais, as crianças demonstram suas capacidades de resolver e de receber ajuda para os problemas sociais. Tais atos mostram os seus desejos e sentimentos ao querer, muitas vezes, ocupar o lugar da polícia, reproduzindo o medo para os demais colegas que devem respeitá-las e obedecê-las.

Assim, apresenta-se de forma clara e evidente o papel e a influência que a polícia tem no imaginário das crianças pesquisadas. As situações imaginárias das crianças contêm regras de comportamento condizentes com o que está representado para elas. Ao criar, utilizam vários símbolos para representar a sua realidade. Nesse sentido, as circunstâncias do meio somadas às condições desta realidade apresentam o medo das crianças em relação ao aparato policial.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sergio. O gerenciamento publico da violência urbana. IN: São Paulo Sem medo: Um diagnóstico da violência urbana. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.
- AGOSTINHO, Kátia Adair. *Formas de participação das crianças na Educação Infantil*. Tese (Doutorado), Braga: Universidade do Minho, 2010.
- ALVES, Alaôr Caffé. A violência oculta na violência visível: A erosão da lei numa ordem injusta. IN: PINHEIRO, Paulo Sérgio e outros (org.). *São Paulo sem medo – um diagnostico da violência urbana*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.
- ANCHIETA, Vânia Cristine Cavalcante e GALINKIN , Ana Lúcia. *Policiais Civis: representando a violência*. Psicologia & Sociedade, nº 17, 2005.
- ARENDT, H. *Da violência*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.
- BAIERL, Luzia Fátima. *Personagens dos medos: decifrando os protagonistas e os coadjuvantes*. IN: BAIERL, Luzia Fátima (org.). *Medos Sociais – Da violência visível ao invisível da violência*. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. *Medo Social: dilemas cotidianos*. São Paulo: ponto-e-vírgula, 2008.
- BANDEIRA, Lourdes e SUAREZ. Mireya. *Ordem pública, discriminação e Repressão*. In: Violência policial: Tolerância zero?. Goiânia: UFG, 2001.
- BAPTISTA, A., CARVALHO. M., e LORY, F. *O medo, a ansiedade e suas perturbações*. *Psicologia*. 19(12). Disponível em: http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0874-20492005000100013&script=sci_arttext Acesso em: 28 maio. 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. *Medo Liquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. 5. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- BORGES, Débora Cristiane de Almeida. *A pobreza como foco da desordem e da violência*. 2009. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/1102>.
- BORGES FILHO, Nilson. *Os militares no poder*. São Paulo: Editora Acadêmica, 1994.
- BOSI, Ecléa. *Lembranças de Velhos*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1987.
- BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília,

DF, Senado, 1988.

CALDEIRA, T. P. do R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2000.

CARDIA, Nancy . *O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos*. Tempo Social, Rev. Sociol. São Paulo: USP, 1997.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

CAVALCANTI , Erinaldo Vicente. *Narrativas do medo: histórias e memórias das ameaças comunistas em Pernambuco (1960 – 1964)*. ISBN: 978-85-7315-769-7. Recife: UFPE, 2010.

CHAUI, M. *Ética e violência*. Revista Teoria e Debate, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, nº 39, 1995.

_____. *Sobre o medo*. In A. Novaes (Coord.), Os sentidos da paixão. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHEVIGNY, Paul. *Definindo o papel da polícia na América Latina*. IN: MÉNDEZ, Juan. E., O'DONNELL, Guillermo e PINHEIRO, Paulo Sergio (org.). *Democracia violência e injustiça: o não-estado de direito na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CORSARO, William A. *Sociologia na Infância*. São Paulo: ARTMED, 1997.

COSTA, Naldson Ramos. *Ofício de polícia, violência policial e luta por cidadania em Mato Grosso*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

COSTA, L.F. *Violência no cotidiano: do risco à proteção*. Brasília: Liber Livros/Universa, 2005.

DELGADO, Ana Cristina Coll e MÜLLER, Fernanda. *Em busca de metodologias investigativas com as crianças e suas culturas*. Cadernos de Pesquisa, v. 35, nº 125, 2005.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia de Bolso, 1996.

DI LEO. *A Interpretação do Desenho Infantil*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985. DIAS, Fernando Nogueira. *O Medo Social*. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

DICIONÁRIO, Aurélio Ilustrado. São Paulo: Positivo, 2012.

DOLLE, Jean-Marie. *Para compreender Jean Piaget*. Rio de Janeiro:

Guanabara Koogan S/A, 1995.

DOSSIÊ ALESP – Assembléia Legislativa do estado de São Paulo. São Paulo: ALESP, 2004. Acessado em 10 de Novembro de 2011 no endereço: http://www.al.sp.gov.br/geral/comissoes/ata.jsp?idAta=3205&comissao=8508&legislat_ura=15

DOSSIÊ Mapas do Extermínio: execuções extrajudiciais e mortes pela omissão do estado de São Paulo. São Paulo, 2009. Acessado em 10 de Novembro de 2011 no endereço: http://www.acatbrasil.org.br/down/DOSSIE_pena%20de%20morte%20final.p_df

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza C. da. *O porto pouco seguro: estudo da cultura do medo em Porto Alegre*. Iluminuras Porto alegre: Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, n. 80, 2005.

ENDERLE, Carmen. *Psicologia do desenvolvimento – o processo evolutivo da criança*. 3ª edição. Porto Alegre: Artes Medicas, 1994.

ESPINHEIRA, Gey. *Sociedade do Medo*. Salvador: EDUFBA, 2008.

ERIKSON, Erik H. *Infância e sociedade*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FADUL, Élvia e FILHO, Nelson Gomes dos Santos. *Segurança pública: uma questão de governabilidade e cidadania*. X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santiago, Chile, 2005.

FAGUNDES, A. J. F. M. *Definição, descrição e registro do comportamento*. 12ª edição. São Paulo: Edicon, 1999.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 12. ed. São Paulo: Globo, 1997.

FEFFERMANN, M. *Vidas Arriscadas. O cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis, RJ :Vozes, 2006.

FERNANDES, Natália; TOMÁS, Catarina. *A Participação infantil: discussões teóricas e metodológicas*. São Paulo: EDUEM, 2008.

FEIGUIN, D.; LIMA, R. S. de. *Tempo de violência: medo e insegurança em São Paulo*. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 1995.

FERREIRA DOS SANTOS, João Diógenes. *As diferentes concepções de infância e adolescência na trajetória histórica do Brasil*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas

– SP, 2007, ISSN: 1676-2584.

_____. Jovens trabalhadoras no espaço doméstico: exploração e violência. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador: UFBA, 2011.

FILHO, Nelson Gomes dos Santos. A integração dos órgãos policiais no estado da Bahia: possibilidades e desafios sob um olhar institucionalista. ENANPAD, 30º encontro anual, Salvador, 2006.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. *Mídia e Lugares de Memória Discursiva*. IN: Mídia e Rede de Memória. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007.

FRANCISCO FILHO, L. L. *Distribuição espacial da violência em Campinas: uma análise por geoprocessamento*. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GUIMARÃES, Juliany Gonçalves, TORRES, Ana Raquel Rosas, e FARIA, Margareth R. G. V. de. Democracia e violência policial: o caso da polícia militar. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, nº 2, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 2011.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Tradução: Rosina D'Angina. São Paulo: Martin Claret, 2009.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Trad. Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

HUGGINS, Martha K., HARITOS-FATOUROS, Mika e ZIMBARDO, Phillip G. Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstróem as atrocidades brasileiras. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006.

JERSILD, Arthur T. *Psicologia da criança*. Belo Horizonte: Itatiaia,

1977. LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora

Unicamp, 2010.

LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignácio. *Quem vigia os vigias?: um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LIMONGI, Maria Isabel. A racionalização do medo na política. *In: NOVAES, Adauto (org.)*. Ensaios sobre o medo. São Paulo, SENAC São Paulo; SESC São

Paulo, 2007.

LIPSITT, Lewis P., e REESE, Hayne W. *Psicologia do desenvolvimento da criança*. Rio de Janeiro: Interamericana Ltda, 1979.

LOCHE, A. A., CUBAS, V. O. e IZUMINO, W. P. *Violência policial: a ação justificada pelo estrito cumprimento do dever*. IN: P. S. Pinheiro, S. Adorno, N. Cardia & M. Poppovic (Orgs.). *Continuidade autoritária e construção da democracia*. São Paulo: NEV/USP, 1999.

LOPES DE SOUZA, M. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MACHADO, Eduardo Paes e NORONHA, Ceci Vilar. *A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas*. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, nº 7, 2002.

MENDES, Marcos Baptista. *Militarização da segurança pública no Brasil: a polícia militar e os cenários de sua construção histórico-cultural*. 2012.

MICHAUD, Y. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, M. C. de S. *Juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro*. Fala galera. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MIRA Y LOPES, Emílio. *Os Quatro Gigantes da Alma: o medo, a ira, o amor e o dever*. 24ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2005.

MONET, Jean-Claude. *Policias e Sociedades na Europa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MORAIS, R. *O que é violência urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MUCCHIELLI, Roger. *A Personalidade da Criança*. Lisboa: Livraria

Clássica, 1963. MULLER, Kurt. *Psicologia aplicada à educação*. São Paulo:

EPU, 1977.

MUSSEM, Paul Henry; CONGER, John Janeway; e KAGAN, Jerome. *Desenvolvimento e personalidade da criança*. 4ª edição. São Paulo: Harbra, 1977.

NETO, Diogo de Figueiredo Moreira. *Direito Administrativo da Ordem Pública*. 3ed, Rio de Janeiro: Forense, 1998.

NETO, Paulo Mesquita. *Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle*. IN: CIDADANIA, justiça e violência (Org.) Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. *Vulnerabilidade Social e Carência de Direitos*. In:

Cadernos ABONG, 8 de junho de 1995.

OSTERRIETH, Paul. *Introdução à psicologia da criança*. 10ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

PAIXÃO, Antonio Luiz. *Polícia e segurança pública*. IN: O Alferes, Belo Horizonte, v.9, nº 30, 1991.

_____. *A Organização Policial numa Área Metropolitana*. In: Dados - Revista de Ciências Sociais, v. 25, no 1, 1983.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; e FELDMAN, Ruth Duskin. *Desenvolvimento Humano*. Porto Alegre: AMGH, 2009.

PIAGET, Jean; e INHELDER, B. *A psicologia da criança*. 4ª Edição. São Paulo: Difel, 1978.

PIAGET, Jean. *A psicologia da Criança*. 16º Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. *Seis estudos de psicologia*. 25ª edição. São Paulo: Forense Universitária, 1991.

PINHEIRO, Paulo Sergio. *Violência, crime e sistemas policiais em países de nova democracia*. In: Tempo Social. V. 9, n. 1. São Paulo: EDUSP, 1997.

_____. *Polícia e consolidação democrática: o caso brasileiro*. IN: PINHEIRO, Paulo Sérgio e outros (org.). *São Paulo sem medo – um diagnóstico da violência urbana*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

RELATÓRIO das Execuções Sumárias no Brasil 1997/2003. Florianópolis: NEN, 2003. Acessado em 10 de Novembro de 2011 no endereço: http://www.ovp-sp.org/relatorio_just_global_exec_97_03.pdf

RELATÓRIO Brutalidade Policial Urbana no Brasil. Brasília: ONG - Human Rights Watch, 1997. Acessado em 10 de Novembro de 2011 no endereço: <http://www.hrw.org/news/1999/05/12/o-brasil-recomenda-es-da-human-rights-watch-para-garantir-implementa-o-do-programa-n>

RELATÓRIO Brutalidade Policial Urbana no Brasil. New York: ONG - Human Rights Watch, 2009. Acessado em 10 de Novembro de 2011 no endereço: <http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/brazil1209ptweb.pdf>

RELATÓRIO Informe 2011 da Anistia Internacional: A situação dos Direitos Humanos no Mundo. Londres: Anistia Internacional, 2011. Acessado em 10 de Novembro de 2011 no endereço: http://files.amnesty.org/air12/air_2012_full_pt-br.pdf

RELATÓRIO NEV – Núcleo de estudos da violência da Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010. Acessado em 10 de Novembro de 2011 no endereço: http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=743&itemid=80

RELATÓRIO Força Letal - Violência Policial e Segurança Pública no Rio de Janeiro e em São Paulo. São Paulo: ONG - Human Rights Watch, 2009. Acessado em 10 de Novembro de 2011 no endereço: <http://www.hrw.org/reports/2009/12/08/letal-0>

RIBEIRO, Renato Janine. Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra o seu tempo. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

ROBERTS, Helen. *Ouvindo as Crianças e Escutando-as*. In: CHRISTENSE, Pia; JAMES, Allison. *Investigação com Crianças: perspectivas e práticas*. Ed: Escola Superior Paula Frassinetti, 2005.

ROLIM, Marcos. *A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

RUSSO, Mauricio. *Velhas práticas: seletividade e impunidade. A violência policial militar em Porto Alegre no início do século XXI*. Dissertação (Mestrado), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

SANTOS, Márcia Andréia Ferreira, e RAMIRES, Julio Cesar de Lima. Percepção espacial da violência e do medo pelos moradores dos bairros Morumbi e Luizote de Freitas em Uberlândia/MG. *Sociedade & Natureza*, ISSN: 131-145. 2009.

SANTOS, Marcos César Guimarães dos; GOMES, Carlos Alberto da. *O sonho e a realidade: sociedade e violência*. IN: *Sociedade do medo*. Salvador: EDUFBA, 2008.

SANTOS, Sales Augusto dos. *O direito à vida*. In: *Violência policial: tolerância zero?*. Goiânia: UFG, 2001.

SARAMAGO, Sílvia Sara Sousa. *Metodologias de Pesquisa Empírica com Crianças*. SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS, n.º 35, 2001.

SARMENTO, M. *As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo*. In: PINTO, M.; SARMENTO, M. (Coord.). *As crianças: Contextos e*

identidades. Braga. Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho, 1997.

SILVA, Carla Dornelles da. *A atividade Lúdica e a construção do conhecimento*. IN: *Infância e adolescência em discussão*. Fortaleza: NUCEPEC, 1994.

SILVA, Jorge da. *Violência policial e ideologia dos algozes-vítima*. In: *Violência policial: tolerância zero?*. Goiânia: UFG, 2001.

SILVA, Juliana Pereira da, BARBOSA, Silvia Neli Falcão e KRAMER, Sonia. *Questões teórico-metodológicas da pesquisa com crianças*. v. 23, n. 01, Florianópolis: PERSPECTIVA, 2005.

Disponível em:

<http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>.

SILVA, Luiz Antonio Machado da, e LEITE, Márcia Pereira. *VIOLÊNCIA, CRIME E POLÍCIA: o que os favelados dizem quando falam desses temas?*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v22n3/04.pdf>, 2007.

SILVA, Pedro. *Etnografia e Educação: reflexões a propósito de uma pesquisa sociológica*. Portugal: Profedições, Coleção Andarilho, 2003.

SILVA, Valdenor Félix. *História da Segurança Pública. Plano de ensino da disciplina História da Segurança Pública*. Natal:UERN, 1998.

SOARES, Luiz Eduardo. *Segurança pública tem saída*. Rio de Janeiro: Sextante. 2006.

SOUSA, Reginaldo Canuto de; MORAIS, Maria do Socorro Almeida de. *Polícia e Sociedade: Uma análise da história da segurança pública brasileira*. IN: V Jornada Internacional de Políticas Publicas. Maranhão: UFMA, 2011.

SOUZA, Marcia Helena de, e MARTINS, Maria Aurora Mendes. *Psicologia do desenvolvimento*. Curitiba: IESDE, 2005.

STEINBERGER, Marília; CARDOSO, Ana Izabel. *A geopolítica da violência urbana e o papel do Estado*. Em: PAVIANI, A.; FERREIRA, I.C.B.; BARRETO, F. F. P. B.

Brasília: dimensões da violência urbana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

TEIXEIRA, Maria Cecília Sanches; PORTO, Maria do Rosário Silveira. *Violência, insegurança e imaginário do medo*. Cadernos Cedes, ano XIX, nº 47, São Paulo, 1998.

TELLES, Vera S. *Pobreza e cidadania, duas categorias antinômicas*. In: *Mínimos de cidadania, ações afirmativas e enfrentamento à questão social*. São Paulo: Núcleo de Seguridade e Assistência Social, PUC/SP, 1994.

TORRANCE, E. Paul. *Criatividade – Medidas, testes e avaliações*. São

Paulo: IBRASA, 1976.

VIANA, Nildo. Memória e Sociedade: uma breve discussão teórica sobre memória social. Espaço Plural — Ano VI - Nº 14, Goiás, 2006

VIEIRA, Hermes. Formação histórica da polícia de São Paulo. São Paulo: Serviço Gráfico de Segurança Pública, 1965.

VYGOTSKY, L. S. (1984). *A formação social da mente*. São Paulo: Martins fontes.

ANEXO A
FOTOS DA CRECHE



Sala de Aula



Sala de Aula



Pátio



Pátio



Pátio



Pátio



Área externa



Área externa



Pátio



Pátio



Área externa



Pátio



Cozinha



Cozinha



Piscina



Área Externa



Secretária



Mural



Sala 01



Sala 02



Sala 03



Sala 04

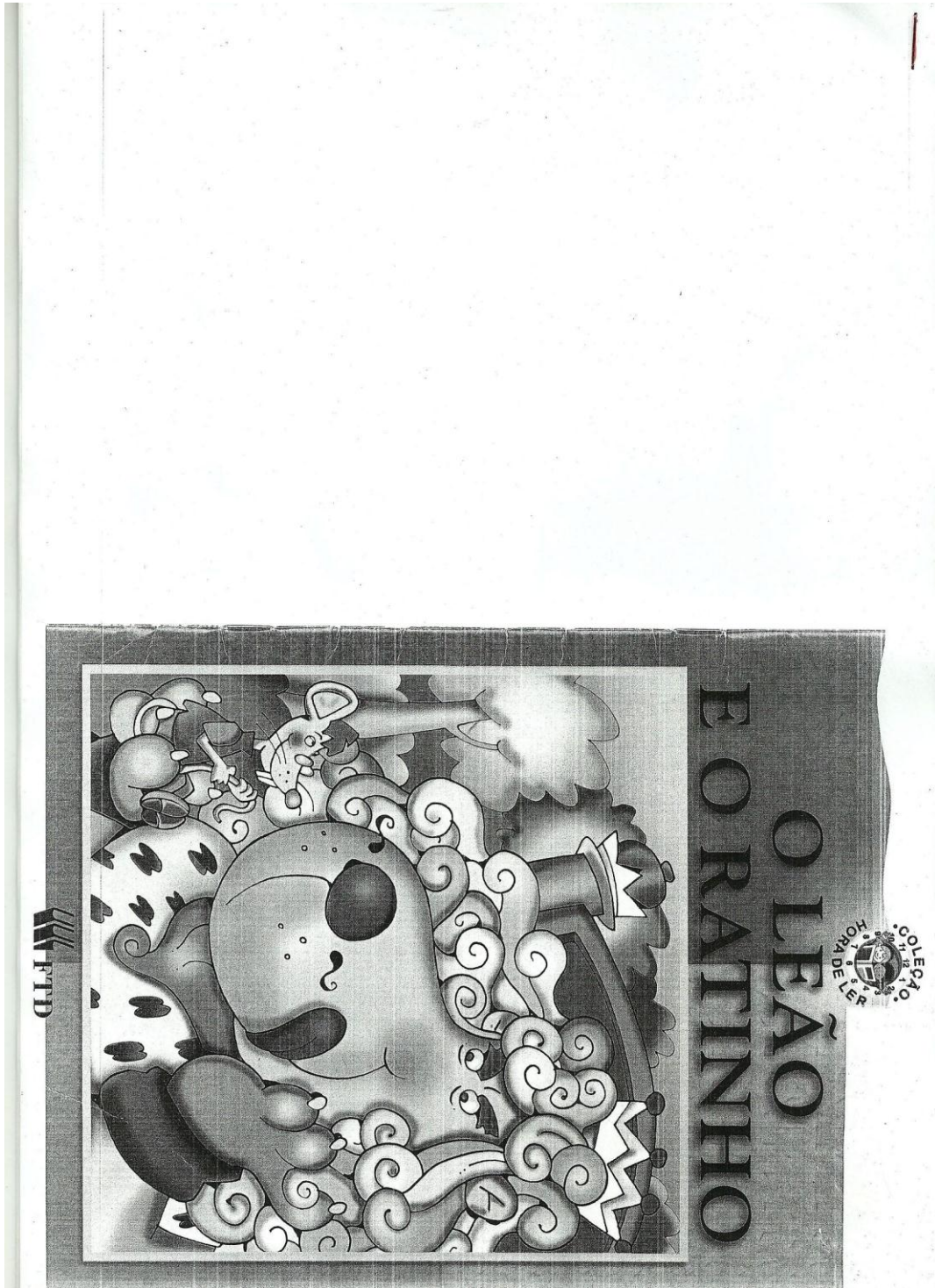


Sala 05



Sala 06

ANEXO B
LIVRO UTILIZADO NA CONTAÇÃO DE HISTÓRIA





Copyright © Editora FTD S.A.
 Todos os direitos de edição reservados à
EDITORIA FTD S.A.
 Mattin: Rua Rui Barbosa, 156 (Bela Vista) São Paulo - SP
 CEP 01326-010 - Tel. 0xx11 3253-5011 - Fax 0xx11 3284-8500 r. 282
 Caixa Postal 65149 - CEP da Caixa Postal 01390-970
 Internet: <http://www.ftd.com.br>
 E-mail: projetos@ftd.com.br

Edição Cecília Alves
 Editores-assistentes Flávia Maniz
 Leite Gonzaga de Almeida
 Preparadores e revisores de texto Adelfo José Paschini
 Elvira Rucila
 Maria Clara Barcellos Fontanella
 Projeto gráfico, edição de arte e diagramação ALLM Edição
 Ilustradores Alberto Linares Martin
 Carlos Edgard Herreró (cor)
 Assistência editorial Vivian Aparecida dos Santos
 Edição eletrônica Carlos Rizzi
 Coordenação Reginaldo Soares Damasceno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (Classe Brasileira de Livro, SP, Brasil)

Brasão, Eunice
 Hora de ler / Eunice Brasão (adaptação); ilustrações Alberto Linares Martin,
 Carlos Edgard Herreró — Ed. renov. — São Paulo : FTD, 2006. — (Coleção hora
 de ler)

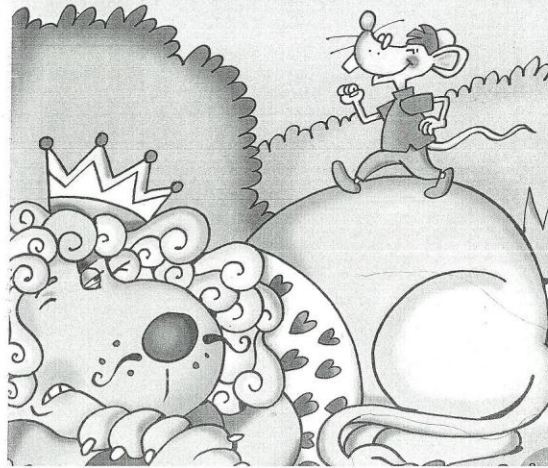
Conteúdo: A festa no céu — O soldadinho de chumbo — O leão e o ratinho —
 O pequeno príncipe — O violino mágico — O casamento de dona baratinha.
 1. Contos - Literatura infanto-juvenil I. Brasão, Eunice. II. Martin, Alberto
 Linares. III. Herreró, Carlos Edgard. IV. Título. V. Série.

06-6264 CDD-028.5

Índice para catálogo sistemático:
 1. Contos : Literatura infantil 028.5
 2. Contos : Literatura infanto-juvenil 028.5

Em uma floresta verdejante, passeava
 alegremente um ratinho. Caminhava distraído,
 observando a beleza da vegetação.

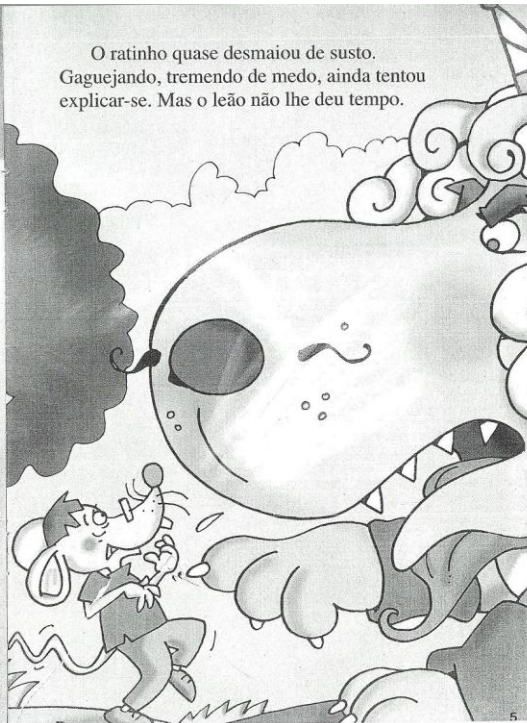
Logo a sua frente, um leão dormia entre
 as folhagens. Sem perceber, o ratinho foi subindo
 pela cauda do leão e andou em suas costas.



O leão acordou imediatamente. Admirado com a
 ousadia do ratinho, deu um salto e rugiu:
 — Como se atreve a andar sobre as costas do rei
 dos animais?



O ratinho quase desmaiou de susto.
 Gaguejando, tremendo de medo, ainda tentou
 explicar-se. Mas o leão não lhe deu tempo.



Lançou-se sobre ele e segurou-o entre as garras poderosas. Já abria a enorme boca para engolir o ratinho, quando o coitado implorou:

– Perdoe-me, Majestade! Deixe-me ir e nunca mais o incomodarei. Quem sabe, algum dia, poderei retribuir este favor?



O orgulhoso leão deu boas risadas só em pensar que, um dia, isso pudesse acontecer. Jamais imaginara que um pequeno e indefeso bichinho pudesse ajudá-lo em alguma coisa.



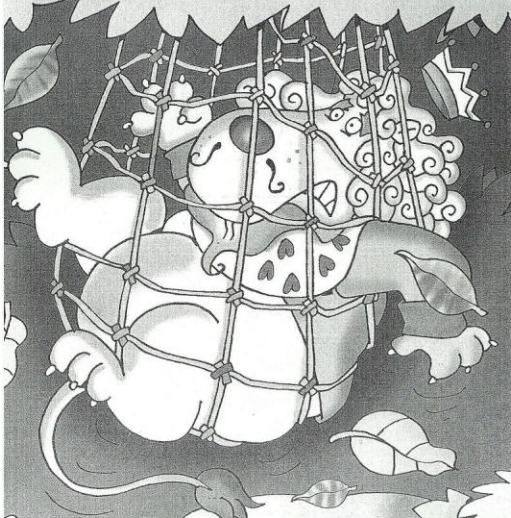
Tempos depois, a floresta foi invadida por caçadores. Queriam oferecer uma caça ao rei e decidiram levar o animal vivo. Então espalharam redes e armadilhas pela floresta e ficaram à espera.

Alguns bichos foram aprisionados e soltos logo depois, porque os caçadores queriam uma grande presa.



Logo começaram a ouvir os urros de um leão que se aproximava. Atraído pelo cheiro da carne fresca das armadilhas, o rei dos animais caiu em uma rede armada pelos caçadores.

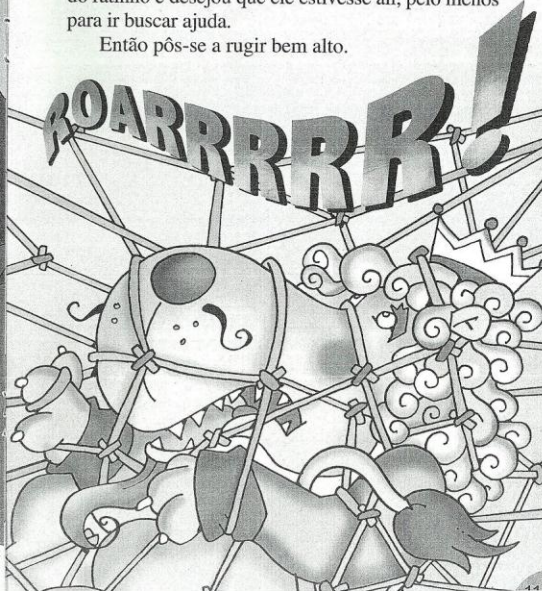
Os homens amarraram bem as cordas que prendiam a fera e saíram em busca de uma jaula para transportá-la até o palácio.



O poderoso leão urrava e esperneava, mas não conseguia escapar. Quanto mais se debatia, mais se enroscava na rede.

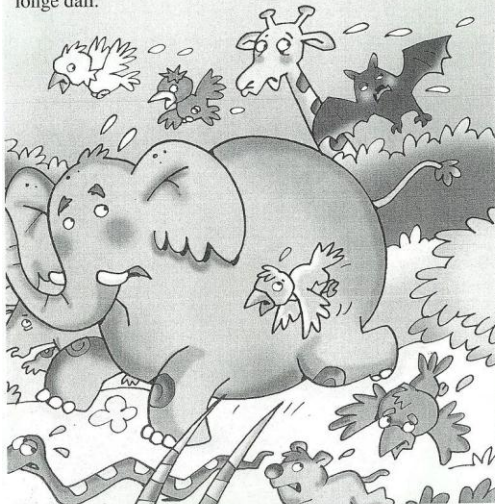
Cansado e abatido, lembrou-se da promessa do ratinho e desejou que ele estivesse ali, pelo menos para ir buscar ajuda.

Então pôs-se a rugir bem alto.



Os urros da fera zangada eram tão fortes que faziam até a terra tremer. Os bichinhos da floresta fugiram assustados, imaginando que o monstro estivesse esfomeado. Até os rinocerontes e os elefantes procuravam se esconder, com medo de Sua Majestade.

Os passarinhos voaram em bando para bem longe dali.

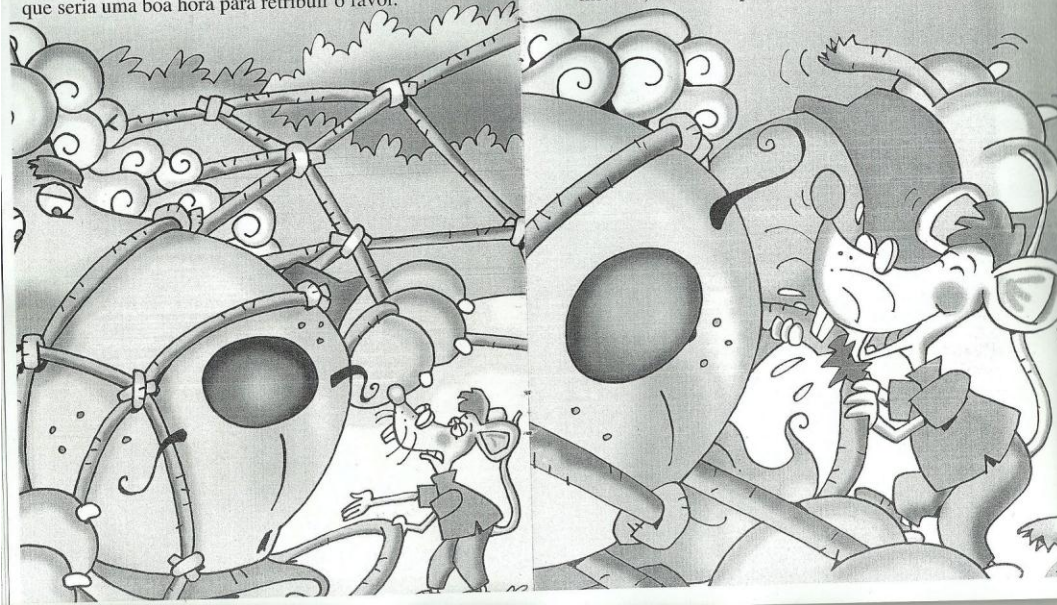


Não muito distante daquele lugar, o ratinho começou a estranhar a insistência dos urros tão desesperados. Pareciam rugidos de dor e o pequeno rato ficou imaginando que deveria ser uma fera com algum espinho na pata.

Curioso, o ratinho achou melhor ir ver o que estava acontecendo.



Entrou pela mata adentro e foi seguindo em direção ao som dos rugidos do animal. Ao aproximar-se, o rato reconheceu o leão que o apanhara e que o libertara logo depois. Pensou que seria uma boa hora para retribuir o favor.



– Veja o apuro em que me encontro! – esbravejou o leão.

Com seus dentes afiados, o ratinho roeu as cordas que prendiam o leão à rede e, num instante, libertou o poderoso soberano dos bichos.

O leão ficou agradecido e compreendeu que a força nem sempre resolve os problemas e que os verdadeiros amigos se revelam nas horas difíceis.

